Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RELATO INTEGRADO

Florianópolis
2025

Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO
2024
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RELATO INTEGRADO

Relatório de Gestão do Exercício de 2024 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização da gestão pública como prestação de contas anual a que esta Instituição está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal/1988, observadas as disposições contidas na Instrução Normativa-TCU n. 84/2020, na Decisão Normativa-TCU n. 198/2022 e nas orientações do órgão de controle interno. Este documento foi elaborado conforme Portaria TRE-SC/P n. 182/2024, sob a coordenação da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições.

Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

Presidente
Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral
Desembargador Carlos Alberto Civinski

Juízes Efetivos
Juiz Federal Sebastião Ogê Muníz
Juiz de Direito Otávio José Minatto
Jurista Ítalo Augusto Mosimann
Juiz de Direito Adilor Danieli
Jurista Sergio Francisco Carlos Graziano Sobrinho

Juízes Substitutos
Desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski
Desembargador Carlos Roberto da Silva
Juíza Federal Ana Cristina Ferro Blasi
Jurista Débora Fernanda Gadotti Farah
Juiz de Direito Rudson Marcos
Juiz de Direito Márcio Schiefler Fontes
Jurista Filipe Ximenes de Melo Malinverni

Procuradoria Regional Eleitoral
Procurador Regional Eleitoral Cláudio Valentim Cristani
Procurador Regional Eleitoral Substituto Marcelo da Mota

Diretor-Geral
Gonsalo Agostini Ribeiro

Composição em Dezembro/2024.

Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE)

Diretor-Geral
Gonsalo Agostini Ribeiro

Secretário Judiciário
Maximiniano Simões Sobral

Secretário de Administração e Orçamento
Geraldo Luiz Savi Júnior

Secretária de Gestão de Pessoas
Ana Claudia Furtado Vidal

Secretário de Tecnologia da Informação
Samuel Fernandes Ribeiro

Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral
Renata Beatriz de Fávere

Secretário de Infraestrutura e Serviços
Gilson Carlos da Silveira Veríssimo Bastos

Assessor Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições
Augusto César Campos

Sumário

1 APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC 6

1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2024 7

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO 13

2.1 QUEM SOMOS? 14

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 15

2.3 REFERENCIAL ESTRATÉGICO 16

2.4 COMO GERAMOS VALOR PARA A SOCIEDADE? 17

2.4.1 Modelo de Negócio 17

2.4.2 Cadeia de Valor 18

2.5 RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO 19

2.5.1 Relação com o ambiente externo 19

2.5.2 Relação com os destinatários de bens ou serviços 20

2.5.3 Canais de Comunicação 21

2.5.4 Campanhas Institucionais 22

2.6 ANÁLISE DE CENÁRIO EXTERNO: OPORTUNIDADES E AMEAÇAS 23

2.7 MATRIZ DE MATERIALIDADE 24

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS 25

3.1 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS 26

3.2 CONTEXTO, FONTES DE RISCOS E OPORTUNIDADES 27

3.2.1 Riscos-chave ao desempenho da estratégia institucional 27

3.3 PERSPECTIVAS FUTURAS 29

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO 32

4.1 POLÍTICA E SISTEMA DE GOVERNANÇA DO TRE-SC 33

4.2 INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA 35

4.3 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL 38

4.4 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO 43

4.5 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO 54

4.5.1 Gestão Orçamentária e Financeira 54

4.5.2 Gestão de Custos 57

4.5.3 Gestão de Pessoas 62

4.5.4 Gestão de Licitações e Contratos 75

4.5.5 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura 81

4.5.6 Gestão de Tecnologia e da Segurança da Informação 85

4.5.7 Gestão Judiciária 91

4.5.8 Gestão da Informação e da memória institucional 94

4.5.9 Sustentabilidade ambiental 95

4.5.10 Acessibilidade e Inclusão 97

4.5.11 Inovação 98

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS 99

5.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL E EVOLUÇÃO NO EXERCÍCIO 100

5.2 PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS RELATIVOS À SITUAÇÃO FINANCEIRA 102

5.3 NOTAS EXPLICATIVAS 103

6. ANEXOS E APÊNDICES 104

1

APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC

1. APRESENTAÇÃO E MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DO TRE-SC

Figura 1 - Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta – Presidente do TRE-SC

O Relatório de Gestão – Exercício 2024 do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) a seguir apresentado tem por finalidade prestar contas à sociedade e aos órgãos de fiscalização da gestão pública, conforme o disposto no art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988.

Durante o exercício de 2024, estiveram à frente da Presidência deste Tribunal o Desembargador Alexandre d'Ivanenko, até 07/03/2024. e a Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, a partir de 08/03/2024.

Em 2024 permaneceu em execução a estratégia institucional alinhada à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2021 a 2026. O plano estratégico institucional é o instrumento direcionador da Instituição para implementação de programas, projetos e demais iniciativas planejadas para o alcance dos objetivos estratégicos e para o cumprimento da relevante missão institucional.

Os principais resultados do exercício 2024 a seguir apresentados neste relatório de gestão indicam que, na execução da estratégia institucional, o TRE-SC aperfeiçoou seu desempenho, estando em nível de excelência. Nesse contexto, a Instituição implementou e continua analisando a implementação de novas propostas de melhoria ao desempenho da estratégia institucional, encaminhadas pelas unidades da estrutura orgânica.

Destacam-se nesta gestão:

- ✓ As Ações relacionadas ao Projeto "Acorda mulher, o teu lugar também é na política", por meio do qual, mediante a formação de parcerias institucionais, públicas e privadas, incentivou-se a inserção da mulher na política, na vida pública, privada e partidária, buscando espaços que recubram o distanciamento histórico que as afastavam do exercício de poder decisório. Menciono a Portaria P n. 23/2024 que criou o Conselho Institucional de Políticas de Gênero e Étnico-Racial, para atuar na identificação das desigualdades correspondentes no âmbito eleitoral, com vista ao alcance da igualdade material e da plena cidadania.
- ✓ A aprovação do novo Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal, ajustado à nova conformação estrutural previamente aprovada.
- ✓ A realização das Eleições Municipais 2024, com êxito em todas as etapas do processo eleitoral, assegurando aos 5.640.659 eleitores no Estado de Santa Catarina o livre exercício do direito de votar, em total segurança.
- ✓ Também foram instituídos e regulamentados os Juízos Eleitorais de Garantias no âmbito do primeiro grau de jurisdição da Justiça Eleitoral de Santa Catarina; o programa Acadêmico Cidadão; e a consolidação do programa Qualifica: Mandato de Excelência como ação institucional permanente do TRE-SC.
- ✓ Diante de fenômenos climáticos intensos cada vez mais frequentes, foi instituído normativo estabelecendo as providências gerais de resposta contingencial a eventos climáticos e situações críticas na Justiça Eleitoral em Santa Catarina, priorizando a segurança das pessoas, e, em sequência, a preservação das informações, equipamentos e instalações eleitorais, por meio de ações preventivas (em especial em ambientes localizados em áreas com histórico ou distinta possibilidade de danos) e de gestão das situações críticas, e as formas de restabelecimento dos serviços.

As principais ações e resultados a seguir apresentados neste relatório de gestão estão relacionados a cada um dos 5 macroprocessos da Cadeia de Valor do TRE-SC: Prestação Jurisdicional em matéria eleitoral; organização e realização de processos eleitorais; gestão dos cadastros eleitorais; educação eleitoral e ações de cidadania; e governança e gestão institucional, bem como às metas fixadas para os indicadores estratégicos no exercício.

Por fim, asseguro a integridade do presente relatório e DECLARO que a sua elaboração e apresentação estão de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado e em conformidade com os elementos de conteúdo estabelecidos na Decisão Normativa -TCU n. 198/2022 com observância dos princípios: foco estratégico e no cidadão; conectividade da informação; relações com as partes interessadas, materialidade, concisão, confiabilidade, coerência, clareza, tempestividade e transparência.

Florianópolis (SC), março de 2025.

Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Presidente do TRE-SC

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARIA DO ROCIO LUZ SANTA RITTA
Data: 28/03/2025 14:21:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2024

Figura 2 - Resultado do Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC – 2024

No exercício 2024 foram medidos 41 indicadores de desempenho estratégicos, 30 alcançaram ou superaram as metas fixadas, 11 não alcançaram as metas e o resumo da análise do desempenho obtido no exercício encontra-se no item 4.4 - Resultados e Desempenho da Gestão deste relatório.

As análises e justificativas detalhadas de cada indicador de desempenho integram o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI) – Exercício 2024.

Resultados medidos conforme indicadores de desempenho selecionados para acompanhar a evolução do ciclo estratégico 2021-2026. O Plano Estratégico Institucional foi instituído pela Portaria TRE-SC/P n. 83/2021.

As informações sobre os indicadores de desempenho do Plano Estratégico Institucional e respectivas metas estabelecidas para o exercício 2024 integram o Anexo I atualizado da Portaria TRE-SC/DG n. 294/2023.

A seguir são apresentados os principais resultados alcançados pela Instituição no exercício 2024 relacionados a cada um dos cinco macroprocessos de 1º nível da Cadeia de Valor do TRE-SC.

Saiba mais:

Resultados institucionais (aba relatórios): https://www.tre-sc.jus.br/institucional/resultados-institucionais

Valor Público (aba Valor Público): https://www.tre-sc.jus.br/institucional/gestao-estrategica

Fonte: [1]DATAJUD – Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, dados até 31/12/2024, consultados em 22 de janeiro de 2025. [2] Painel de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2024, dados até 31/12/2024, consultados em 28 de janeiro de 2025.

Figura 3 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Prestação Jurisdicional em Matéria Eleitoral

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE PROCESSOS ELEITORAIS (eleições, plebiscitos e referendos)

VALOR PÚBLICO: GARANTIA DA SOBERANIA POPULAR, DO SUFRÁGIO UNIVERSAL E DO VOTO DIRETO E SECRETO, COM VALOR IGUAL PARA TODOS, PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

Eleições 2024 [1]

Eleitorado da eleição	Comparecimento	Abstenção	Pedidos de Registros de Candidaturas	Mesárias e Mesários	Atividades realizadas [3]
5.640.659	4.415.801 (78,29%)	1.224.858 (21,71%)	19.619	68.394	26.059

Locais de Votação	Seções Eleitorais	Orçamento para Eleições em SC	Custo por Eleitor	Mesárias e Mesários Voluntários	Urnas auditadas
3.443	17.179	~R$ 32 mi	R$ 5,68	41.569	35

Principais atividades (Janeiro a Junho) [2]

- ✓ Campanha Fala Mesário!
- ✓ Ampliação do cadastro de voluntários para as Eleições Municipais 2024
- ✓ Plantões de atendimento para fechamento do Cadastro Eleitoral
- ✓ Validação do planejamento operacional das Eleições Municipais 2024 pelas unidades do TRE-SC
- ✓ Simulado Nacional do Sistema de Registro de Candidaturas com participação das Zonas Eleitorais
- ✓ Publicado o Plano de Divulgação das Eleições 2024
- ✓ Simulado Nacional do Aplicativo Mesário
- ✓ Testes de desempenho de totalização

Principais atividades (Julho a Dezembro) [2]

- ✓ IX Congresso Catarinense de Direito Eleitoral
- ✓ Campanha Semana do e-Título
- ✓ Realização de testes de desempenho e simulados nacionais
- ✓ Instalação do Gabinete de Pronta Resposta (GPR) com 38 instituições parceiras
- ✓ Realização das cerimônias públicas de geração de mídias e preparação de urnas nas Zonas Eleitorais
- ✓ Sorteio das 35 urnas a serem auditadas
- ✓ Realização das auditorias nas urnas sorteadas (Teste de Integridade e Teste de Autenticidade): dia 06/10 (1º Turno)
- ✓ Funcionamento ampliado do Disque-Eleitor (0800 647 3888)
- ✓ Votação, apuração e totalização: dia 06/10 (1º Turno)
- ✓ Cerimônia pública de verificação dos lacres das urnas eletrônicas nas Zonas Eleitorais
- ✓ Diplomação dos 295 prefeitos, 295 vice-prefeitos e dos 2.912 vereadores eleitos

Clique na imagem ao lado e assista ao vídeo "Caminhos da Democracia – Eleições Municipais 2024" produzido pelo TRE-SC. O vídeo demonstra todas as etapas do processo eleitoral realizado no exercício, incluindo as auditorias das urnas sorteadas e dos sistemas utilizados nas eleições: o Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas e o Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais, instrumentos de fiscalização do processo eleitoral com participação direta da sociedade.

TESTE DE INTEGRIDADE

#VOZ DA DEMOCRACIA ELEIÇÕES 2024

Fonte: [1]TSE – Página Estatísticas Eleitorais; [2]TRE-SC – Página das Eleições Municipais 2024; [3]TRE-SC - Projeto no sistema de acompanhamento *Primavera Progress Reporter*.

Figura 4 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Organização e Realização de Processos Eleitorais

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: GESTÃO DOS CADASTROS ELEITORAIS

VALOR PÚBLICO: CADASTROS ÍNTEGROS, CONFIÁVEIS E SEGUROS PARA O EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS

Informações gerais de Santa Catarina [1]

População	Área territorial	Municípios
7.610.361 pessoas	95.730,690 km²	295

Informações eleitorais de Santa Catarina [2]

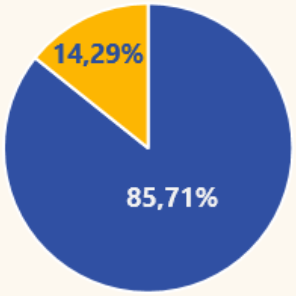
Zonas Eleitorais	Eleitorado apto a votar
100	5.638.011

Cadastro partidário [3]

Partidos Políticos	Federações Partidárias
29	3

Cadastro do eleitorado [2]

Eleitorado com biometria	Eleitorado sem biometria
4.832.606 (85,71%)	805.405 (14,29%)



43.364

Atendimentos realizados no projeto Justiça Eleitoral em Movimento [5]

Projeto desenvolvido pela Justiça Eleitoral catarinense com o objetivo de aproximar a população dos serviços eleitorais em comunidades não alcançadas pelo atendimento presencial.

549.400

Primeiras emissões de e-Título [5]

775.585

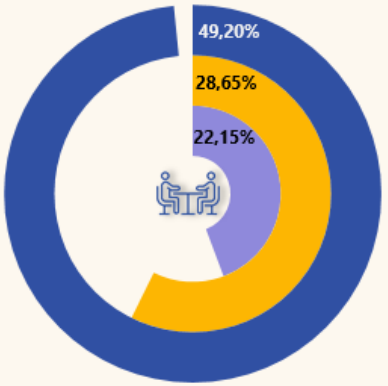
Reemissões de e-Título [5]

Número de operações no cadastro do eleitorado por tipo [4]

179.495 Transferências	104.545 Alistamentos	80.815 Revisões

364.855

Total de operações



Fonte: [1] IBGE, 2022; [2] TSE – Estatísticas do eleitorado, 2024; [3] TSE – Partidos, 2024; [4] TSE – Eleitorado mensal, 2024, dados consultados em 22 de janeiro de 2025; [5] Assessoria de Comunicação Social.

Figura 5 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Gestão dos Cadastros Eleitorais

MACROPROCESSO FINALÍSTICO: EDUCAÇÃO ELEITORAL E AÇÕES DE CIDADANIA

VALOR PÚBLICO: MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA JUSTIÇA ELEITORAL E CIDADANIA FORTALECIDA

Eleições na comunidade [1]

- ✓ Conselho Tutelar (Iomerê, Petrolândia, Coronel Freitas, Vidal Ramos e Anchieta), Vereador Mirim (Águas Frias, Doutor Pedrinho e Paulo Lopes) e Grêmio Estudantil (Escola Imaculada Conceição).

Eleitorado	Candidaturas	Locais de votação	Seções eleitorais
24.628	105	14	22

31 pessoas treinadas para as eleições na comunidade
Escola de Cidadania

Educação e Cidadania [2]

- ✓ Atendimento ao eleitor: novos colaboradores
- ✓ Introdução à Comunicação
- ✓ Segurança do Processo Eleitoral e Auditorias
- ✓ Registro de Candidaturas
- ✓ Geração de Mídias e Urnas Eletrônicas
- ✓ Normas de Prestação de Contas de Campanha
- ✓ Operadores de Totalização
- ✓ Ambientação à Justiça Eleitoral de SC
- ✓ Treinamento de Técnicos de Apoio ao Voto Informatizado
- ✓ Análise de Prestação de Contas de Campanha
- ✓ Acessibilidade
- ✓ Desenvolvimento de competências gerenciais
- ✓ Excelência no Atendimento ao Cidadão
- ✓ Lei Geral de Proteção de Dados
- ✓ Linguagem Cidadã

Instituído o Programa Acadêmico Cidadão [3]
Objetiva facilitar o acesso de estudantes universitários à realização de trabalhos eleitorais, promovendo a complementação da aprendizagem, o aprimoramento da consciência cidadã e a integração da sociedade com o Poder Judiciário.

456 participações
8 módulos disponibilizados
Programa de Conscientização em Segurança da Informação

119 cursos realizados
565 horas de curso
Plataforma Alura

13 ações desenvolvidas
Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação

Campanhas institucionais [4]

Justiça Eleitoral em Movimento
Campanha teve por objetivo divulgar projeto que leva serviços eleitorais para 219 municípios que não possuem cartório eleitoral.

Semana do E-Título
Campanha teve por objetivo incentivar o eleitorado a baixar ou atualizar a versão digital do Título de Eleitor, aplicativo desenvolvido pela Justiça Eleitoral que permite: consultar a situação eleitoral, consultar local de votação, emitir certidões, justificar ausência às eleições, entre outros serviços.

Fonte: [1] Secretaria de Tecnologia da Informação. [2] Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina. [3] Sítio do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. [4] Assessoria de Comunicação Social

Figura 6 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Educação Eleitoral e Ações de Cidadania

Figura 7 - Resultados macroprocesso de Liderança, Estratégia e Controle: Governança e Gestão Institucional

2

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1 QUEM SOMOS?

Figura 8 - Edifício sede do TRE-SC

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) é Órgão do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral, ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado de Santa Catarina e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

As competências do TRE-SC estão fixadas na Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e no seu Regimento Interno (Resolução TRE-SC n. 7.847, de 12 de dezembro de 2011). Com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado de Santa Catarina, o edifício sede do TRE-SC está localizado na rua Esteves Júnior n. 68, Centro, Florianópolis, SC – CEP 88.015-130.

Em matéria eleitoral, as principais normas direcionadoras da atuação do TRE-SC são: a Constituição Federal de 1988; a Lei n. 4.737/1965 (Código Eleitoral); a Lei Complementar n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); a Lei n. 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos); a Lei n. 9.504/1997 (Lei das Eleições), a Lei n. 13.831/2019 e a Lei n. 13.877/2019. Em matéria administrativa, as principais normas direcionadoras da atuação do TRE-SC são: a Resolução TRE-SC n. 7.847/2011 (Regimento Interno), a Resolução TRE-SC n. 8.071/2024 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica), a Resolução CNJ n. 325/2020 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021/2026), e o Plano Estratégico Institucional (ciclo 2021-2026).

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/legislacao

Figura 9 - Plenário do TRE-SC

As decisões do TRE-SC são tomadas pelo Plenário da Instituição, composto mediante eleição por voto secreto de dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; de dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; de um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; por nomeação, pelo Presidente da República, de dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Os juízes substitutos são escolhidos pelo mesmo processo que os efetivos, em número igual ao de cada categoria.

Junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina atua o Ministério Público Eleitoral, como fiscal da lei.

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/o-tre/composicao-do-pleno

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organograma apresentado a seguir corresponde à estrutura orgânica simplificada do TRE-SC em 2024. A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina abrange o conjunto de unidades que desempenham atividades estratégicas, técnicas e administrativas necessárias ao cumprimento da missão institucional. As competências de cada uma das unidades estão dispostas na resolução que aprovou o Regulamento Interno da Estrutura Orgânica deste Tribunal. Após estudos participativos realizados ao longo de exercício 2023, o TRE-SC aprovou alteração na estrutura orgânica que foi regulamentada pela Resolução TRE-SC n. 8.071, de 7 de março de 2024.

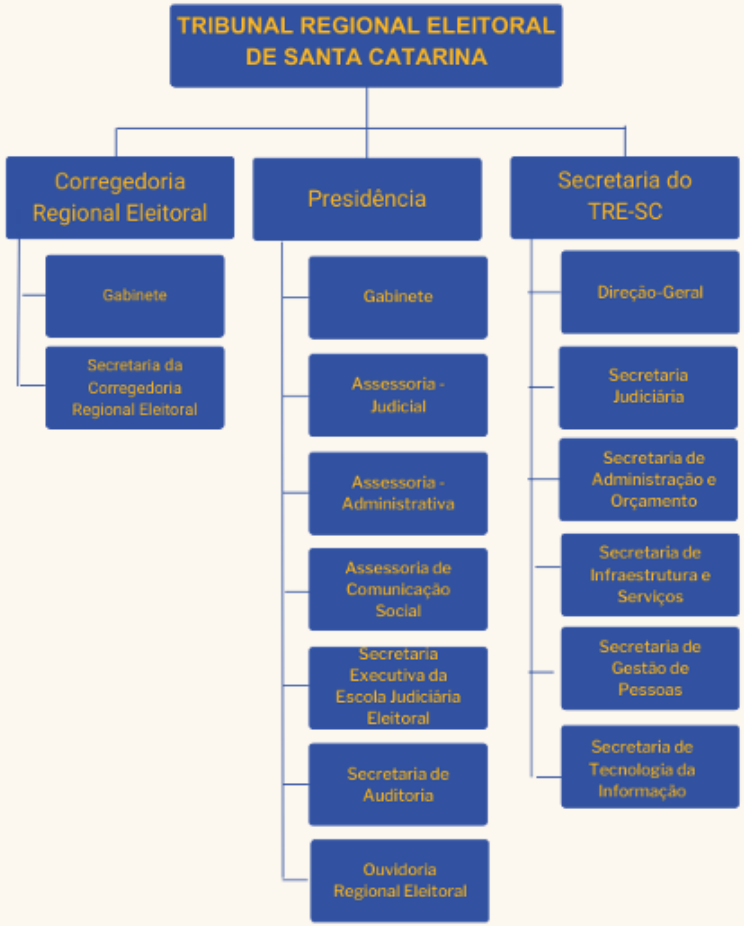


Figura 10 - Estrutura orgânica simplificada do TRE-SC vigente em 2024.

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/estrutura-organizacional

2.3 REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Tabela 1 - Referencial Estratégico - Ciclo 2021-2026

Missão: a razão de nossa existência	**Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.**
Visão: o futuro que desejamos	**Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.**
Valores: virtudes que preservamos e promovemos	**Transparência:** diz respeito a permitir que a sociedade obtenha informações atualizadas sobre operações, estruturas, processos decisórios, resultados e desempenho. Consiste em disponibilizar, inclusive na forma de dados abertos, para as partes interessadas, as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Caracteriza-se pela possibilidade de acesso a todas as informações relativas à organização pública, em uma linguagem cidadã. **Ética:** atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade. **Imparcialidade:** diz respeito à isenção na realização da justiça, garantindo o exercício dos direitos e deveres dos jurisdicionados. **Respeito:** reconhecimento e aceitação das diferenças entre as pessoas. **Comprometimento:** atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades. **Inovação:** estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas. **Coerência:** alinhamento entre discurso e prática. **Cooperação:** compartilhamento de experiências, conhecimentos e estímulo à colaboração participativa. **Integridade:** diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e ao alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns, para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados.

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/gestao-estrategica

2.4 COMO GERAMOS VALOR PARA A SOCIEDADE?

2.4.1 Modelo de Negócio

O modelo de negócio do TRE-SC é o sistema de transformação dos recursos e das pessoas (pessoal, informação, conhecimento e inovação; tecnologia e segurança da informação; infraestrutura, bens e serviços de apoio; orçamento, finanças e contabilidade; e comunicação e relacionamento institucional) que ao serem aplicados aos processos de trabalho contribuem para o cumprimento da missão institucional, gerando o valor público esperado pela Sociedade.

Figura 11 – Representação do Modelo de Negócio do TRE-SC – Exercício 2024

2.4.2 Cadeia de Valor

A atual Cadeia de Valor foi atualizada e aprovada em 2022 e é composta por 2 grupos de macroprocessos: Finalísticos e de Liderança, Estratégia e Controle. A figura a seguir apresenta os agrupamentos de processos de trabalho de 2º nível da Cadeia de Valor do TRE-SC, sinalizando o valor público gerado para a sociedade.

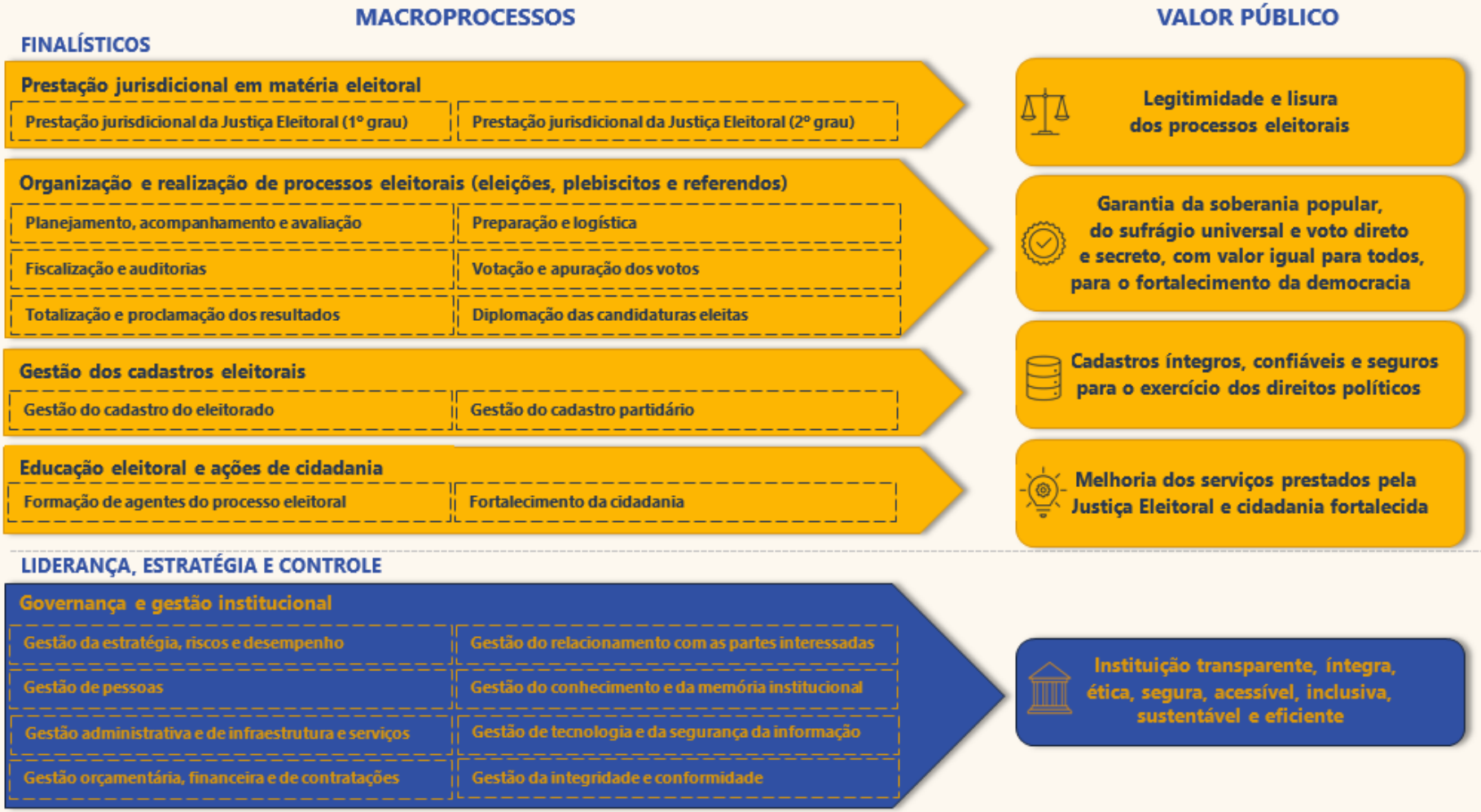


Figura 12 - Macroprocessos de 2º Nível da Cadeia de Valor do TRE-SC

Saiba mais: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1733238/portaria_pres_2022_165.pdf

2.5 RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO

2.5.1 Relação com o ambiente externo

Estamos sujeitos a variáveis externas que impactam o desempenho da estratégia institucional e a forma como executamos nossos processos de trabalho para cumprir a relevante missão desta Instituição.

O contexto político, com o surgimento de novas tecnologias de inteligência artificial generativa, é motivo de alerta e renova o desafio da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, presente na visão de futuro deste Tribunal, de fortalecer a credibilidade, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança do processo eleitoral. Justifica-se, com este cenário, a continuidade dos esforços para a realização de iniciativas voltadas ao fortalecimento da imagem institucional junto à Sociedade, minimizando os efeitos dos ataques lançados à credibilidade desta Justiça Especializada em período recente.

No que diz respeito a segurança da realização das Eleições no Estado de Santa Catarina, em 2022 o TRE-SC inovou com a instituição do Gabinete de Pronta Resposta (GPR) e em 2024 ampliou a representação para 38 instituições e empresas que possuem algum vínculo com o processo eleitoral. O objetivo do GPR é assegurar a segurança do processo democrático, garantindo que o eleitorado de Santa Catarina exerça o direito ao voto em um ambiente de paz e ordem.

O panorama do Poder Judiciário continua propício ao estímulo de cooperação e otimização de recursos com a utilização dos laboratórios de inovação a fim de viabilizar a seleção e o desenvolvimento de projetos comuns aos segmentos de justiça e que permitam a melhoria continua dos serviços públicos oferecidos à sociedade e respectiva avaliação dos benefícios entregues junto às partes interessadas.

Em 2024, nas Eleições Municipais para cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores nos 295 municípios de Santa Catarina, o TRE-SC reafirmou a segurança e a transparência do processo eleitoral com a realização das auditorias de funcionamento das urnas eletrônicas em cerimônias públicas e em conformidade com a Resolução TSE n. 23.673/2021, promovendo e incentivando a transparência e a participação da Sociedade na fiscalização do processo eleitoral. Informar corretamente e aproximar a Sociedade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral continua sendo prioridade para o TRE-SC.

Figura 13 – Reunião inaugural do Gabinete de Pronta Resposta.

Figura 14 - Sorteio das urnas eletrônicas que foram auditadas no dia da Eleição.

2.5.2 Relação com os destinatários de bens ou serviços

Figura 15 - Relação com os destinatários de bens e serviços produzidos pela organização

2.5.3 Canais de Comunicação

Figura 16 - Canais de Comunicação Oficiais do TRE-SC

2.5.4 Campanhas Institucionais

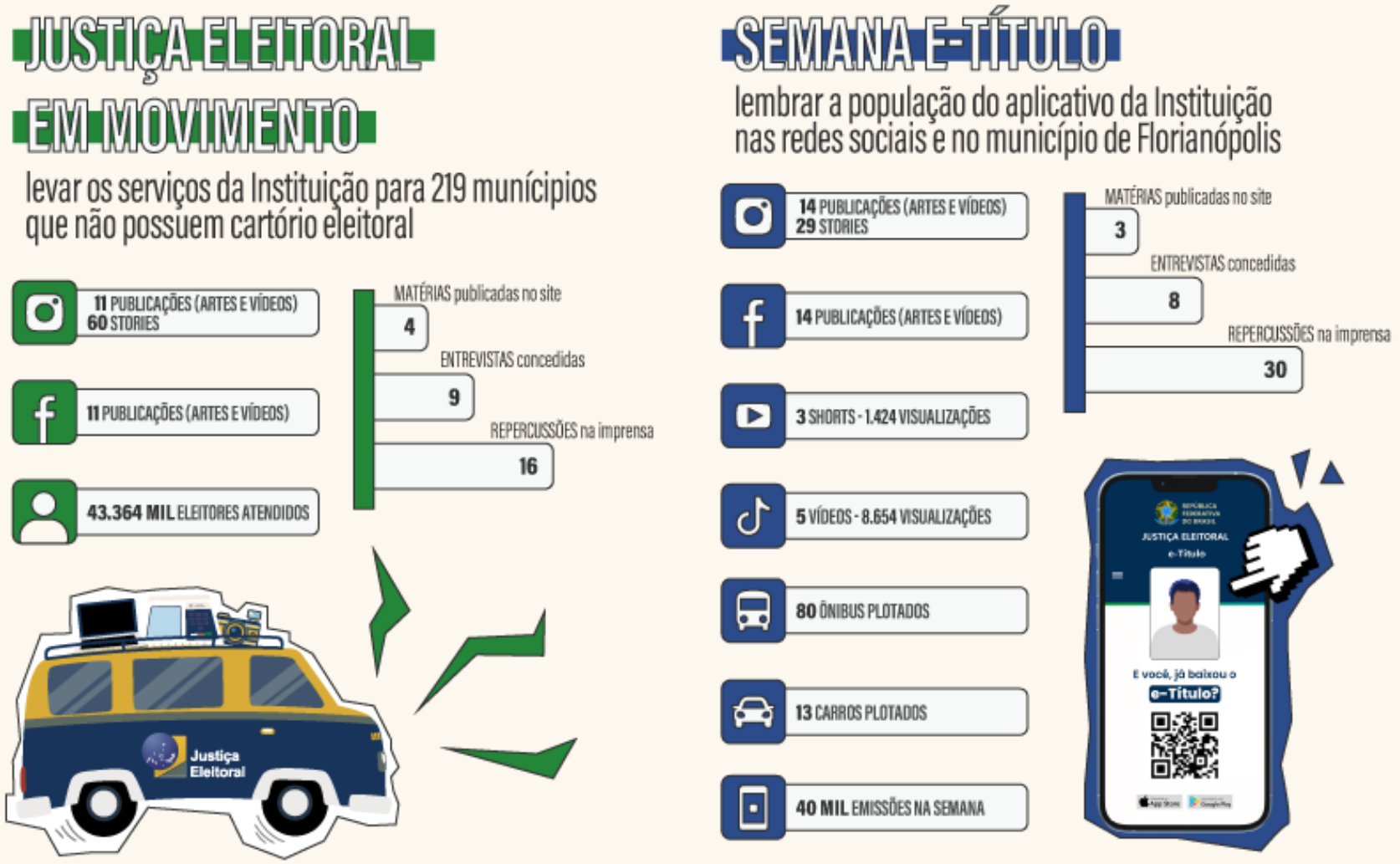


Figura 17 - Campanhas institucionais

2.6 ANÁLISE DE CENÁRIO EXTERNO: OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

A seguir estão identificadas as oportunidades e as ameaças que estão em nosso horizonte e que alicerçaram a formulação da estratégia institucional ora em execução, mais robusta e com foco em antecipar-se aos desafios do ciclo estratégico vigente.

OPORTUNIDADES

- ✓ Ampliação da utilização de laboratórios de inovação para otimizar recursos e incentivar a cooperação e parcerias institucionais
- ✓ Ampliação do conhecimento sobre processo eleitoral da sociedade, especialmente sobre mecanismos de segurança e auditoria existentes no sistema eletrônico de votação brasileiro
- ✓ Fomento à participação política de jovens entre dezesseis e dezessete anos
- ✓ Evolução dos meios e ferramentas para a prestação dos serviços à sociedade
- ✓ Aprimoramento dos processos e serviços da Cadeia de Valor prestados pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina à sociedade
- ✓ Aprimoramento da infraestrutura tecnológica para suportar a demanda crescente de sistemas que suportam os processos de trabalho
- ✓ Fomento à inovação e à implantação de novas tecnologias
- ✓ Ampliação da acessibilidade e inclusão na Justiça Eleitoral de Santa Catarina
- ✓ Ampliação da transparência institucional
- ✓ Flexibilização dos meios e locais para a prestação das atividades pelas equipes

AMEAÇAS

- ✓ Baixo conhecimento da sociedade sobre o funcionamento do processo eleitoral, especialmente sobre mecanismos de segurança e auditoria existentes no sistema eletrônico de votação brasileiro
- ✓ Disseminação de desinformação sobre o processo eleitoral, comprometendo a credibilidade e imagem da Justiça Eleitoral perante a sociedade
- ✓ Percepção do recrudescimento de conflitos com fundo ou motivação política
- ✓ Reforma administrativa prejudicial aos servidores públicos e ao aperfeiçoamento do serviço público
- ✓ Crise climática, ocasionando aumento de intempéries;
- ✓ Pandemias
- ✓ Ataques cibernéticos
- ✓ Obstáculos para recomposição do quadro efetivo de pessoal
- ✓ Desvalorização das carreiras do Poder Judiciário da União

2.7 MATRIZ DE MATERIALIDADE

A definição da materialidade das informações para elaboração do Relatório de Gestão 2024 foi realizada pela Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições (AEPE), conforme Anexo I da Portaria TRE-SC/P n. 182/2024 e deliberação do Comitê Permanente de Gestão Estratégica na Reunião de Análise da Estratégia ocorrida em 20/11/2023.

Figura 18 - Processo de definição da materialidade das informações para o Relatório de Gestão 2024

Saiba mais: https://sei.tre-sc.jus.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=133205&id_orgao_publicacao=0

3

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Elevar o nível de maturidade em gestão de riscos é iniciativa estratégica de fundamental importância para este Tribunal e continua presente no ciclo vigente (2021-2026).

A sistematização da gestão de riscos em nível institucional por meio da Resolução TRE-SC n. 8.028/2021 constituiu relevante iniciativa para ampliar a capacidade da Instituição em lidar com incertezas e desafios que variam constantemente de acordo com os contextos no ambiente interno e externo.

Os objetivos da gestão de riscos no TRE-SC são: fornecer segurança adequada e alinhada aos limites de exposição a riscos definidos pela Alta Administração para o alcance dos objetivos e cumprimento da missão institucional; apoiar a tomada de decisão assertiva, direcionada ao interesse público e em conformidade com requisitos legais e normativos; salvaguardar a credibilidade, imagem e reputação da Instituição junto à sociedade; fortalecer a governança institucional mediante o aperfeiçoamento contínuo dos processos da cadeia de valor e dos controles internos da gestão; e aproveitar oportunidades que facilitem o alcance dos objetivos institucionais.

Além dos objetivos, a Política de Gestão de Riscos estabeleceu o propósito e os princípios da gestão de riscos, as diretrizes, estruturas e responsabilidades para gerir os riscos e as etapas do processo de gestão de riscos.

Já o Plano de Gestão de Riscos, instituído por meio da Portaria TRE-SC/P n. 45/2021, é o instrumento complementar à Política de Gestão de Riscos que padronizou a metodologia a ser utilizada na Instituição, definiu os limites de exposição a riscos e forneceu orientações e diretrizes aos gestores de riscos para tratamento em acordo com os níveis atribuídos.

O plano elaborado foi baseado em referenciais normativos apresentados pelo Tribunal de Contas da União para aperfeiçoar a Administração Pública, bem como na norma ABNT ISO 31000:2018 e também nas melhores práticas aplicadas no setor público, em especial no Poder Judiciário.

RISCO

Efeito da incerteza sobre os objetivos estabelecidos pela Instituição.

ATIVIDADES DE CONTROLE

Ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela Administração para mitigar os riscos à realização dos objetivos (COSO, 2013)

Saiba mais: Política de Gestão de Riscos: https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2021/resolucao-n-8028-de-9-de-abril-de-2021

Plano de Gestão de Riscos: https://www.tre-sc.jus.br/legislacao/compilada/portaria-p/2021/portaria-p-n-45-de-23-de-abril-de-2021

3.2 CONTEXTO, FONTES DE RISCOS E OPORTUNIDADES

3.2.1 Riscos-chave ao desempenho da estratégia institucional

No monitoramento realizado pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) em Reunião de Análise da Estratégia 03/2024, realizada no dia 29 de novembro de 2024, 17 riscos-chave ao desempenho da estratégia institucional foram analisados. Após processo de avaliação de riscos e da avaliação da eficácia dos controles internos existentes, 5 riscos permaneceram com nível de risco residual alto e continuam priorizados e com medidas de tratamento em andamento por parte da Administração, a fim de minimizar seus potenciais efeitos. Para o projeto Eleições 2024 foi elaborada planilha específica de gestão de riscos. 55 riscos identificados foram monitorados e tratados.

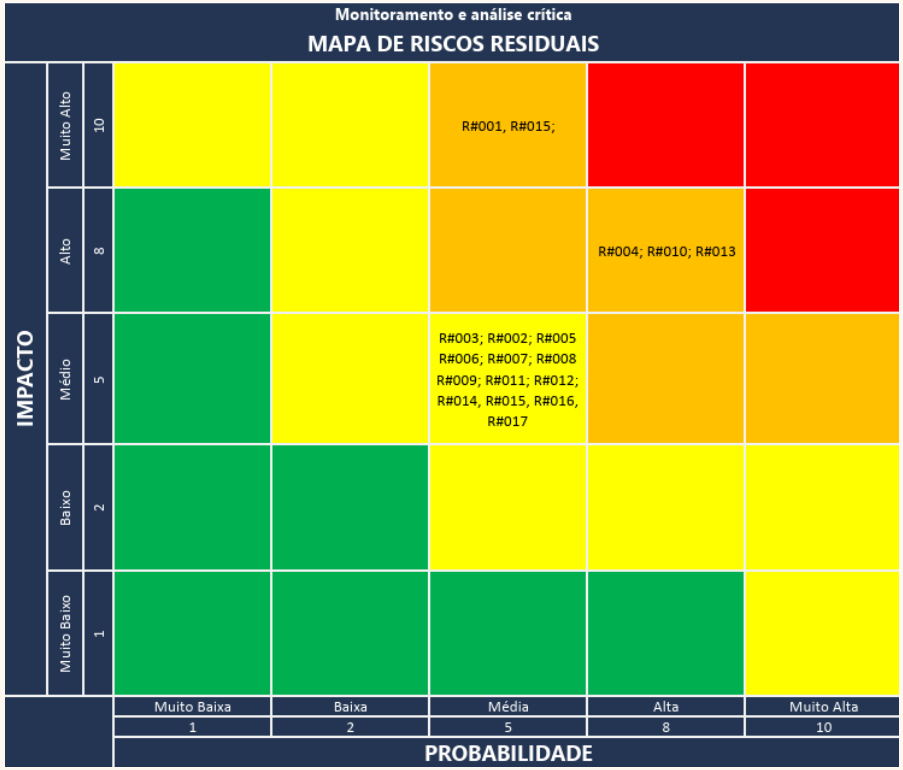


Figura 19 -Mapa de Riscos Residuais em 29 de novembro de 2024

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Na tabela a seguir estão relacionados os riscos-chave para o desempenho da Estratégia Institucional priorizados pela Administração (conforme Plano de Gestão de Riscos instituído pela Portaria TRE-SC/P n. 45/2021), respectivos controles existentes e medidas de tratamento que foram adotadas pela Administração no exercício.

Tabela 2 – Relação de riscos-chave para o desempenho da Estratégia Institucional – Priorizados pela Administração

OBJETIVO ESTRATÉGICO	FONTES DE RISCO	RISCOS-CHAVE AO DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	CONTROLES EXISTENTES - RISCOS	MEDIDAS DE TRATAMENTO
OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	Eventos externos	**Baixa participação no processo eleitoral e desinteresse da população na eleição de seus representantes (R#001)**	• Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos • Índice de participação eleitoral	• Projeto Justiça Eleitoral em movimento - Nossos serviços mais perto de você
OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	Eventos externos	**Ataques à credibilidade da Justiça Eleitoral e disseminação em massa de notícias falsas sobre a segurança da urna eletrônica e o funcionamento do processo eleitoral (R#004)**	• Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições • Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral • Índice de participação de entidades convocadas e convidadas nas audiências públicas de fiscalização do processo eleitoral • Índice de reconhecimento por impressão digital na habilitação para o voto • Índice de realização das auditorias de funcionamento do processo eleitoral	• Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no Âmbito da Justiça Eleitoral; • Curso EAD Segurança da Urna Eletrônica e Auditorias • Curso de Ambientação para a Magistratura Eleitoral • Guia Rápido Ambientação para Magistratura Eleitoral
OEAC1 - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	Pessoas	**Sobrecarga de trabalho e adoecimento de servidores e servidoras (#010)**	• Plano Estratégico de Gestão de Pessoas 2023-2026 • Índice de desempenho da gestão de pessoas	• Programa Qualidade de Vida no Trabalho (PQV) • Programa de Assistência à Saúde • Serviço de Psicologia no TRE-SC • Realização de Pesquisa de Clima Organizacional • DFT - Dimensionamento da Força de Trabalho nos cartórios eleitorais
OEAC3 - Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	Sistemas	**Ataques cibernéticos (#013)**	• Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – biênio 2023-2024 • Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação • Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC – JUD (iGovTIC-JUD)	• Execução de ações e iniciativas previstas no PDTIC 2023-2024 • Programa de Conscientização em Segurança da Informação • Troca de senha mandatória
OEAC3 - Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	Infraestrutura	**Falhas na infraestrutura (Elétrica, hidráulica, climatização e de comunicações) do Centro de Processamento de Dados do TRE-SC (#015)**	• Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação • Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC – JUD (iGovTICJUD) • Grupo gerador instalado no Ed. Sede • Central telefônica conectada ao grupo gerador • Nobreaks redundantes instalados no CPD • Monitoramento de energia elétrica, temperatura, umidade e fumaça no CPD	• Execução de ações e iniciativas previstas no PDTIC 2023-2024 • Contratação e instalação de solução de climatização para o CPD do TRE-SC.

3.3 PERSPECTIVAS FUTURAS

As tabelas a seguir estão relacionadas às oportunidades — e perspectivas futuras — para a evolução do desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no ciclo estratégico vigente.

Tabela 3 - Resultados para a Sociedade - Oportunidades e Perspectivas Futuras

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OPORTUNIDADES	PERSPECTIVAS FUTURAS
OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Promoção de campanhas institucionais assertivas • Estímulo à participação democrática no processo eleitoral • Aprimoramento da acessibilidade	• Realização de campanhas institucionais para incentivar e ampliar o alistamento eleitoral de maiores de 16 e menores de 18 anos; • Ampliar o cadastramento biométrico; • Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: "Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos"; "Índice de participação eleitoral"; "Índice do eleitorado com a biometria cadastrada"; "Índice de participação de voluntários e voluntárias no processo eleitoral"; "Índice de acessibilidade e inclusão".
OERS2 - Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Promoção da cultura da ética e da integridade na Instituição • Implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna com custo-benefício favorável à Instituição	• Instituição do Programa de Ética e Integridade; • Implementar as recomendações de auditoria interna; • Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: "Índice de promoção da cultura da ética e da integridade"; "Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna".
OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Adoção de estratégias assertivas na comunicação institucional para os diversos públicos • Criação de campanhas institucionais para difusão de conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral e todas as etapas de auditoria existentes no processo • Parcerias estratégicas com órgãos de controle externo e outras instituições públicas na fiscalização de todas as etapas de auditoria existentes no processo eleitoral • Efetivação do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições • Aprimoramento da transparência do processo eleitoral	• Aperfeiçoamento do Programa Permanente de Enfrentamento à desinformação; • Implementação das oportunidades de melhoria viáveis identificadas na avaliação das eleições 2024 para o projeto Eleições 2026; • Desenvolvimento de padrões de referência para serem adotados na ativação ou desativação de Locais de Votação; • Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: "Índice de reconhecimento por impressão digital na habilitação para o voto"; "Índice de realização das auditorias de funcionamento do processo eleitoral"; "Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições"; "Índice de fiscalização das audiências públicas do processo eleitoral pelas entidades convocadas ou convidadas"; "Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral".
OERS4 -Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Aprimoramento da transparência e memória institucional • Aproximação da Justiça Eleitoral da sociedade • Realização de ações que promovam a cidadania e a consciência do eleitorado	• Ampliar a transparência institucional; • Aperfeiçoar e aplicar pesquisa de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral • Atualização do Plano de Comunicação da Estratégia e seus desdobramentos; • Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: "Índice de Transparência"; "Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo"; "Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade"; "Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo"; "Índice de ações de promoção de cidadania"; Índice de maturidade em gestão da memória institucional" e "Índice de comunicação estratégica.

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Tabela 4 - Processos Internos - Oportunidades e Perspectivas Futuras

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OPORTUNIDADES	PERSPECTIVAS FUTURAS
OEPI1 -Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Aprimoramento da prestação jurisdicional e do processo judicial eletrônico	• Promover o alcance das metas nacionais do Poder Judiciário aplicáveis à Justiça Eleitoral; • Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: "Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral"; "Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais" e "Índice de atendimento à demanda jurisdicional" • Aprimoramento do Processo Judicial eletrônico.
OEPI2 -Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Melhoria no desempenho da estratégia institucional, de forma colaborativa e participativa • Aperfeiçoamento dos processos finalísticos da Cadeia de Valor • Ampliação dos níveis de maturidade em governança e gestão • Ampliação do nível de maturidade em gestão de riscos • Ampliação do nível de maturidade em gestão documental	• Atualização e detalhamento da Cadeia de Valor do TRE-SC; • Aperfeiçoamento dos critérios de priorização de projetos estratégicos; • Evoluir o índice de inovação institucional, especialmente nas áreas recursos, sociedade, ambiente e processos; • Execução do Plano de Contratações; • Revisar as metas dos indicadores táticos que compõem o índice de gestão de contratações em razão das alterações promovidas pela Lei n. 14.133/2021; • Continuidade da execução da política e do plano de gestão de riscos institucionais; • Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: "Índice-Geral de Governança"; "Índice de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia institucional"; "Índice de maturidade em gestão de riscos"; "Índice de inovação institucional"; "Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor"; "Índice de maturidade em gestão documental"; "Índice de qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna"; e "Índice de desempenho da gestão de contratações".
OEPI3 -Promoção da sustentabilidade	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Promoção de contratações e aquisições sustentáveis • Estímulo a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental • Contribuição para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (Agenda 2030) da ONU	• Execução do Plano de Logística Sustentável do TRE-SC; • Aperfeiçoamento e evolução das metas do indicador de desempenho: "Índice de desempenho de sustentabilidade". • Instituição de novos indicadores: "Índice de desempenho da gestão da sustentabilidade ambiental" e "Índice de desempenho de sustentabilidade social".

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Tabela 5 - Aprendizado e Crescimento - Oportunidades e Perspectivas Futuras

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OPORTUNIDADES	PERSPECTIVAS FUTURAS
OEAC1 -Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Estímulo à capacitação de juízes eleitorais, gestores e servidores, especialmente em aspectos relacionados à Justiça Eleitoral • Valorização e reconhecimento dos servidores • Melhoria da qualidade de vida no trabalho • Prevenção e proteção à saúde • Melhoria do clima organizacional • Incentivo ao Teletrabalho	• Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: "Índice de desempenho da gestão de pessoas"; "Índice de capacitação de juízes eleitorais"; "Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais" e "Índice de capacitação de servidores"; • Execução das iniciativas estabelecidas no Plano Estratégico de Gestão de Pessoas 2023-2026; • Alinhamento do instrumento setorial da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina ao Plano Estratégico Institucional.
OEAC2 -Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário • Execução do orçamento direcionado para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais previstas no plano estratégico • Economia com a realização de pregões • Suplementações orçamentárias	• Aperfeiçoamento do processo de elaboração da proposta orçamentária, antecipando o planejamento das atividades; • Evolução do sistema de gestão orçamentária e financeira; • Aperfeiçoamento e evolução das metas do indicador de desempenho: "Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira";
OEAC3 -Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	• Realização de programas, projetos e ações institucionais alinhados ao objetivo estratégico • Apoio à transformação digital no Poder Judiciário • Elevação do nível de maturidade em segurança da informação • Elevação do nível de maturidade em proteção de dados pessoais • Parcerias estratégicas com outras instituições públicas • Aperfeiçoamento e ampliação dos serviços prestados em meio digital à Sociedade	• Execução das ações estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); • Aperfeiçoamento e evolução das metas dos indicadores de desempenho: "Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC –JUD (iGovTIC-JUD)"; "Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação"; "Índice de maturidade em proteção de dados pessoais" e "Índice de serviços prestados em meio digital".

As oportunidades a serem exploradas em cada um dos 10 objetivos estratégicos presentes no atual ciclo permanecem atuais e estão identificadas no Anexo I da Portaria TRE-SC/DG n. 294/2023.

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/arquivos_o_tre/planejamento-estrategico/anexo-i-portaria-dg-n-163-2021-indicadores-de-desempenho/@@download/file/Anexo%20I.pdf

4

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1 POLÍTICA E SISTEMA DE GOVERNANÇA DO TRE-SC

A governança do TRE-SC tem como finalidade direcionar, monitorar e avaliar o desempenho da gestão no processo de geração e entrega de valor público à sociedade. Os mecanismos de governança (liderança, estratégia e controle) tem objetivo de reduzir riscos, otimizar resultados e agregar valor à Instituição.

Em 2018 o TRE-SC aperfeiçoou por meio da Res. TRE-SC n. 7.975/2018 o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e instituiu o Conselho de Governança Corporativa (CGC) e suas estruturas de apoio: Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI), definindo suas competências e atribuições.

Dentre as atribuições do CPGE, destacam-se: o acompanhamento e análise do desenvolvimento de ações e projetos estratégicos; o acompanhamento e análise dos resultados dos indicadores estratégicos, podendo promover ajustes necessários ao desempenho da estratégia institucional; e auxiliar no desdobramento da estratégia de atuação do Órgão.

Já ao CPCI, cabe participar de avaliações, estudos e projetos de interesse comum da Justiça Eleitoral de primeiro grau.

O sistema de governança do TRE-SC possui instâncias internas e externas. As instâncias externas são responsáveis pela fiscalização, controle e regulações aplicáveis ao sistema. Exemplos são o Congresso Nacional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Contas da União (TCU), além das regulações eleitorais e administrativas emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, Órgão superior da Justiça Eleitoral. Já as instâncias internas são responsáveis pela definição da estratégia institucional, bem como o monitoramento da conformidade e de seu desempenho, estabelecendo políticas, diretrizes e promovendo os ajustes necessários à sua evolução contínua. No Tribunal, as instâncias internas são a Presidência e a Direção-Geral, respaldados pelo plenário do Tribunal e pelo Conselho de Governança Corporativa (CGC).

A Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina, a Ouvidoria Regional Eleitoral de Santa Catarina e a Secretaria de Auditoria integram as instâncias internas de apoio à governança do TRE-SC, realizando a comunicação com as partes interessadas e contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão de riscos e controles internos da Instituição em suas respectivas linhas de atuação.

Em 2024, o modelo de governança, apoiado pela nova estrutura orgânica do Tribunal, continuou refletindo a maneira como os diversos papéis atuam, conforme suas competências e atribuições, direcionando estrategicamente a organização para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, o cumprimento efetivo da missão institucional, a consecução da visão de futuro e a promoção dos valores institucionais.

O sistema de governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina está representado visualmente na próxima figura.

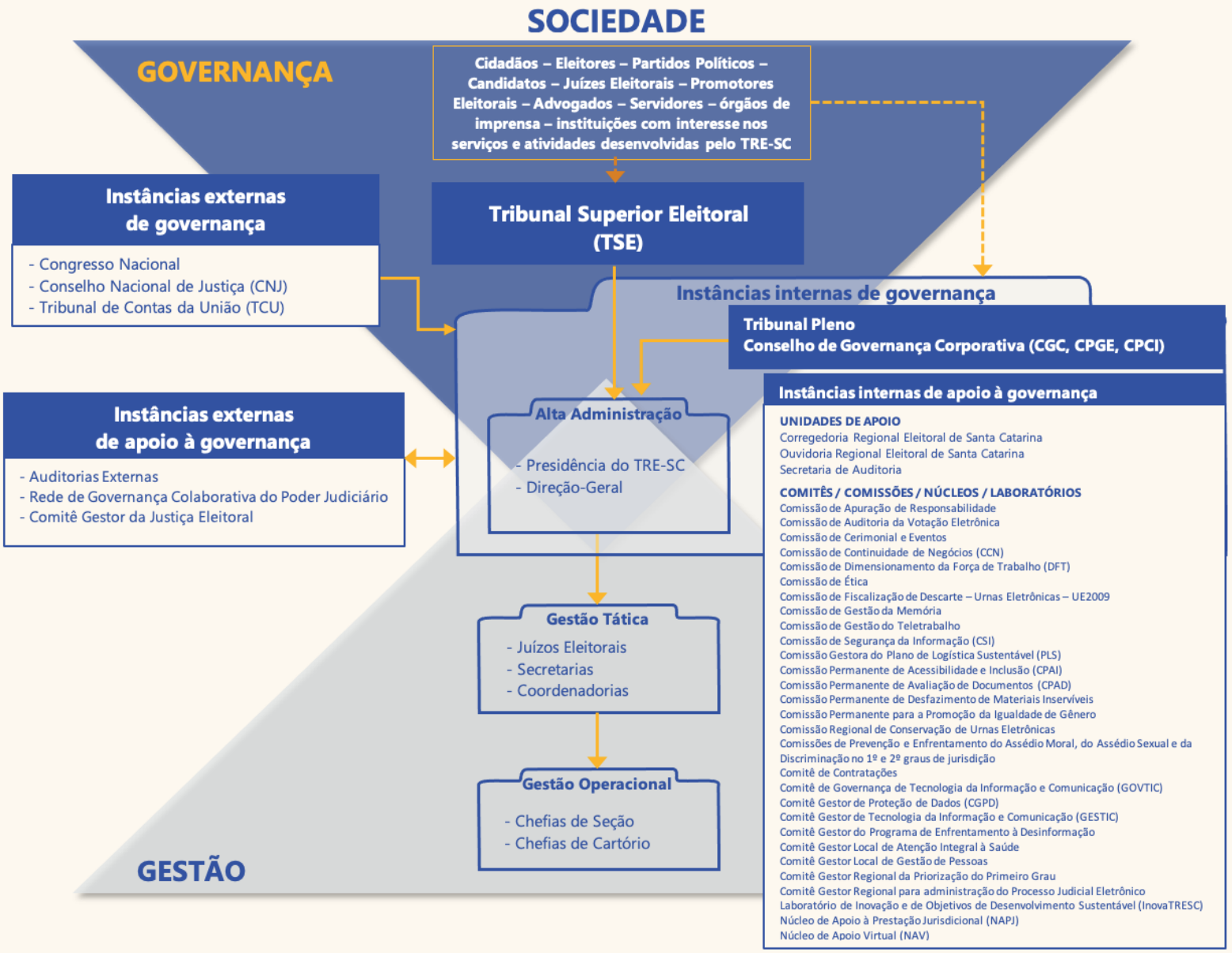


Figura 20 - Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina

4.2 INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança atua para que a organização execute a estratégia institucional e seus desdobramentos. O desempenho da estratégia institucional do TRE-SC é monitorado com base no alcance das metas de cada indicador de desempenho do Plano Estratégico Institucional. Os indicadores são mensurados anualmente e levam em consideração as peculiaridades existentes em anos eleitorais e não eleitorais.

Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC

O indicador mede o índice percentual resultante do atingimento das metas fixadas para os indicadores de desempenho selecionados para os objetivos estratégicos do TRE-SC nas perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento no decorrer do ciclo estratégico em vigência (2021 a 2026).

Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI)

Relatório anual utilizado para monitoramento e avaliação da estratégia do TRE-SC durante o ciclo estratégico. O RDEI é submetido à apreciação pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) nas reuniões de análise da estratégia realizadas no primeiro quadrimestre de cada ano. O relatório reúne as metas e os resultados alcançados no exercício e proposições de melhoria para o aprimoramento contínuo do desempenho institucional.

Reuniões de Análise da Estratégia (RAE)

Reuniões periódicas realizadas pelo CPGE para avaliação e monitoramento dos resultados, buscando soluções para o aprimoramento contínuo do desempenho institucional. Em 05 de fevereiro de 2024 foi realizada a Reunião de Análise da Estratégia pelo CPGE que, após avaliação e inclusão de sugestões ao relatório, à unanimidade, aprovou o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional – Exercício 2024 (RDEI – 2024), cujos resultados, análises e proposições de melhoria estão publicados no link a seguir https://www.tre-sc.jus.br/institucional/resultados-institucionais , aba Relatórios.

Resultados dos levantamentos de governança e gestão públicas do TRE-SC

Levantamento é realizado periodicamente pelo Tribunal de Contas da União. O resultado alcançado pelo TRE-SC fornece elementos para as unidades da estrutura orgânica aperfeiçoarem seus processos de trabalho, contribuindo para evolução da maturidade em governança e gestão pela Instituição.

Tabela 6 - Resultado dos levantamentos de governança realizados pelo Tribunal de Contas da União

RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO				
INDICADOR	**2017**	**2018**	**2021**	**2024**
iESGo (índice ESG)	-	-	-	**69,0%**
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)	-	-	-	**56,6%**
iGovSustentAmb (índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental)	-	-	-	**85,1%**
iGovSustentSocial (índice de governança e gestão da sustentabilidade social)	-	-	-	**33,3%**
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	51%	56%	57,3%	**74,9%**
iGovPub (índice de governança pública organizacional)	48%	52%	53,7%	**69,0%**
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	46%	50%	58,7%	**89,2%**
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	44%	50%	67,9%	**80,9%**
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	46%	53%	61,0%	**87,6%**
iGestTI (Índice de capacidade em gestão de TI)	49%	61%	51%	**95,1%**
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	64%	65%	81,7%	**79,8%**
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	64%	64%	70,4%	**69,8%**
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	-	-	64,1%	**78,1%**
iGestOrcament (índice de gestão orçamentária)	-	-	39,2%	**60,0%**

Elevar o nível de maturidade em governança e gestão é iniciativa estratégica da Administração do TRE-SC e está alinhada ao objetivo estratégico: Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional, presente no ciclo estratégico em vigor (2021-2026).

Em 2024, o TCU aplicou um novo instrumento de pesquisa: iESGo 2024, gerado a partir da reformulação do questionário iGG, que passou a integrar a avaliação dos processos de governança e gestão com os de sustentabilidade ambiental e social. A ideia é acompanhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

A coleta de dados para o levantamento foi realizada por meio de questionário eletrônico de autoavaliação. Os resultados obtidos pelo TRE-SC estão evoluindo nos ciclos de monitoramento na ampla maioria dos indicadores. O destaque foi para o iGestTI (Índice de capacidade em gestão de TI) onde o TRE-SC obteve a 1º colocação entre os Tribunais Regionais Eleitorais.

As oportunidades de melhoria identificadas foram apresentadas aos gestores das unidades em Reunião de Análise da Estratégia ocorrida em 29 de novembro de 2024.

Os resultados da autoavaliação da organização nos últimos levantamentos realizados pelo Tribunal de Contas da União (2017, 2018, 2021 e 2024) estão publicados no sítio oficial do TRE-SC na internet.

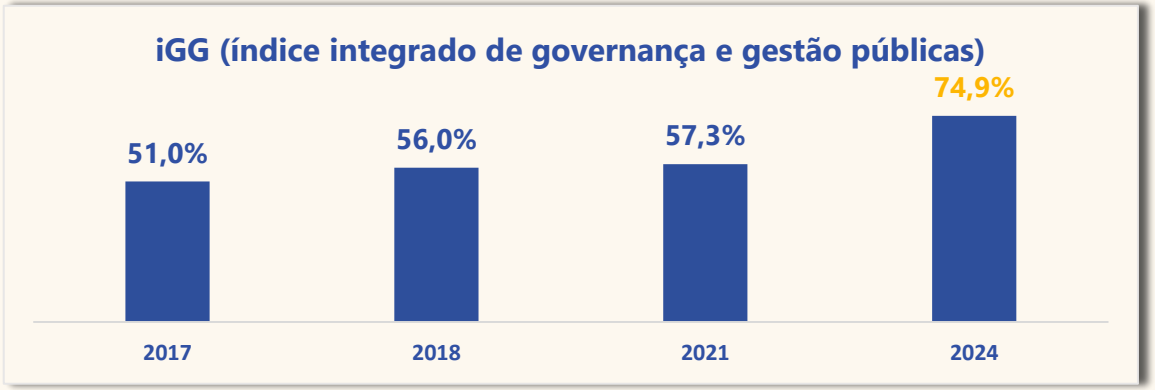


Figura 21 - Evolução do resultado do TRE-SC no iGG - Índice integrado de governança e gestão públicas

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/governanca-institucional

4.3 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Em 2024 foi executado o Plano Estratégico Institucional 2021-2026, instituído pela Portaria TRE-SC/P n. 83/2021 e referendado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina na sessão plenária realizada no dia 05 de julho de 2021.

A formulação do corrente plano estratégico foi realizada no 1º semestre de 2021 e seguiu o processo "Gerenciar a Estratégia Institucional". Na ocasião foram identificados problemas a serem tratados e oportunidades a serem exploradas decorrentes das novas necessidades e desafios do diagnóstico realizado e que resultaram em 10 objetivos estratégicos divididos em três perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

O Plano Estratégico Institucional 2021-2026 está alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída por meio da Res. CNJ n. 325/2020.

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/gestao-estrategica

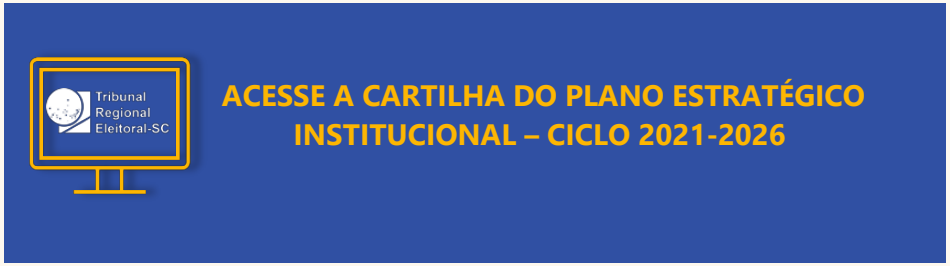


Figura 22 - Cartilha do Plano Estratégico Institucional - Ciclo 2021-2026

O mapa estratégico a seguir traduz a representação visual do Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o ciclo 2021-2026.

Figura 23 - Mapa Estratégico do TRE-SC - Ciclo 2021-2026

Desdobramento da estratégia institucional:

Para viabilizar estratégica, tática e operacionalmente o alcance dos 10 objetivos estratégicos priorizados pelo Tribunal e contribuir para concretizar a visão de futuro: “fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança” foram executados os seguintes instrumentos no exercício 2024:

Tabela 7 - Instrumentos de curto e médio prazos para viabilizar a estratégia institucional

INSTRUMENTOS	DESCRIÇÃO
Lista de Iniciativas Estratégicas	Instrumento que reúne as iniciativas estratégicas definidas pela Administração para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição, define as unidades responsáveis por sua implementação e orienta o desdobramento em programas, projetos e ações institucionais.
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2023 – 2024	Instrumento elaborado bianualmente que institucionaliza objetivos, indicadores, metas e iniciativas específicas para a área voltadas a aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação no TRE-SC durante a vigência do ciclo estratégico.
Plano de Comunicação da Estratégia	Instrumento que orienta a comunicação institucional frente aos objetivos estabelecidos no plano estratégico e respectivas iniciativas definidas para alcançá-los.
Plano de Logística Sustentável	O Plano de Logística Sustentável é o instrumento que estimula a reflexão e a mudança dos padrões de consumo, fomentando ações que incentivem o aperfeiçoamento do gasto público, o uso sustentável de recursos e a correta gestão de resíduos no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.
Plano Estratégico de Gestão de Pessoas	Instrumento que institucionaliza objetivos, indicadores, metas e iniciativas específicas para a área voltadas a aperfeiçoar a gestão de pessoas no TRE-SC durante a vigência do ciclo estratégico.
Plano de Contratações	O Plano de Contratações é o instrumento elaborado com objetivo de planejar as contratações, no âmbito do TRE-SC para cada exercício, definindo papéis e responsabilidades das áreas envolvidas.

Principais programas, ações e projetos estratégicos em acompanhamento no exercício:

A tabela a seguir relaciona os principais programas, projetos e iniciativas relevantes para o cumprimento da missão Institucional do TRE-SC no exercício 2024:

Tabela 8 - Principais programas, ações e projetos estratégicos em acompanhamento no exercício 2024

PROJETO	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos Financeiros alocados no exercício	Resultados
Eleições 2024	**OERS1 -Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais** **OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral**	Organizar e realizar as Eleições 2024 no âmbito do Estado de Santa Catarina, implementando as oportunidades de melhoria identificadas em pleitos anteriores, em conformidade com a legislação aplicável, as diretrizes estratégicas estabelecidas para a Justiça Eleitoral de Santa Catarina, as diretrizes nacionais exaradas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e a visão estratégica definida no Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina para o período de 2021 a 2026 (Portaria P n. 83/2021).	R$ 21.925.893,15	**Fase do projeto: execução, monitoramento e controle** No exercício foi executado o projeto Eleições Municipais 2024, sendo preenchidas as vagas dos representantes escolhidos pelo povo para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores dos 295 municípios do Estado de Santa Catarina. Foram auditadas 35 urnas em Santa Catarina. 25 urnas auditadas no Teste de Integridade na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), 2 em Teste de Integridade com biometria, na Escola Prof. Henrique Stodieck; e 8 em Teste de Autenticidade, nas seções eleitorais sorteadas. Em dezembro foi realizada a diplomação dos eleitos e suplentes. Em continuidade, segue a análise e julgamento da prestação de contas dos candidatos e candidatas não eleitos e está em andamento a avaliação do projeto eleições para identificação de oportunidades de melhoria ao processo eleitoral. Saiba mais na página do projeto: https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-municipais-2024 Página da Auditoria das Urnas: https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes-2024/auditoria-das-urnas

PROJETO	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos Financeiros alocados no exercício	Resultados
Justiça Eleitoral em movimento – Nossos serviços mais perto de você	**OERS1 -Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais** **OERS4 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade**	Expandir os serviços eleitorais a comunidades não alcançadas pelo atendimento presencial da Justiça Eleitoral.	R$ 17.212,68	**Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle** Em 2024 foram realizados mais de 43 mil atendimentos em comunidades não alcançadas pelo atendimento presencial da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.
Projeto Mesários	**OERS1 – Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais** **OERS3 – Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral** **OERS4 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade**	Aperfeiçoar o processo mesários em todas as suas principais etapas: Prospecção; Convocação; Treinamento; Dia da Eleição e Pós-Eleição.	-	**Fase do projeto: Execução, monitoramento e controle** Em 2024 o TRE-SC, por meio do Laboratório de Inovação, executou o projeto mesários, trabalho colaborativo com equipe multidisciplinar da Sede do TRE-SC, Cartórios Eleitorais e tribunais parceiros. Duas entregas foram concluídas ainda para implementação nas Eleições Municipais 2024: A Carta de Convocação em Linguagem Simples e o folder “Orientações Práticas para Mesários”. Carta de Convocação em Linguagem Simples: https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=1202 Folder de Orientações Práticas para Mesários: https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=1201

4.4 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Principais problemas a serem tratados pelo objetivo estratégico:

As tabelas a seguir relacionam os principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos por perspectiva e respectivos indicadores selecionados para monitoramento no exercício 2024:

Tabela 9 - Perspectiva Sociedade - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS PROBLEMAS A SEREM TRATADOS PELO OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DE DESEMPENHO SELECIONADOS PARA MONITORAMENTO NO EXERCÍCIO
OERS1 - Garantia dos Direitos Políticos e Fundamentais	• Baixo acesso à Justiça • Baixa participação de jovens eleitores no processo eleitoral • Desinteresse no processo eleitoral	• Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos • Índice do eleitorado com biometria cadastrada • Índice de acessibilidade e inclusão
OERS2 - Promoção da Ética, da Integridade e Enfrentamento aos Ilícitos Eleitorais	• Lentidão no julgamento de processos pendentes relacionados à improbidade, corrupção e crimes eleitorais • Baixa devolução ao erário de recursos públicos aplicados indevidamente nas campanhas eleitorais por candidatos e partidos políticos • Lentidão no julgamento de processos relacionados à Lei das Inelegibilidades	• Índice de promoção da cultura da ética e da integridade • Índice de execução do plano anual de auditoria • Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna • Índice de atendimento aos princípios constitucionais por titulares de cargos e funções conforme Res. CNJ n. 156/2012
OERS3 - Fortalecimento da Segurança, Transparência e Credibilidade do Processo Eleitoral	• Disseminação de desinformação sobre o processo eleitoral • Ataques à credibilidade da Justiça Eleitoral e à segurança do processo eleitoral e da urna eletrônica, inclusive por agentes públicos • Baixa participação das entidades na fiscalização das audiências públicas do processo eleitoral • Desconhecimento da população sobre o funcionamento do processo eleitoral	• Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação nas Eleições • Índice de fiscalização das audiências públicas do processo eleitoral pelas entidades convocadas ou convidadas • Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral
OERS4 -Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade	• Lentidão na resposta aos contatos dirigidos à Ouvidoria • Lentidão nas respostas às solicitações de acesso à informação com base na Lei de Acesso à Informação	• Índice de Transparência • Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo • Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade • Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo • Índice de ações de promoção de cidadania • Índice de maturidade em gestão da memória institucional • Índice de comunicação estratégica

Tabela 10 - Perspectiva Processos Internos - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS PROBLEMAS A SEREM TRATADOS PELO OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DE DESEMPENHO SELECIONADOS PARA MONITORAMENTO NO EXERCÍCIO
OEPI1 -Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	• Alta taxa de congestionamento líquida, causando gargalo na prestação jurisdicional • Lentidão na tramitação dos processos pendentes	• Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral • Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais • Índice de atendimento à demanda jurisdicional
OEPI2 -Aperfeiçoamento da Governança e Gestão Institucional	• Excesso de burocracia nos processos de trabalho • Desempenho insatisfatório na execução da estratégia institucional • Baixa maturidade na gestão dos riscos institucionais	• Índice- Geral de Governança • Índice de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia institucional • Índice de maturidade em gestão de riscos • Índice de Inovação Institucional • Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor • Índice de maturidade em gestão documental • Índice de qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna • Índice de desempenho da gestão de contratações
OEPI3 -Promoção da sustentabilidade	• Desperdício de recursos públicos e naturais	• Índice de desempenho de sustentabilidade

Tabela 11 - Perspectiva Aprendizado e Crescimento - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS PROBLEMAS A SEREM TRATADOS PELO OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES DE DESEMPENHO SELECIONADOS PARA MONITORAMENTO NO EXERCÍCIO
OEAC1 -Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	• Adoecimento dos servidores e colaboradores • Sobrecarga de trabalho em razão da escassez da força de trabalho • Impactos da pandemia de Covid-19 na saúde dos servidores • Força de trabalho não capacitada para os desafios institucionais	• Índice de desempenho da gestão de pessoas • Índice de capacitação de juízes eleitorais • Índice de capacitação dos gestores em competências gerenciais • Índice de capacitação de servidores
OEAC2 -Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	• Restrições e cortes orçamentários	• Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira
OEAC3 -Fortalecimento da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Proteção de Dados	• Ataques cibernéticos • Outras vulnerabilidades associadas a área de tecnologia da informação e comunicação	• Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC – JUD (iGovTIC-JUD) • Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação • Índice de maturidade em proteção de dados pessoais • Índice de serviços prestados em meio digital

Os resultados e desempenho da gestão são avaliados por meio de indicadores de desempenho relacionados a cada um dos 10 objetivos estratégicos presentes no atual ciclo estratégico. Os indicadores de desempenho, as unidades responsáveis e as respectivas metas fixadas para o exercício constam no Anexo I da Portaria TRE-SC/DG n. 294/2023. Além das metas, a ficha de cada indicador define informações importantes: partes interessadas, o que mede, para que mede, quem mede, quando mede, como mede, onde mede, evolução ideal e um campo para observações.

A medição dos indicadores de desempenho é realizada anualmente e considera o período 01/01 a 31/12 de cada exercício em referência. As metas para os exercícios subsequentes são fixadas após deliberação pelo CPGE das proposições de melhoria registradas pelas unidades no Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI) – Exercício 2024, analisado na Reunião de Análise da Estratégia realizada no primeiro quadrimestre do exercício 2025.

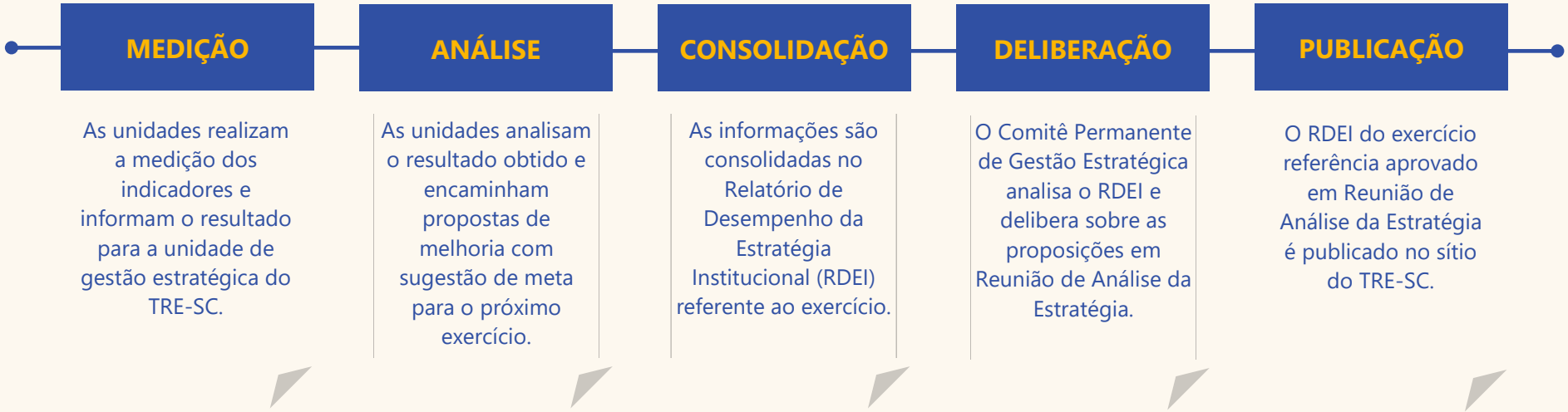


Figura 24 - Processo de elaboração do Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional

Figura 25 - Link para o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional - Exercício 2024 – contendo os resultados institucionais alcançados no exercício

Saiba mais: Anexo I da Portaria DG n. 294/2023 – Indicadores de Desempenho do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Ciclo 2021-2026;
https://www.tre-sc.jus.br/institucional/arquivos_o_tre/planejamento-estrategico/anexo-i-portaria-dg-n-163-2021-indicadores-de-desempenho/@@download/file/Anexo%20I.pdf

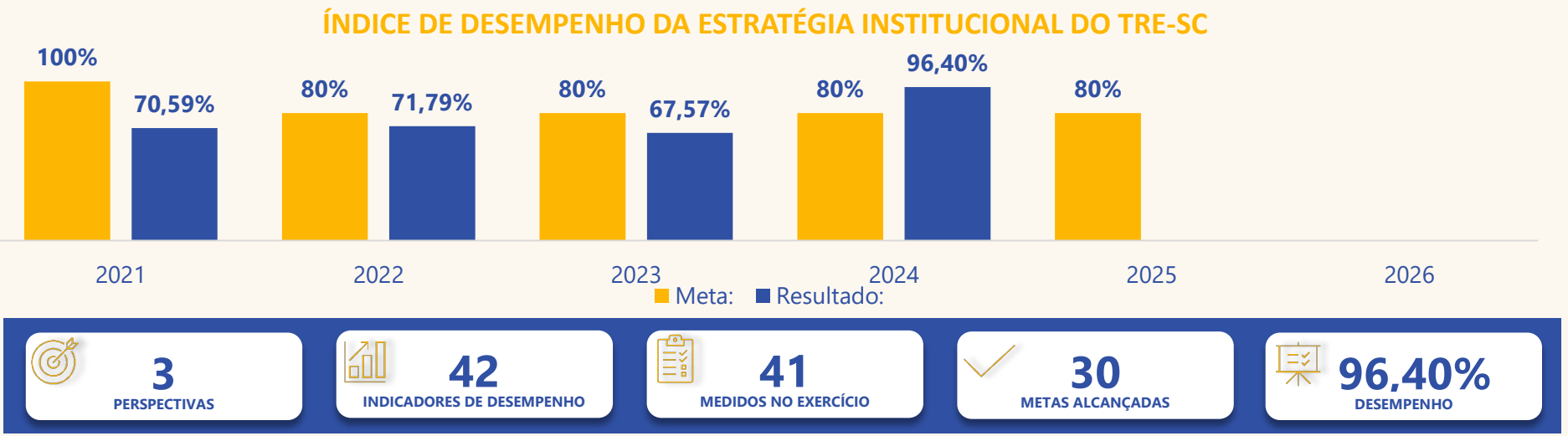


Figura 26 – Gráfico e painel de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC

O Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC é o índice resultante do percentual de alcance das metas pelos indicadores de desempenho selecionados para a execução da estratégia institucional do TRE-SC nas perspectivas: Resultado para Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento nos exercícios 2021 a 2026.

O desempenho é avaliado conforme faixas de classificação: 0% a 30,99% (desempenho extremamente baixo); 31% a 59,99% (desempenho baixo); 60% a 79,99% (desempenho satisfatório); 80% a 89,99% (desempenho aprimorado) e 90% a 100% (desempenho excelente). Em 2024 a fórmula de cálculo do indicador foi aprimorada para incluir o esforço do alcance das metas no cálculo do desempenho.

Segundo as faixas de classificação adotadas, o desempenho da estratégia institucional do TRE-SC alcançado em 2024 foi **EXCELENTE**.

Os principais desafios para os próximos exercícios relacionados à execução da estratégia institucional estão apresentados na análise por perspectiva do plano estratégico institucional logo a seguir.

Com o aprimoramento da fórmula do indicador, houve sensível variação positiva em relação ao resultado obtido em 2023. A variação do resultado obtido no exercício 2024 em relação à meta foi de 20,50%. Já a variação do resultado do exercício 2024 em relação ao resultado de 2023 foi 42,67%.

A evolução de desempenho é resultado direto das proposições de melhoria à estratégia institucional encaminhadas pelas unidades no decorrer do ciclo estratégico e deve continuar gerando resultados positivos ao longo desse ciclo, fomentando o contínuo aperfeiçoamento institucional.

Saiba mais: Anexo I da Portaria DG n. 294/2023 – Indicadores de Desempenho do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Ciclo 2021-2026;
https://www.tre-sc.jus.br/institucional/arquivos_o_tre/planejamento-estrategico/anexo-i-portaria-dg-n-163-2021-indicadores-de-desempenho/@@download/file/Anexo%20I.pdf

Figura 27 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Resultados para a Sociedade

Quatro objetivos estratégicos compõem a perspectiva Resultados para a Sociedade: GARANTIA DOS DIREITOS POLÍTICOS E FUNDAMENTAIS; PROMOÇÃO DA ÉTICA, DA INTEGRIDADE E ENFRENTAMENTO AOS ILÍCITOS ELEITORAIS; FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA, TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE DO PROCESSO ELEITORAL e FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM A SOCIEDADE.

O desempenho na perspectiva Resultados para a Sociedade é calculado com base no percentual do alcance das metas pelos indicadores de desempenho selecionados para o cumprimento dos objetivos estratégicos relacionados à perspectiva.

Dos 21 indicadores de desempenho relacionados à perspectiva, todos foram medidos no exercício, dentre estes, 7 não alcançaram a meta fixada, impactando no desempenho e possibilitando a implementação de melhorias para o exercício 2025. As análises de cada indicador de desempenho integram o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional.

Os principais desafios identificados para os próximos exercícios relacionados à perspectiva são: buscar a ampliação do eleitorado jovem no Estado; aperfeiçoar a acessibilidade e inclusão; ajustar os prazos e implementar as recomendações de auditoria interna, ampliar a participação de entidades nas audiências públicas de fiscalização do processo eleitoral, aperfeiçoar os serviços de Ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão.

De acordo com as faixas de classificação, o desempenho na perspectiva Resultados para a Sociedade alcançado em 2024 foi **EXCELENTE**.

Com o aprimoramento da fórmula do indicador nesse exercício, houve significativa variação positiva em relação ao resultado obtido em 2023, a variação do resultado obtido no exercício 2024 em relação ao resultado de 2023 foi de 68,69%, interrompendo a tendência decrescente em perspectiva importante da estratégia institucional.

Tabela 12 - Perspectiva Sociedade - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício

INDICADORES DE DESEMPENHO	UNIDADES RESPONSÁVEIS	META	RESULTADO / % DE ALCANCE DA META	SITUAÇÃO
Índice do eleitorado entre os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos	STI	26,87%	17,80% / 66,24%	Meta parcialmente cumprida
Índice de participação eleitoral	DG-AEPE	80%	78,29% / 97,86%	Meta parcialmente cumprida
Índice do eleitorado com biometria cadastrada	SCRE	84,50%	85,71% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de participação de voluntários e voluntárias no processo eleitoral	STI	55%	67,06% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de acessibilidade e inclusão	CPAI	70,00%	68,00% / 97,14%	Meta parcialmente cumprida
Índice de promoção da cultura da ética e da integridade	Comissão de Ética	65%	65,85% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de execução do plano anual de auditoria	SA	100%	100% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de implementação das recomendações emitidas pela auditoria interna	SA	50%	36,84% / 73,68%	Meta parcialmente cumprida
Índice de atendimento aos princípios constitucionais por titulares de cargos e funções conforme Res. CNJ n. 156/2012	SGP	100%	100% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de reconhecimento por impressão digital na habilitação para o voto	STI	90%	92,40% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de realização das auditorias de funcionamento do processo eleitoral	STI / CAVE	100%	100% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de execução do Programa de Enfrentamento à Desinformação	GAB-DG / GAT	80%	93,75% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de participação de entidades convocadas e convidadas nas audiências públicas de fiscalização do processo eleitoral	STI	12,50%	10,15% / 81,20%	Meta parcialmente cumprida
Índice de promoção de campanhas institucionais para ampliar conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral	ASCOM	100%	100% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de Transparência	DG-AGI	90%	96,30% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo	OUV	95%	94% / 98,94%	Meta parcialmente cumprida
Índice de satisfação dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à Sociedade	OUV	90%	90% / 100%	Meta alcançada ou superada

INDICADORES DE DESEMPENHO	UNIDADES RESPONSÁVEIS	META	RESULTADO / % DE ALCANCE DA META	SITUAÇÃO
Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo	**OUV**	**90%**	**70% / 77,77%**	Meta parcialmente cumprida
Índice de ações de promoção de cidadania	**EJESC**	**90%**	**95% / 100%**	Meta alcançada ou superada
Índice de maturidade em gestão da memória institucional	**DG-AGI**	**70%**	**72,50% / 100%**	Meta alcançada ou superada
Índice de comunicação estratégica	**DG-AEPE**	**90%**	**92,50% / 100%**	Meta alcançada ou superada

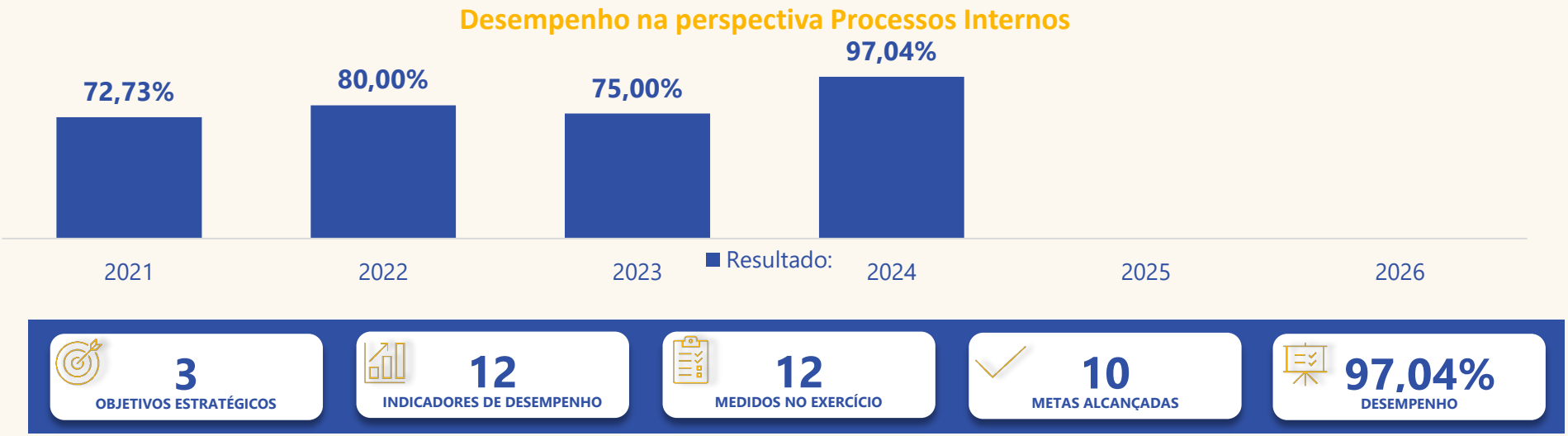


Figura 28 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Processos Internos

Três objetivos estratégicos compõem a perspectiva Processos Internos: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL; APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA E GESTÃO INSTITUCIONAL e PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE.

O desempenho na perspectiva Processos Internos é calculado anualmente com base no alcance dos resultados pelos indicadores de desempenho selecionados para o alcance dos objetivos estratégicos relacionados à perspectiva.

Dos 12 indicadores de desempenho relacionados à perspectiva, todos foram medidos no exercício, dentre estes, 2 não alcançaram a meta fixada, impactando no desempenho e possibilitando a implementação de melhorias, cujos detalhes integram o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional.

Os principais desafios identificados para os próximos exercícios relacionados à perspectiva são: ampliar o atendimento à demanda jurisdicional e aperfeiçoar a gestão documental.

De acordo com as faixas de classificação, o desempenho na perspectiva Processos Internos alcançado em 2024 foi **EXCELENTE**.

Com o aprimoramento da fórmula do indicador nesse exercício, houve significativa variação positiva em relação ao resultado obtido em 2023, a variação do resultado obtido no exercício 2024 em relação ao resultado de 2023 foi de 29,39%, interrompendo a tendência decrescente em perspectiva importante da estratégia institucional.

Tabela 13 - Perspectiva Processos Internos - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício

INDICADORES DE DESEMPENHO	UNIDADES RESPONSÁVEIS	META	RESULTADO / % DE ALCANCE DA META	SITUAÇÃO
Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral	DG-AEPE	100%	100% / 100%	Meta alcançada ou superada
Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais*	SCRE / SJ	40%	33,56% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de atendimento à demanda jurisdicional	SCRE / SJ	100%	65,21% / 65,21%	Meta parcialmente cumprida
Índice-Geral de Governança	DG-AEPE	65%	74,90% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de monitoramento e avaliação do desempenho da estratégia institucional	DG-AEPE	100%	100% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de maturidade em gestão de riscos	DG-AEPE	78%	78% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de inovação institucional	InovaTRESC	45%	51% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de desempenho dos processos da Cadeia de Valor	DG-AEPE	75%	77,50% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de maturidade em gestão documental	DG-AGI	75%	74,48% / 99,30%	Meta parcialmente cumprida
Índice de qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna	SA	92,50%	99,82% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de desempenho da gestão de contratações	SAO	70%	83,90% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de desempenho de sustentabilidade	SIS	65%	80,30% / 100%	Meta alcançada ou superada

*polaridade invertida.

Figura 29 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Aprendizado e Crescimento

Três objetivos estratégicos compõem a perspectiva Aprendizado e Crescimento: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS; APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA; FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E DE PROTEÇÃO DE DADOS.

O desempenho na perspectiva Aprendizado e Crescimento é calculado anualmente com base no alcance dos resultados pelos indicadores de desempenho selecionados para o alcance dos objetivos estratégicos relacionados à perspectiva.

Dos 9 indicadores de desempenho relacionados à perspectiva, 8 foram medidos no exercício, dentre estes, 2 não alcançaram a meta fixada, impactando no desempenho e possibilitando a implementação de melhorias, cujos detalhes integram o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional.

Os principais desafios identificados para os próximos exercícios relacionados à perspectiva são: ampliar a governança, gestão e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação e a maturidade em proteção de dados pessoais.

De acordo com as faixas de classificação, o desempenho na perspectiva Aprendizado e Crescimento alcançado em 2024 foi **EXCELENTE.**

Com o aprimoramento da fórmula do indicador nesse exercício, houve significativa variação positiva em relação ao resultado obtido em 2023, a variação do resultado obtido no exercício 2024 em relação ao resultado de 2023 foi de 27,80%.

Tabela 14 - Perspectiva Aprendizado e Crescimento - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício

INDICADORES DE DESEMPENHO	UNIDADES RESPONSÁVEIS	META	RESULTADO / % DE ALCANCE DA META	SITUAÇÃO
Índice de desempenho da gestão de pessoas	SGP	80%	88,18% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de capacitação de juízes eleitorais	EJESC	20%	53,40% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de capacitação de servidores	EJESC	86%	90% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira	SAO	80%	96,63% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de governança, gestão e infraestrutura de TIC –JUD (iGovTIC-JUD)	STI	0,75%	0,72% / 96%	Meta parcialmente cumprida
Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação	STI	80%	90,60% / 100%	Meta alcançada ou superada
Índice de maturidade em proteção de dados pessoais	CGPD	75%	74,40% / 99,20%	Meta parcialmente cumprida
Índice de serviços prestados em meio digital	GAB-DG	99%	100% / 100%	Meta alcançada ou superada

4.5 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

4.5.1 Gestão Orçamentária e Financeira

Conformidade legal:

A conformidade e a confiabilidade da gestão orçamentária, financeira e contábil estão fundamentadas nas informações extraídas dos sistemas gerenciais utilizados pela Justiça Eleitoral (SIAFI, Tesouro Gerencial, SIGEPRO, SGRH, entre outros), corroboradas pelas declarações dos demais gestores responsáveis. Assim sendo, declara-se que os padrões de gestão deste Tribunal atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Perfil de gasto da Instituição:

A proposta orçamentária para o exercício orçamentário/financeiro de 2024, elaborada em abril de 2023, obedeceu ao limite orçamentário estabelecido pelo Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão à Justiça Eleitoral.

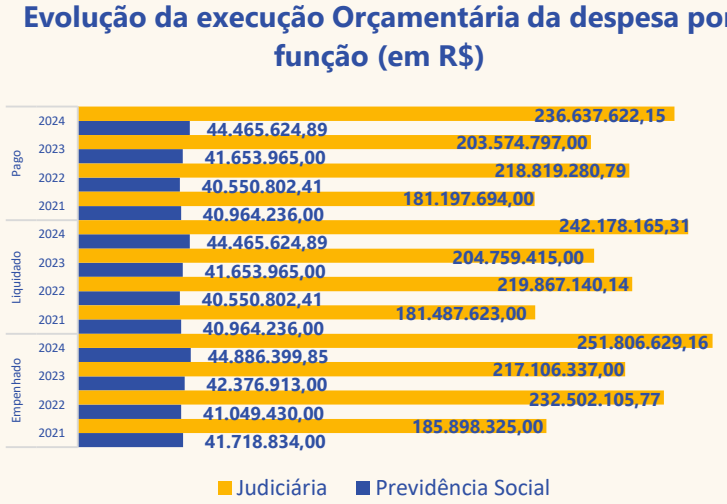


Figura 30 – Evolução da execução orçamentária da despesa por função (em R$)

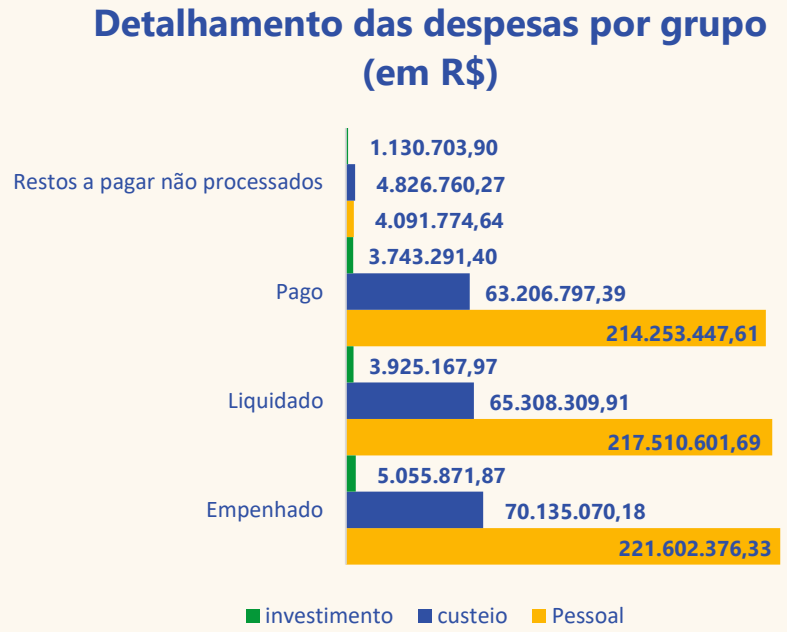


Figura 31 - Detalhamento das despesas por grupo (em R$)

Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado com análise de tendências:

No orçamento do ano de 2024 foi verificada uma economia orçamentária no orçamento de custeios, na Ação Orçamentária de Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, nos planos orçamentários 0001, Capacitação de Recursos Humanos - PAC e Capacitação de Recursos Humanos – Tecnologia da Informação, no valor de R$ 67.636,60 (sessenta e sete mil e seiscentos e trinta e seis reais e sessenta centavos) e no orçamento de investimentos, na Ação Orçamentária de Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, plano orçamentário 0001, no valor de R$ 22.665,13 (vinte e dois mil e seiscentos e sessenta e cinco reais e treze centavos), resultado da programação orçamentária coerente com as demandas do TRE-SC.

Da análise da execução orçamentária/financeira das Ações Orçamentárias e por Elemento de Despesa, verifica-se que as despesas liquidadas decorrentes das remunerações de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas Civis, de serviço extraordinário em função das eleições, dos Benefícios Assistenciais e Assistência Médica e Odontológica aos servidores Ativos, Inativos e Pensionistas Civis e Obrigações Patronais sobre a remuneração de Pessoal Ativo, no montante de R$ 239.059,620,72 (duzentos e trinta e nove milhões, cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte reais e setenta e dois centavos), representaram 83,38% das despesas liquidadas em 2024.

Com relação à execução orçamentária/financeira do orçamento de custeios por Elemento de Despesa, verifica-se que na Natureza da Despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no montante liquidado em 2024 de R$ 24.738.238,85 (vinte e quatro milhões, setecentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), estão concentrados os gastos desse orçamento, de acordo com o relatório “Detalhamento das Despesas por Grupo e Elemento de Despesa”. Destaca-se que, nesse Elemento de Despesa, estão registradas as despesas com a manutenção do Órgão, dentre elas as despesas com locação de imóveis, serviços de limpeza e conservação, serviços de vigilância, conexão de internet entre a sede do TRE-SC e os cartórios eleitorais, manutenção predial, transporte e recolhimento de urnas eletrônicas e materiais eleitorais para os locais de votação e contratação de técnicos de apoio ao voto informatizado.

O aumento das despesas liquidadas no ano de 2024, em relação ano de 2023, deve-se a execução do orçamento destinado à realização das eleições municipais de 2024. No orçamento de Pleitos Eleitorais foram liquidadas despesas de custeio no valor de R$ 17.226.870,84 (dezessete milhões duzentos e vinte e seis mil e oitocentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos) e no orçamento de pessoal foram liquidadas despesas no valor de R$ 7.798.842,48 (sete milhões setecentos e noventa e oito mil e oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos). Foram inscritos em Restos a Pagar o valor de R$ 1.579.820,17 (um milhão quinhentos e setenta e nove mil e oitocentos e vinte reais e dezessete centavos) no orçamento de custeio, destinado, principalmente, para o pagamento pela contratação de técnicos de apoio ao voto informatizado e R$ 1.520.000,00 (um milhão e quinhentos e vinte mil reais e zero centavos) no orçamento de pessoal. Este valor está destinado para o pagamento de serviço extraordinário.

Explicações sobre variações do resultado com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes:

O desempenho orçamentário e financeiro no exercício de 2024 foi afetado pela limitação do limite de pagamentos concedido a este Tribunal, sendo que este limite foi parcialmente recomposto no final do exercício de 2024. As contratações realizadas no final do exercício de 2024 serão pagas no exercício de 2025.

Considerando o índice de aderência das Despesas Discricionárias do orçamento de 2024, no percentual de 71,44%, sendo que este índice mede a execução orçamentária em comparação ao efetivamente planejado, e considerando que a meta definida era de 72%, verifica-se que as contrações realizadas no ano de 2024 não seguiram na totalidade o inicialmente planejado. Destaca-se que foi remanejado R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) do orçamento de custeio para o orçamento de investimento, decorrente de sobra orçamentária, para a aquisição de computadores, visando a renovação do parque de informática deste Tribunal e foram contratos serviços de pequenas reformas não previstas inicialmente.

Principais metas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:

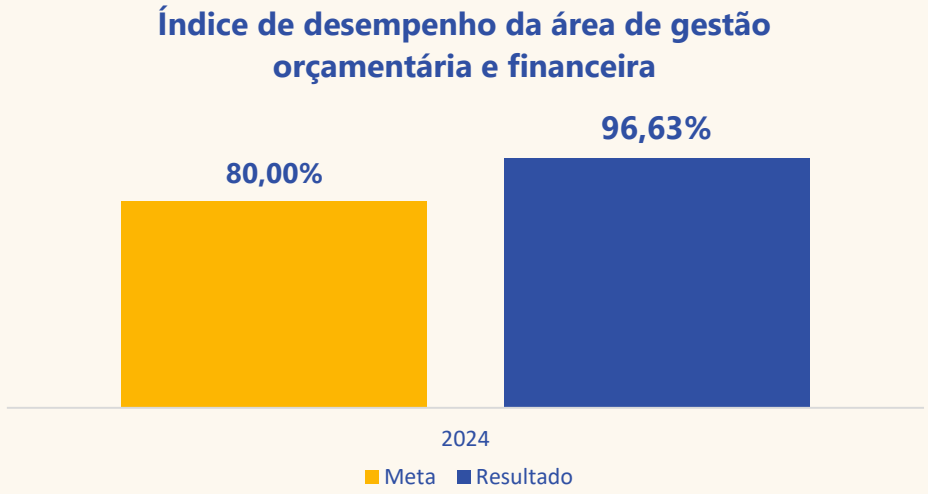


Figura 32 - Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira do TRE-SC - 2024

O desempenho da área de gestão orçamentária e financeira do TRE-SC é medido pelo Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira. Em 2024 o índice foi aperfeiçoado para contabilizar o esforço do alcance das metas nos indicadores táticos. O índice é composto por 15 indicadores táticos: IT01 - Perdas orçamentárias: Despesas Discricionárias (Orçamento ordinário); IT02 - Perdas orçamentárias: Despesas Obrigatórias (Orçamento ordinário); IT03 - Perdas orçamentárias: Despesas Discricionárias (Pleitos Eleitorais – Manutenção de Urnas Eletrônicas); IT04 - Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Discricionárias (Orçamento Ordinário); IT05 - Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Obrigatórias (Orçamento Ordinário); IT06 - Aderência ao Planejamento: Despesas Discricionárias (Orçamento Ordinário); IT07 - Índice de execução orçamentária de capacitação de recursos humanos – PAC; IT08 - Índice de execução orçamentária de capacitação de recursos humanos - PAC-TIC; IT09 - Índice de execução orçamentária de segurança da informação - PAC-SIN; IT10 - Aderência ao Planejamento: Despesas Discricionárias (Pleitos Eleitorais – Manutenção de Urnas Eletrônicas); IT11 - Índice de monitoramento dos riscos orçamentários; IT12 - Índice de capacidade em gestão orçamentária – *IgestOrçament*; IT13 - Índice de dotações para despesas obrigatórias (*Idob*) - Liquidado /Dotação líquida; IT14 - Índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD) - Liquidado / Dotação Líquida; e IT15 - Índice de execução das dotações para projetos. Destes, não atingiram a meta os indicadores: IT06 - Aderência ao Planejamento: Despesas Discricionárias (Orçamento Ordinário): Meta: 72%. Resultado: 71,44%. Justificativa: Impactado pela redução do limite de pagamento e pelo aproveitamento de sobras orçamentárias em itens não previstos; IT08 - Índice de execução orçamentária de capacitação de recursos humanos - PAC-TIC: Meta: 80%. Resultado: 60,12%. Justificativa: As solicitações encaminhadas pela unidade responsável pela contratação das capacitações foram menores do que o orçamento previsto para o ano de 2024. Os envios das solicitações de capacitação de TI foram impactadas pela realização das eleições municipais de 2024, que demandou a participação dos servidores a serem treinados no desempenho de outras atividades e IT09 - Índice de execução orçamentária de segurança da informação - PAC-SIN: Meta: 80,00%. Resultado: 60,12%. Justificativa: Não houve a necessidade de contratação de todos os serviços previstos.

Com relação à Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Discricionárias (Orçamento ordinário) haverá orientação aos gestores deste Tribunal para cumprimento dos prazos estipulados nos Planos de Contratações, sendo que no ano de 2024 o valor inscrito foi impactado pela limitação do limite de pagamento. Com relação à Inscrição em Restos a Pagar: Despesas Obrigatórias (Orçamento ordinário), buscaremos a diminuição destes valores. No entanto, este orçamento abrange as despesas com pessoal e benefícios e estas são influenciadas por normativos legais. Para o exercício de 2025, continuaremos executando o orçamento de acordo com o efetivamente planejado no ano de 2024, buscando ao longo do exercício minimizar os impactos decorrentes de contratações inicialmente não planejadas.

4.5.2 Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução n. 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada com a finalidade de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão. Neste sentido, foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 2.260 municípios e de possuir mais de 2.800 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:

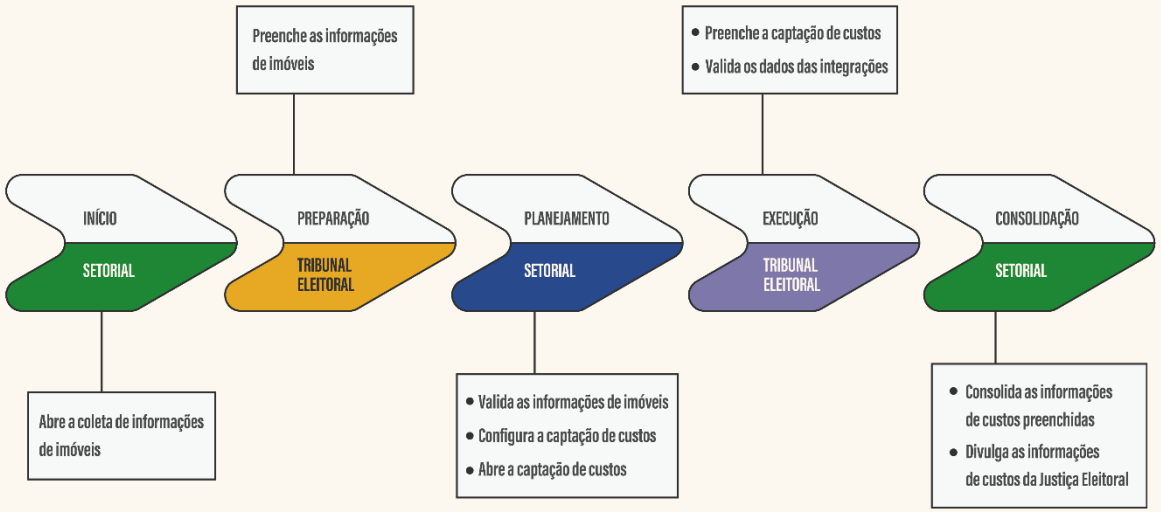


Figura 33 - Fluxo do processo de apuração de custos

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: Itens de Custos e Atividades/Serviços. No eixo Itens de Custos, procura-se responder à questão “com o quê?”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral

Figura 34 - Principais itens de custos

Atualmente são 48 itens de custos.

No eixo das Atividades/Serviços, procura-se responder à questão “para quê?”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

Figura 35 - Atividades e serviços da Justiça Eleitoral

*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no exercício de 2024, que totalizaram R$ 218,6 milhões, são apresentados os gráficos a seguir:

Figura 36 - Gráfico 10 maiores itens de custos

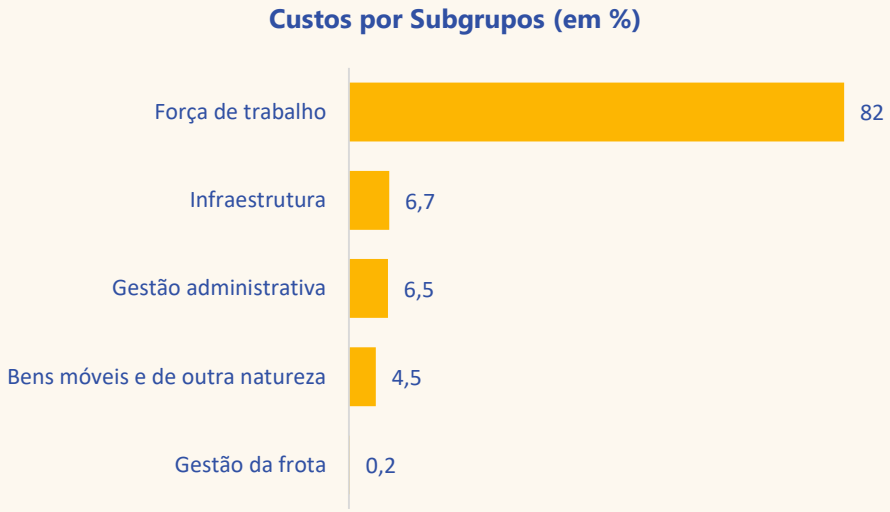


Figura 37 - Gráfico custos por subgrupos

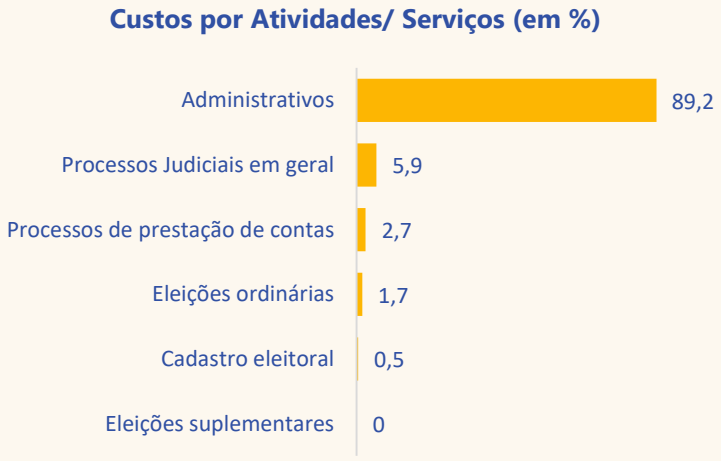


Figura 38 - Gráfico custos por atividades / serviços

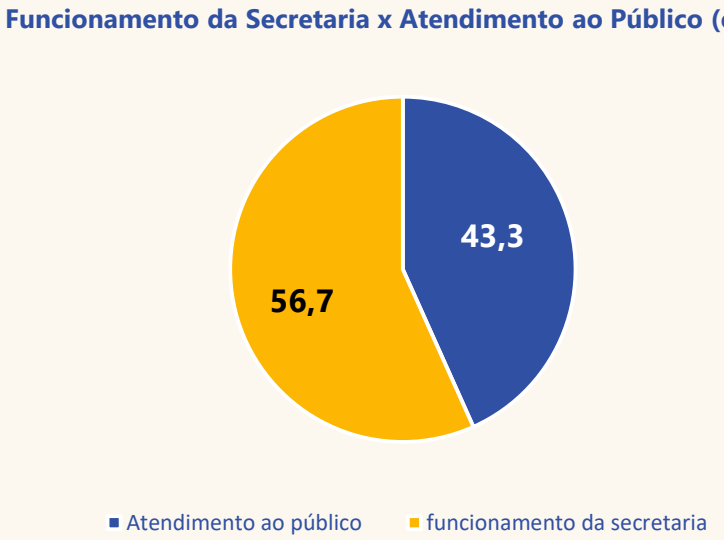


Figura 39 - Gráfico Funcionamento da secretaria x atendimento ao público

Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

4.5.3 Gestão de Pessoas

Conformidade legal: principais normas internas e mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos e na gestão de pessoas:

A Gestão de Pessoas no TRE-SC visa a potencializar as competências técnicas e gerenciais de seus servidores, modernizar os modelos de gestão, fortalecer as relações interpessoais e promover um ambiente de trabalho equilibrado e saudável. Entre os principais desafios enfrentados na área de gestão de pessoas, destacam-se a insuficiência de recursos humanos e a sobrecarga de atividades em algumas unidades. Para mitigar esses problemas, foram desenvolvidas estratégias como a análise de práticas bem-sucedidas no Tribunal, com ênfase no funcionamento do Núcleo de Apoio Virtual (NAV), a organização de forças-tarefas envolvendo os servidores e a criação de grupos especializados para atender às demandas prioritárias, como ApoiaCand, TituloNet e Prestação de Contas.

Para assegurar a conformidade com as leis e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o TRE-SC observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelos órgãos de controle.

Dentre as principais destacam-se a Lei n. 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; as diversas diretrizes externas expedidas pelo TSE, CNJ e TCU e, também as normas internas deste Tribunal. Dentre as normas do TRE-SC, citam-se:

- ✓ Portaria TRE-SC/P n. 152, de 25.11.2021, regulamenta o regime de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- ✓ Portaria TRE-SC/P n. 32, de 22.3.2023, que regulamenta o regime de trabalho denominado home office; n. 50, de 17.5.2023, que institui o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas no âmbito da Rede Interna de Governança e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- ✓ Portaria TRE-SC/P n. 80, de 18.6.2024, que institui as comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no 1º e 2º graus de jurisdição do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- ✓ Portaria TRE-SC/P n. 172, de 25.10.2024, que dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais, a publicação de atos judiciais e a realização de audiências e sessões no período de 20 de dezembro de 2024 a 20 de janeiro de 2025, bem como sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral de Santa Catarina durante o período de recesso forense, previsto no art. 62, I, da Lei n. 5.010, de 30.5.1966, de 20 de dezembro de 2024 a 6 de janeiro de 2025.

Apontamentos dos órgãos de controle externo

Da análise efetivada pelo TCU, no exercício 2024, foram apresentados 6 (seis) indícios de irregularidades, sendo 5 relacionados ao pagamento em duplicidade de auxílio alimentação e 1 de admissão de admissão de servidor/empregado/militar sem ato de concessão no e-pessoal, cujos esclarecimentos foram encaminhados por meio do sistema de Indícios do TCU. Os 5 casos relacionados ao pagamento em duplicidade de auxílio alimentação aguardam a análise do TCU, enquanto o esclarecimento do outro indício está em andamento.

Indicadores de conformidade

A conformidade com as normas vigentes, no âmbito da Gestão de Pessoas, é assegurada por meio de diversos indicadores, entre os quais se destacam:

- ✓ Monitoramento e controle da apresentação das certidões exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça para o exercício de cargos em comissão e funções de confiança;
- ✓ Fiscalização e controle das declarações sobre a ausência de nepotismo em solicitações de requisição de servidores provenientes de outros órgãos;

- ✓ Gestão e atualização das informações registradas no sistema E-Pessoal;
- ✓ Acompanhamento de medidas corretivas em resposta a indícios de irregularidades apontados por órgãos de controle interno e externo;
- ✓ Supervisão dos processos relacionados à reposição ao erário;
- ✓ Controle das concessões, licenças e benefícios concedidos aos servidores;
- ✓ Utilização do sistema E-Social para envio de informações obrigatórias.

Além disso, todos os servidores autorizaram o acesso às suas declarações de renda e bens, conforme determina a Lei n. 8.730, de 10/11/1993. Também foi garantido que todos os atos de admissão de servidores efetivos, bem como as concessões de aposentadorias e pensões civis, foram devidamente registrados no Sistema E-Pessoal do TCU.

Controles internos

A Resolução TRE-SC n. 8.028/2021 estabelece como controles internos o conjunto de medidas que mantêm ou modificam o nível de determinado risco, podendo ser processos, políticas, práticas, rotinas de sistemas informatizados, entre outros.

No TRE-SC, a gestão de pessoas adota mecanismos de controle para garantir que a força de trabalho necessária esteja disponível para o desempenho das atribuições do Tribunal. Os principais mecanismos implementados ou em fase de implementação são:

- ✓ Planejamento e dimensionamento da força de trabalho;
- ✓ Projeto Conviva
- ✓ Avaliação de desempenho por competências;
- ✓ Avaliação de perfil comportamental;
- ✓ Trilhas de aprendizagem baseada nas competências;
- ✓ Identificação de ocupações críticas;
- ✓ Pesquisa de clima organizacional, utilizando a plataforma da Arquitetura Humana.

Esses controles visam mitigar riscos relacionados a não execução ou atrasos em atividades essenciais e ao não atendimento ou atrasos em demandas do serviço público prestado pelo Tribunal.

Além disso, esses mecanismos permitem identificar e corrigir eventuais sobrecargas de trabalho, prevenindo insatisfações, desmotivação e afastamentos funcionais, o que poderia impactar a eficiência na gestão de pessoas.

Na gestão da folha de pagamento, os seguintes controles são aplicados regularmente para assegurar a conformidade e mitigar riscos relacionados ao uso de recursos públicos:

- ✓ Monitoramento da homologação da folha de pagamento;
- ✓ Acompanhamento das demandas dos órgãos de controle (TCU), com análise e resolução dos indícios de irregularidades levantados em 2024;
- ✓ Monitoramento das demandas do e-Pessoal.

Os sistemas utilizados, como o SGRH (que abrange processos como averbação, aposentadoria, folha de pagamento, gestão de férias e progressões) e Acesso Cliente (que gerencia afastamentos, previdência e requisições), permitem verificar a compatibilidade das informações de pagamento com os registros oficiais. Isso contribui para minimizar riscos como:

- ✓ Pagamento incorreto (maior/menor valor);
- ✓ Pagamento indevido a credores;
- ✓ Pagamentos indevidos a servidores, magistrados, pensionistas, etc.;
- ✓ Atrasos nos pagamentos.

A partir do desenvolvimento de plano de gestão de riscos, uma série de medidas foram executadas, com vistas à mitigação de riscos identificados na área de gestão de pessoas. Dentre essas medidas, destacam-se:

- ✓ Projeto Escuta do Servidor;
- ✓ Ampliação do escopo do NAV, cujo objetivo é prestar apoio remoto e presencial aos cartórios eleitorais, que apresentem carência de pessoal e/ou grande volume acumulado de trabalho, bem como às unidades da Secretaria do Tribunal.
- ✓ Intensificação da Campanha Nossa Saúde Mental Importa, que tem como foco a saúde mental e bem-estar do servidor.
- ✓ Eventos de integração e motivação dos servidores, para aumentar o sentimento de pertencimento e criar conexões entre os servidores.

Relatório de Instância ou área de correição

Em 2024 não houve autuação de processo administrativo disciplinar ou de sindicância.

Avaliação da força de trabalho: distribuição por áreas e/ou subunidades ou unidades vinculadas; principais categorias:

A análise da força de trabalho da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) aponta para um quadro diversificado, formado por analistas e técnicos judiciários em áreas especializadas, além da atuação complementar de magistrados, promotores, procuradores eleitorais e colaboradores como servidores cedidos, removidos, requisitados e estagiários. A estrutura atual, embora robusta, enfrenta desafios para atender às demandas institucionais regulares e sazonais, especialmente em períodos eleitorais.

O corpo jurídico da Justiça Eleitoral é fortalecido pela atuação conjunta de magistrados, promotores e procuradores eleitorais. No 1º grau, os magistrados são oriundos da Justiça Comum Estadual e os promotores e procuradores são indicados pelo Ministério Público. No âmbito do 2º grau, o TRE-SC é composto por sete juízes-membros, oriundos de diferentes categorias – desembargadores, juízes federais, juízes de direito e advogados –, além do Procurador Regional Eleitoral, que juntos garantem um nível alto de expertise e pluralidade na tomada de decisões.

Embora o quadro efetivo do TRE-SC seja estruturado para atender às demandas ordinárias, há uma necessidade constante de complementação da força de trabalho. Essa necessidade é suprida por meio de requisições e pela contratação de estagiários, que desempenham um papel importante no suporte às atividades administrativas e jurídicas. Esse reforço temporário torna-se mais relevante em períodos de maior exigência, como fechamento do cadastro eleitoral e organização e execução das eleições regulares e suplementares.

Figura 40 – Gráfico força de trabalho total do TRE-SC em 2024

Movimentação de Pessoal

Em 2024, ocorreram as seguintes movimentações no âmbito do TRE-SC:

- ✓ Provimento de cargos efetivos vagos: 1 analista judiciário, área judiciária e 1 técnico judiciário, área administrativa.
- ✓ Remoção por concurso interno: 2 analistas judiciários, área judiciária e 5 técnicos judiciário, área administrativa;
- ✓ Redistribuição de cargos: 5 analistas judiciário, área judiciária e 6 de técnicos judiciário, área administrativa;
- ✓ Vacância por posse em outro cargo inacumulável: 1 analista judiciário, área judiciária, 4 técnicos judiciário, área administrativa e 1 técnico judiciário - apoio especializado - programação de sistemas, posteriormente transformado no cargo de técnico judiciário, área administrativa.
- ✓ Vacância por aposentadoria: 1 analista judiciário, área judiciária, 1 analista judiciário, área administrativa e 4 técnicos judiciário, área administrativa e 1 técnico judiciário, área apoio especializado, especialidade programação de sistema.

Neste gráfico não são contabilizados os relevantes apoios de forças de trabalho temporárias para o exercício, porém imprescindíveis para a realização das Eleições: os mesários e os técnicos de apoio ao voto informatizado.

Figura 41 – Gráfico servidores por cargo efetivo

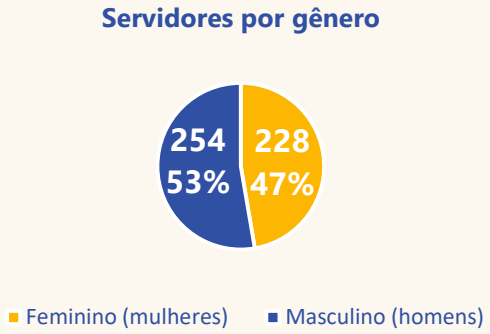


Figura 42 – Gráfico servidores por gênero

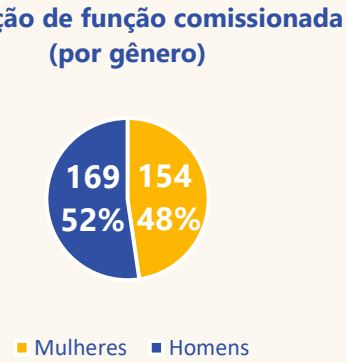


Figura 43 – Gráfico ocupação de função comissionada

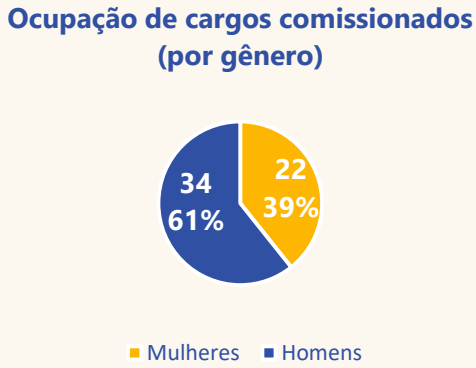


Figura 44 – Gráfico ocupação de cargos comissionados

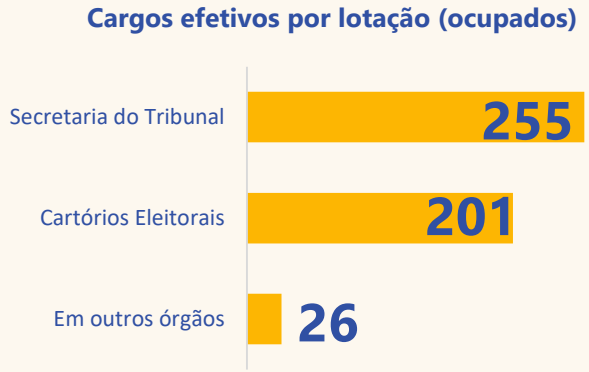


Figura 45 - Gráfico cargos efetivos por lotação

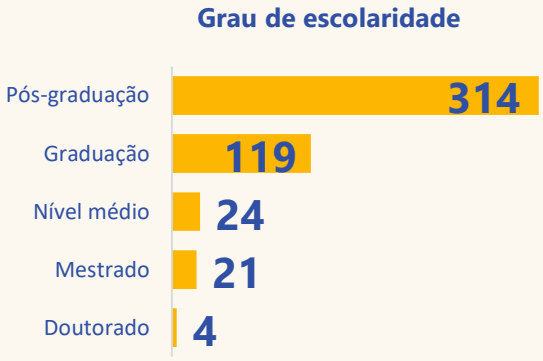


Figura 46 – Gráfico grau de escolaridade

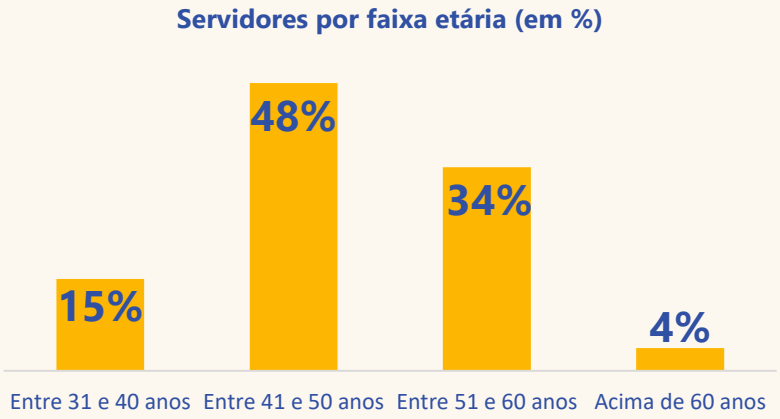


Figura 47 – Gráfico Servidores por faixa etária (em %)

Figura 48 – Gráfico número de servidores com deficiência (por tipo)

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas, situação de servidores com condições de aposentadoria:

O TRE-SC é composto por 100 (cem) cartórios eleitorais, que possuem, em regra, 2 servidores efetivos, sendo um de analista Judiciário - área Judiciária e um de técnico judiciário - Área administrativa.

As crescentes demandas da Justiça Eleitoral associadas ao seu reduzido quadro de pessoal, inclusive com o retorno de servidores requisitados aos órgãos de origem e a falta de previsão de criação de novos cargos por lei, impõem que os processos de trabalho comuns sejam unificados em núcleos para que a força de trabalho possa entregar mais resultados à sociedade, com a melhor adequação do uso do tempo de trabalho dos servidores.

Para lidar com as vacâncias de cargos, o Tribunal realiza concursos internos de remoção. Esses processos seguem os critérios estabelecidos na Resolução TSE n. 23.701, de 31.5.2022, e envolvem movimentações entre unidades cartorárias e a Secretaria do Tribunal.

Em 2024, foram promovidos 3 concursos internos de remoção, que resultaram na movimentação 2 analistas judiciários e 5 técnicos judiciários.

Para o provimento dos cargos efetivos, autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Portaria TSE n. 89, de 14.2.2024, utilizou-se o aproveitamento da lista de aprovados no concurso público do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª região e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Além disso, no âmbito da Secretaria do Tribunal, foram abertos processo de seleção para suprir as unidades com carência de pessoal, no qual 52% das solicitações foram atendidas.

Somado a isso, para mitigar os efeitos da escassez de servidores, decorrente da falta de criação de novos cargos e da impossibilidade de efetivar provimentos em razão do Concurso Público Unificado promovido pelo TSE, lançado em maio/2024 (Edital n. 1, de 27.5.2024), integrantes do Núcleo de Apoio Virtual - NAV foram designados para prestar apoio nas atividades ordinárias de seções e unidades cartorárias com maior demanda.

Em complemento, durante o processo eleitoral de 2024, foram formalizadas 16 forças-tarefas e realizadas 306 designações de servidores para apoiar as atividades da Secretaria do Tribunal e nos Cartórios Eleitorais.

Situação de servidores com condições de aposentadoria

Dos 482 servidores do TRE-SC, 18 possuem os requisitos previstos em lei para a concessão de aposentadoria, tendo optado por permanecer em atividade, com a consequente percepção de abono de permanência.

Principais atividades e designações

- ✓ **Fechamento do Cadastro**: 30 servidores para atendimento ao eleitor (4 a 8.5.2024).
- ✓ **Título Net**: 29 servidores para tratamento de títulos eleitorais (15.4 a 10.5.2024).
- ✓ **ApoiaCand**: 40 servidores para análise de processos de registro de candidaturas (12.8 a 4.9.2024).

Outras Forças-Tarefas

- ✓ Simulados Nacionais de Hardware: 42 e 45 servidores, respectivamente.
- ✓ Disque-Eleitor - Fechamento do Cadastro: 18 servidores.
- ✓ Operadores de Totalização: 10 servidores e 95 voluntários (105 pessoas no total).
- ✓ Equipe de Apoio à Central de Divulgação das Eleições: 6 servidores.
- ✓ Conferência e Treinamento de TAVIS: 10 servidores em 9 roteiros, atendendo 29 municípios.
- ✓ FT TOT (Totalização - Sede): 9 servidores.
- ✓ Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica: 11 integrantes.
- ✓ Equipe de Apoio à Auditoria da Votação Eletrônica: 5 servidores.
- ✓ Disque-Eleitor Pré-Pleito: 25 servidores.
- ✓ Apoio ao Gabinete de Pronta Resposta: 4 servidores.
- ✓ Apoio à Secretaria de Infraestrutura e Serviços: 14 servidores.

Apoios Individuais e Projeto Mentoria

Além das forças-tarefas, 94 designações individuais foram realizadas, com 56 servidores apoiando 68 Cartórios Eleitorais. O Projeto Mentoria também foi implementado, com 8 mentores orientando 15 cartórios.

Detalhamento da despesa de pessoal, evolução dos últimos anos e justificativa para o resultado:

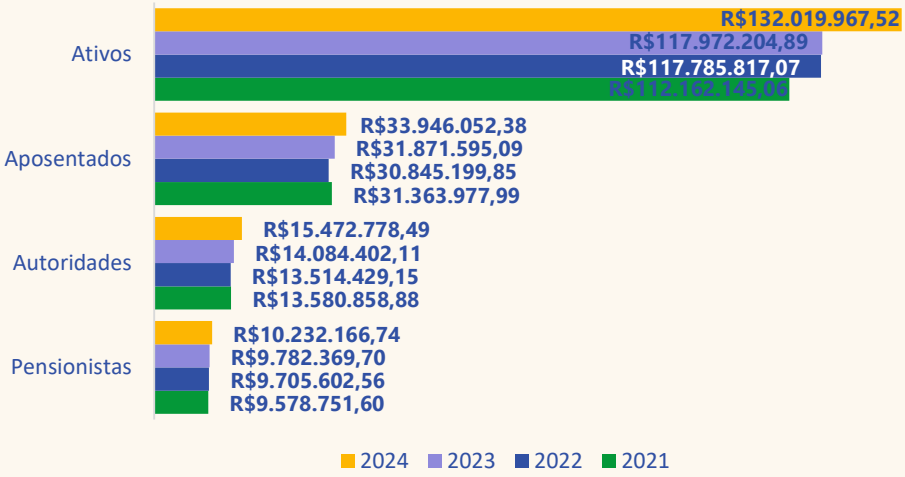


Figura 49 – Gráfico detalhamento da despesa de pessoal dos últimos anos

No ano de 2024, por ser ano eleitoral, houve aumento de despesas em relação ao ano de 2023 de servidores ativos e autoridades decorrentes, especialmente, de pagamento de serviço extraordinário e reajuste salarial de fevereiro/24 (servidores ativos) e de pagamentos de jetons (autoridades eleitorais).

Em relação aos aposentados e pensionistas não houve aumento substancial em relação ao ano de 2023. A variação decorre especialmente do reajuste das aposentadorias e pensões.

Figura 50 – Gráfico despesas do Programa de Assistência à Saúde (PAS)

Para o ano de 2024, foi disponibilizado para o Programa de Assistência à Saúde (PAS) o total de R$ 11.744.088,00, decorrente de verba individual aos servidores da Justiça Eleitoral, efetivos e removidos, e a seus respectivos dependentes no valor fixo de R$ 643,44.

O referido orçamento destina-se ao pagamento do plano de saúde contratado pelo Tribunal, ao reembolso de despesas com plano de saúde privado e ao ressarcimento de despesas odontológicas particulares. Destina-se também às campanhas de saúde e ao reembolso de consultas e exames periódicos, além do pagamento do serviço de assistência de saúde bucal e às despesas médicas decorrentes de acidente de trabalho.

Em razão da majoração do orçamento disponível ao PAS, foram editadas diversas Ordens de Serviços (OS), ampliando os ressarcimentos a todos os beneficiários, conforme abaixo:

Manutenção dos reembolsos, no valor integral, das mensalidades e coparticipações do Plano de Saúde contratado pelo Tribunal, de janeiro a dezembro, conforme OS SGP n. 5/2023; 2, 3 e 4/2024.

Manutenção dos ressarcimentos de exames e consultas médicas em determinadas especialidades, com base nas informações obtidas nos exames periódicos OS - SGP n. 3/2022 e alterações posteriores;

Novo contrato de assistência à saúde, n. 25/2024, firmado com a Unimed Grande Florianópolis, estipulando novos valores de mensalidades e coparticipação de 50%.

Após a realização dos reembolsos com a sobra do orçamento do PAS, no valor de R$ 1.421.908,53, foi efetuado o ressarcimento suplementar entre os beneficiários. Foram distribuídos R$ 925,07 a cada beneficiário que permaneceu durante todo o exercício no PAS. Para os demais beneficiários, o valor foi ajustado proporcionalmente ao período de permanência no programa.

Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento; estratégias para alavancar o desempenho e a eficiência, sistemas/ferramentas de apoio, trabalho remoto, valorização do ambiente e das condições de trabalho, etc.:

Com base nas avaliações de desempenho, no clima organizacional e nas lacunas de competência, é realizado o levantamento das necessidades de capacitação. Além das capacitações ofertadas aos servidores do TRE-SC, para impulsionar o desempenho e a eficiência dos servidores e valorizar o ambiente e as condições de trabalho, várias ações foram promovidas em 2024, incluindo o uso de sistemas e ferramentas de apoio, das quais se destacam:

- ✓ **Aperfeiçoamento da metodologia de mapeamento de perfis e competências individuais**: como parte de uma abordagem mais técnica na gestão de pessoas, com objetivo de orientar a formação de equipes e promover o desenvolvimento dos servidores do banco de perfis, utilizando-se a ferramenta *PI® - Predictive Index*. Em 2024, foram mapeados 434 perfis, representando 88% do total, além de 80 cargos e unidades da Secretaria do Tribunal. Os feedbacks foram fornecidos a todos os envolvidos. A alocação de servidores para vagas abertas passou a considerar a aderência dos perfis às funções, melhorando o desempenho das unidades e o bem-estar dos servidores. O mapeamento também permitiu identificar competências, analisar lacunas de habilidades e otimizar os processos de sucessão, aumentando a produtividade organizacional.
- ✓ **Pesquisa de Clima Organizacional**: em 2024, a pesquisa "Parada Obrigatória", em parceria com a UFSC, avaliou o clima organizacional dos cartórios eleitorais em maio e novembro. Aplicada a servidores, requisitados e estagiários, obteve 348 respostas (70,73%) em maio, com aumento de 40% em relação a 2023. A média geral, cuja escala é de 1 a 5, foi 4 nos cartórios eleitorais e 3,9 na Secretaria do TRE-SC, com destaque para Liderança (4,2) e Aprendizagem (4,1). Identificaram-se problemas como burocracia, falhas nos sistemas, comunicação insuficiente e sobrecarga de trabalho. A metodologia aprimorada trouxe dados mais confiáveis, e o relatório consolidado de novembro será finalizado em 2025, com foco em estratégias de melhoria.
- ✓ **Acompanhamento do clima organizacional em unidades críticas:** Em 2024, as escutas e mediações cresceram significativamente. Foram 66 atendimentos e 2 mediações, impulsionados por reestruturação e monitoramento de fluxos. Foram realizadas visitas presenciais a 2 cartórios para maior compreensão do contexto local, devolutivas transparentes e gestão sigilosa de dados. Além disso, a parceria com outras unidades ampliou a colaboração e visão estratégica.
- ✓ **Pesquisa para o mapeamento das percepções dos teletrabalhadores e gestores sobre o regime de teletrabalho**: conforme disposto na Resolução CNJ n. 227, de 15.6.2016. Com alta adesão (96,9% dos teletrabalhadores e 86,2% dos gestores), os resultados destacaram que 83,9% atuam em teletrabalho integral, sendo 64,5% por motivos de saúde ou necessidades especiais. Entre os aspectos positivos, foram citados ergonomia e desenvolvimento de habilidades; entre os negativos, isolamento e sobrecarga. Os dados coletados ajudarão a identificar desafios, oportunidades e melhorias para fortalecer o modelo de trabalho remoto, promovendo maior eficiência e bem-estar no ambiente de trabalho.
- ✓ **Pesquisa de Saúde Mental:** com objetivo de diagnosticar o contexto laboral, o bem-estar e os problemas de saúde dos servidores, abrangendo aspectos psicológicos e físicos. Conduzida por pesquisadores da UFSC, a pesquisa envolveu 220 servidores, coletando dados quantitativos e qualitativos para identificar melhorias organizacionais e individuais. **Ações de saúde**: Ao longo de 2024, o TRE-SC implementou diversas ações voltadas à saúde e ao bem-estar dos servidores. Entre as iniciativas, destacaram-se os exames médicos periódicos, campanhas de vacinação contra gripe e dengue e a implantação de um novo plano de saúde. Foram realizadas campanhas de conscientização,

como o Março Azul (câncer de intestino), 24 Horas pelo Glaucoma, Setembro Amarelo (prevenção ao suicídio) e Outubro Rosa (câncer de mama), além de palestras sobre saúde mental materna e autossuficiência.

- ✓ **Cooperação técnica com instituições públicas:** Em outubro de 2024, o TRE-SC firmou um termo de cooperação com quatro instituições públicas catarinenses (TJSC, TCE-SC, TRT12 e Alesc) para promover ações de saúde preventiva destinadas a servidores e membros. O acordo visou unir esforços para aprimorar campanhas, reduzir o absenteísmo e reforçar a conscientização sobre autocuidado e a importância da medicina preventiva. Entre as atividades realizadas pelas instituições participantes, destacaram-se palestras sobre prevenção ao câncer de mama (Outubro Rosa) e saúde do homem (Novembro Azul).
- ✓ **Valoriza – Programa de Reconhecimento:** O Programa Valoriza foi criado para reconhecer e valorizar o trabalho dos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral, promovendo crescimento, colaboração, inovação e fortalecimento da cultura organizacional. Uma das iniciativas é o Certificado de Mérito Eleitoral, instituído pela Portaria n. 173/2024, entregue no Encontro de Servidores da Secretaria do Tribunal em novembro de 2024, em 7.11.2024. Destinou-se a servidores com maior tempo de serviço público, atuação em mentorias, forças-tarefas eleitorais e aposentados recentes.
- ✓ **Serviço de Psicologia:** com objetivo de promover o bem-estar psicológico dos servidores e criar ambientes de trabalho mais equilibrados, colaborativos e saudáveis, o serviço de psicologia foi ampliado. Em 2024, foram 15 atendimentos, em média, por mês e participações em oitivas das comissões de ao combate ao assédio moral, sexual e discriminação e melhoria do clima organizacional.
- ✓ **Eventos:** com o objetivo de valorizar, reconhecer, engajar e integrar os servidores, foram realizados 6 eventos, possibilitando a melhoria das relações interpessoais, com vistas à garantia e à efetividade dos serviços prestados, e o aumento de desempenho institucional. Destacam-se: Palestra "Violência doméstica contra a mulher: o papel da violência psicológica" (17.4.2024): 39 participantes; Palestra "Da maternidade à gestão de si: caminhos da Liderança" (13.5.2024): 89 participantes; Palestra "O riso é um negócio sério", promovida durante o Encontro de Servidores da Secretaria do Tribunal (7.11.2024): 264 participantes; Palestra "Mitos e verdades sobre o câncer de mama" (28.11.2024): 8 participantes; Roda de Conversa (Teletrabalho) (29.11.2024): 36 participantes; e oficina virtual para servidores com necessidades especiais ou que residem em outras localidades acerca do regime de teletrabalho: 36 participantes. O TRE-SC, por meio de sua Escola Judiciária Eleitoral (EJESC) atua tanto na formação e atualização dos servidores e magistrados da Justiça Eleitoral Catarinense, primando pelo desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral, como no desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania ativa e passiva. O Plano Anual de Trabalho (PAT) e o Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD) detalham as atividades que serão executadas em cada exercício.

A formação de servidores e magistrados teve seu foco voltado aos treinamentos destinados à preparação das Eleições Municipais de 2024. Para os magistrados, destacamos a manutenção da oferta do curso Ambientação à Magistratura Eleitoral e a formação Seminários Eleitorais, com os cursos: Aspectos Essenciais da Propaganda Eleitoral, Poder de Polícia (procedimento) e Aspectos críticos do horário eleitoral gratuito, Ações Eleitorais – Aplicação do Código de Processo Civil e Representações (procedimentos e Jurisprudência TRE-SC e TSE) e as palestras Reflexos da nova Lei de Improbidade Administrativa no Processo Eleitoral, Pesquisas Eleitorais, Segurança da Informação: Desafios para as Eleições Municipais 2024, Inteligência Artificial: entre a criação e a crise da desinformação e Acompanhamento do Projeto Eleições Municipais 2024. Para os servidores, destacamos a formação voltada às eleições com os cursos: Ambientação de novos servidores ao Processo Eleitoral, Segurança do Processo Eleitoral e auditorias, Propaganda eleitoral, Registro de Candidaturas - Procedimentos e Sistemas, Prestação de contas - Normas e Prestação de Contas - Análise, além dos cursos atinentes às urnas eletrônicas: Geração de Mídias e Urnas Eletrônicas. Houve, também, apoio ao Programa de Conscientização em Segurança da Informação e nas Eleições da Comunidade, com os cursos Técnicos de Urna e Mesários das Eleições da Comunidade. No âmbito da capacitação ordinária, foi mantido o foco nas capacitações identificadas como Prioridade 1, dentre elas as obrigatórias e aquelas que foram identificadas como prioritárias pelas unidades no processo de levantamento do PACD 2024, nos temas de aquisições, fiscalização e gestão de contratos, Nova Lei de Licitações, Auditorias, Prática do sistema ComprasGov, Tesouro Gerencial, Combate ao Assédio e à Discriminação, Inovação, Ambientação e Aperfeiçoamento à Comunicação.

No ano de 2024, foi cumprido integralmente o Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento - PACD. A seguir, destacam-se alguns números do resultado alcançado no exercício:

Orçamento para capacitação (sem TIC - em R$)

R$ 419.280,00

Orçamento executado (em %)

100%

Horas de treinamento oferecidas (em quantidade)

1.281

Sobra orçamentária (em R$)

R$ 0,00

Sobra orçamentária (em %)

0%

Público atendido (vagas)

1.971

Contratações por ano

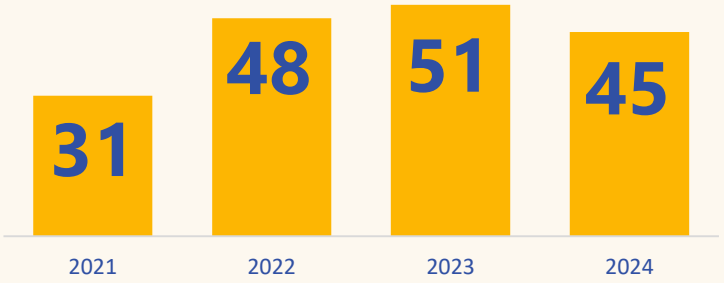


Figura 51 – Gráfico - contratações por ano

Participantes por ano

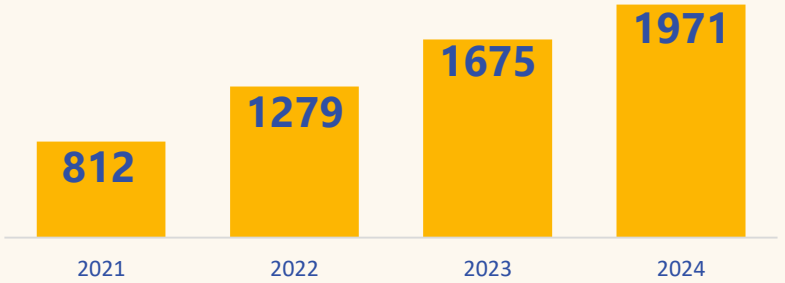


Figura 52 – Gráfico - participantes por ano

Regime de trabalho (em %)

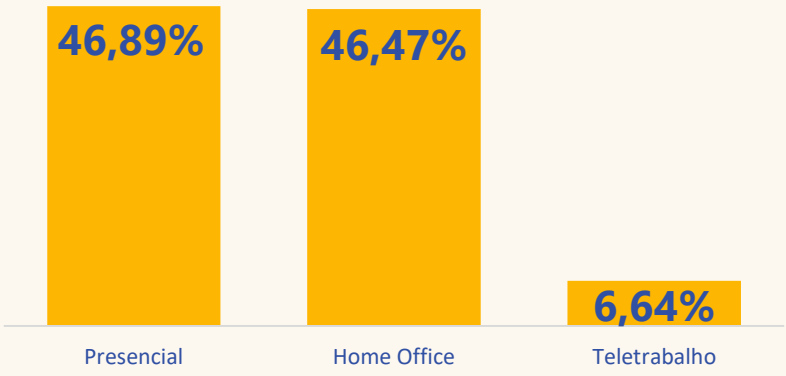


Figura 53 – Gráfico regime de trabalho (em %)

Regime de trabalho não presencial por lotação (em %)

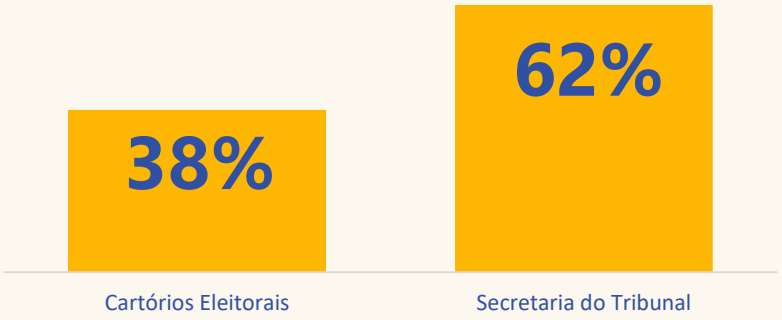


Figura 54 – Gráfico regime de trabalho não presencial por lotação (em %)

Eventos voltados a valorização, engajamento e integração dos servidores

6

Programa Qualidade de Vida satisfação (em %)

89,30%

Absenteísmo (em %)

4,4%

Proteção à saúde do servidor (em %)

64,10%

Provimento de cargos vagos (em %)

40%

Satisfação com a lotação atual (em %)

96%

Principais metas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:

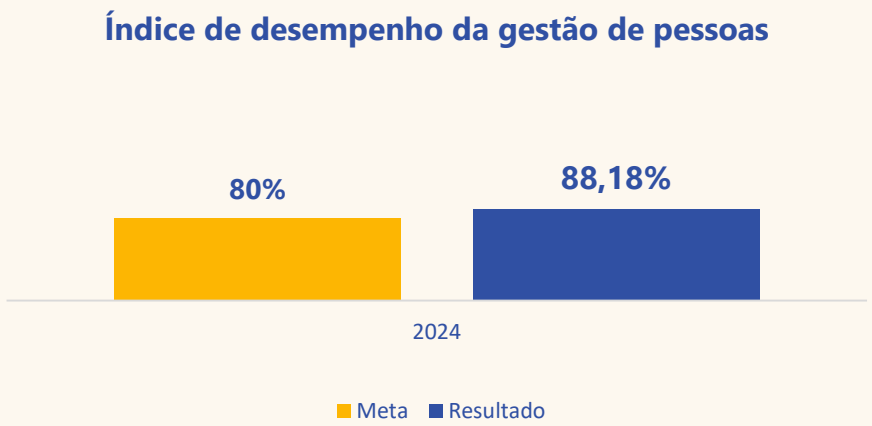


Figura 55 - Gráfico do resultado do Índice de desempenho da gestão de pessoas - 2024

Para medir o desempenho da área de gestão de pessoas em 2024 foram selecionados 12 indicadores táticos: IT1.1 - IGovPessoas – Índice de Governança e gestão de pessoas; IT1.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas em gestão de pessoas; IT2.1 - Número de eventos voltados à valorização, engajamento e integração do servidor; IT3.1 - Índice de satisfação com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; IT3.2 - Índice de proteção à saúde do servidor; IT3.3 - Índice de absenteísmo motivado por doença dos servidores; IT5.1 – Índice de adequação da força de trabalho na Sede; IT5.2 – Índice de claro de lotação; IT5.3 – Índice de satisfação de lotação de servidores na Secretaria do Tribunal; IT5.4 – Índice de provimento de cargos vagos; IT5.5 - Índice de atendimento às solicitações de força de trabalho encaminhadas ao Núcleo de Apoio Virtual - NAV IT6.1 - Índice de unidades com Dimensionamento da Força de Trabalho. Destes, 3 não atingiram a meta no exercício: IT3.3: Meta: 3%. Resultado: 4,24%. Motivo: Em 2024, observou-se um aumento no índice de absenteísmo, que atingiu 4,4%, ultrapassando a meta de 3%. Esse crescimento pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a alteração nas regras para concessão de teletrabalho, a suspensão do home office durante o período eleitoral e o fato de que mais de 97% dos servidores têm mais de 40 anos, o que contribui para um maior número de afastamentos por questões de saúde, tanto próprias quanto de familiares.

IT5.2 – Índice de claro de lotação: Meta prevista: 3%. Resultado: 6%. Motivo: Em 2024, o percentual de cartórios eleitorais com menos de 2 (dois) servidores do Poder Judiciário da União atingiu 6%, o que representa o dobro da meta estabelecida de 3%. Dos 100 cartórios eleitorais catarinenses, 6 apresentaram claros de lotação: 11ªZE - Curitibanos, 18ªZE - Joaçaba, 46ªZE - Taió, 52ªZE - Anita Garibaldi, 83ªZE - Modelo e 90ªZE - Concórdia. Em virtude da realização do Concurso Público Unificado promovido pelo TSE, lançado em maio/2024 (Edital n. 1, de 27.5.2024), o TRE-SC ficou legalmente impedido de prover os cargos vagos durante o período do certame. Essa restrição impactou diretamente a capacidade deste órgão em suprir os claros de lotação nas unidades, comprometendo o alcance da meta estabelecida para o ano.

IT5.4 – Índice de provimento de cargos vagos: Meta prevista: 100%. Resultado: 40%. Motivo: Em 2024, o TRE-SC contou com a autorização para o provimento de 10 (dez) cargos vagos, dos quais 4 (quatro) foram efetivamente preenchidos, correspondendo a 40% de vagas providas. A meta estabelecida de 100% não foi alcançada devido às restrições legais impostas pelo Concurso Público Unificado realizado pelo TSE, que impossibilitaram o provimento de todos os cargos autorizados.

Principais metas não alcançadas:

- ✓ Provimento de todos os cargos vagos na Secretaria do Tribunal e nos Cartórios Eleitorais;
- ✓ Manutenção do índice de absenteísmo em 3%.

Principais desafios:

- ✓ Redução do quadro de pessoal com escassez de servidores frente ao aumento das demandas, afetando o atendimento e a qualidade dos serviços;
- ✓ Manter a motivação dos servidores com foco em engajamento e bem-estar;
- ✓ Assegurar qualidade e eficiência nos serviços prestados, mesmo com restrições de recursos, por meio de melhorias contínuas e inovação;
- ✓ Resolução de conflitos internos.

Ações e perspectivas para os próximos exercícios:

- ✓ Adequar a força de trabalho às demandas das unidades cartorárias e da Secretaria do Tribunal;
- ✓ Aprimorar a cultura organizacional, com foco em desenvolvimento e capacitação;
- ✓ Implementar a avaliação de desempenho por competências;
- ✓ Aprimorar o Projeto Conviva para monitoramento do clima organizacional.

4.5.4 Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal:

A Gestão de Licitações e Contratos no TRE-SC possui os seguintes objetivos organizacionais: implementar o processo de contratações públicas sustentáveis; fortalecer a governança na área de aquisições e contratações; e aperfeiçoar a gestão orçamentária. Alinhada à estratégia institucional, observa e aplica a legislação vigente. Dentre as principais destacam-se: a Lei n. 14.133/2021, a Lei Complementar n. 123/2006 e, especificamente no que se refere à gestão dos contratos firmados sob a sua vigência, a Lei n. 8.666/1993. Os decretos n. 11.246/2022 e n. 11.462/2023, as resoluções CNJ n. 347/2020 e TSE n. 23.702/2022. Dentre as normas do TRE-SC, citam-se: as portarias TRE-SC/P n. 93/2017, n. 94/2017, n. 67/2020, n. 134/2021, n. 136/2021, n. 95/2022, n. 18/2023, n. 33/2023, n. 39/2023 e n. 145/2023, e DG n. 54/2024. Nos processos de aquisições e contratações do TRE-SC, são observados, ainda, no que couber, as disposições das Instruções Normativas editadas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do atual Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas

Os principais mecanismos de controle e prevenção de irregularidades e falhas da área de licitações e contratos são baseados em listas de verificação, de preenchimento obrigatório, em que os servidores responsáveis apontam o cumprimento de todos os requisitos legais e administrativos à realização de suas atividades.

Além disso, todos os processos de contratação são cadastrados em um banco de dados, no qual são registradas todas as suas etapas, inclusive durante a execução contratual, com vistas à observância dos prazos legais para a realização, por exemplo, de reajustes e prorrogações, em tempo hábil para garantir a continuidade dos serviços.

Resumo dos valores de contratações classificadas pelos principais tipos de serviços ou bens, bem como com a indicação das áreas da organização favorecidas com a aquisição:

Especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

- ✓ Serviços de mão de obra terceirizada (limpeza e conservação, vigilância presencial, técnico em telecomunicações, serviços de psicologia, técnico em refrigeração, telefonista, copeiragem, recepcionistas, auxiliar de saúde bucal, motorista, operador de máquina reprográfica, operador de empilhadeira, conservação de urnas eletrônicas, jardinagem, jornalista, designer gráfico, produtor audiovisual, técnico de áudio e vídeo, analista de marketing digital/social media, manutenção predial, suporte a usuários de TI, técnico em edificações ou construção civil e eletrotécnica, técnicos de apoio ao voto informatizado);
- ✓ Manutenção de equipamentos (elevadores, aparelhos de ar condicionado, central telefônica, empilhadeiras, portões, *softwares* e equipamentos de informática);
- ✓ Locação de imóveis;

- ✓ Demais contratações contínuas (vigilância eletrônica, concessão de estágios, transporte rodoviário de cargas, coleta e destino final de resíduos infectados, acesso à internet, serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de comunicação de dados (*backbone*), fornecimento de passagens aéreas, seguro predial e de urnas, seguro de veículos, serviços postais, cobertura fotográfica, gravação das sessões e eventos, serviço médico-hospitalar e laboratorial, serviços de operacionalização de sistema informatizado para que empresas credenciadas forneçam combustíveis e prestem serviços de manutenção de veículos, serviços gráficos, assinatura de TV a cabo, fornecimento de carimbos, crachás, faixas e *banners*).

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações:

Figura 56 - Gráfico serviços contratados para funcionamento administrativo (em R$)

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização:

Despesas contratadas no exercício 2024 por dispensa ou inexigibilidade de licitações em acordo com a legislação vigente e conforme detalhado nos gráficos a seguir:

Dispensa de licitação: pelo valor

R$ 499.490,37

Outras dispensas de licitação

R$ 185.869,00

Inexigibilidades

R$ 1.933.011,86

Contratações por tipo (em quantidade)

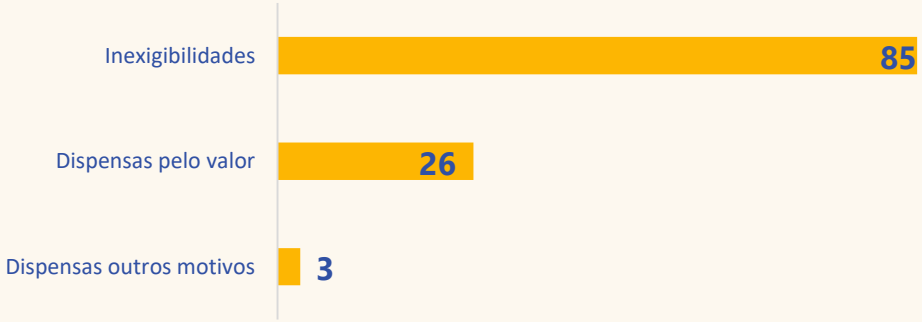


Figura 57 – Gráfico – contratações diretas por tipo (em quantidade)

67,89%

Contratações diretas do total de contratações (em %)

114 contratações diretas representando 67,89% do total de contratações realizadas no exercício 2024.

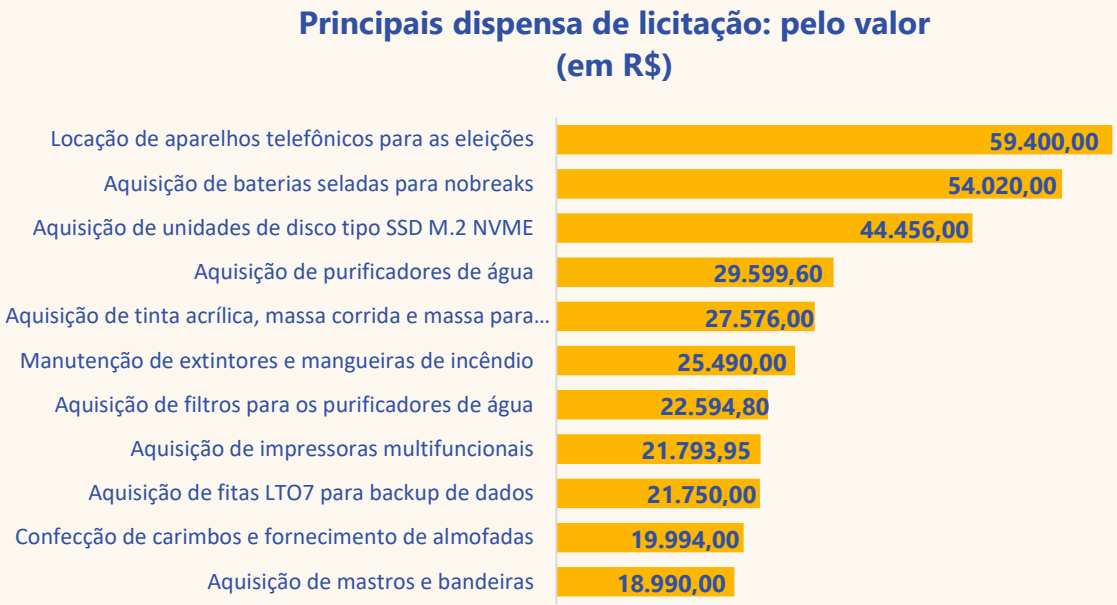


Figura 58 - Gráfico detalhamento da dispensa de licitação pelo valor

- ✓ Dispensa pelo valor: O art. 75, I e II, da Lei n. 14.133/2021 prevê a possibilidade de aquisição de produtos e contratação de serviços com dispensa de licitação até os valores previstos no Decreto n. 11.871/2023 (referente ao exercício de 2024), visando à economia com procedimentos licitatórios para objetos de baixo valor.
- ✓ Dispensa por licitação frustrada: O art. 75, III, da Lei n. 14.133/2021 prevê a possibilidade de aquisição de produtos e contratação de serviços com dispensa de licitação quando esta for frustrada, visando à economia com a repetição de procedimentos licitatórios que já se mostraram infrutíferos.
- ✓ Locação de imóvel: O art.74, V, da Lei n. 14.133/2021 prevê a possibilidade de compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, com inexigibilidade de licitação.

Figura 59 – Gráfico detalhamento de outras dispensa de licitação pelo valor (em R$)

- ✓ As locações de imóveis foram efetivadas na regência da Lei n. 8.666/1993, que as considerava como dispensas de licitação.
- ✓ O serviço de desentupimento de esgoto foi contratado em caráter emergencial.

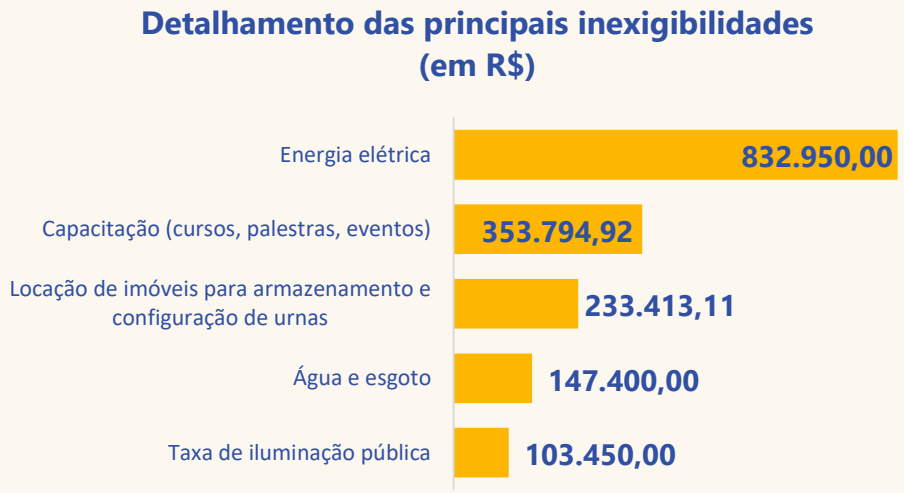


Figura 60 – Gráfico detalhamento das principais inexigibilidades (em R$)

- ✓ Energia elétrica: Com fundamento no art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021, os serviços de fornecimento de energia elétrica, que invariavelmente são prestados por empresas concessionárias exclusivas locais, devem ser contratados através de inexigibilidade de licitação.
- ✓ Capacitação (cursos, palestras, eventos): O art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021 prevê a possibilidade de contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal com inexigibilidade de licitação, considerando as especificidades dos eventos e a formação dos profissionais envolvidos.
- ✓ Locação de imóvel: O art. 74, V, da Lei n. 14.133/2021 prevê a possibilidade de compra ou locação de imóvel destinado ao serviço público, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, com inexigibilidade de licitação.
- ✓ Água e esgoto: Com fundamento no art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021, os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto, que invariavelmente são prestados por empresas concessionárias exclusivas locais, devem ser contratados através de inexigibilidade de licitação.

Saiba mais: Estudos Preliminares (EP), Projetos Básicos (PB), Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e Termos de Referência (TR) de Licitações e Compras Diretas
https://www.tre-sc.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contas-publicas-1/contratacoes/estudos-preliminares-e-projetos-basicos

Principais metas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:

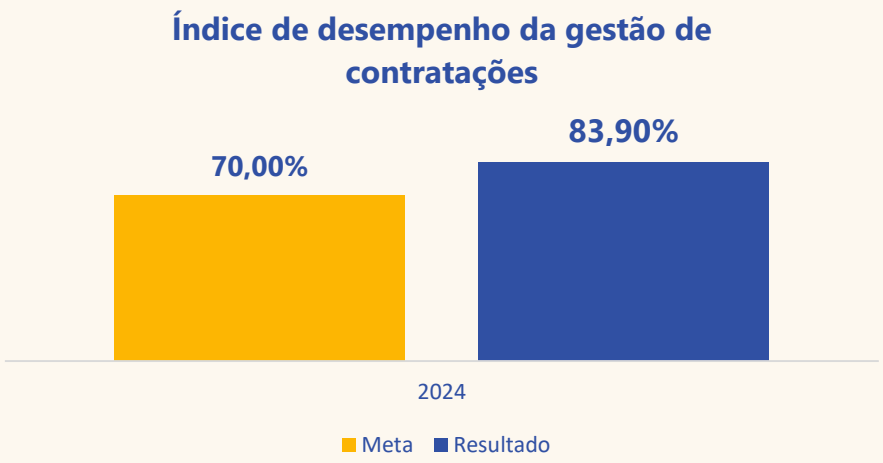


Figura 61 – Gráfico do resultado do índice de desempenho da gestão de contratações - 2024

Para medir o desempenho organizacional no alcance das metas anuais relativas aos objetivos para gestão de contratações, a Instituição serve-se de 7 indicadores táticos, que compõem o Índice de Desempenho da gestão das contratações, quais sejam: IT1. Percentual de Contratações com Critérios de Sustentabilidade; IT2 - Índice de Adequação ao Planejamento de Aquisições; IT3 - Índice de Conformidade aos Prazos Previstos no Planejamento de Aquisições; IT4 - Índice de Agilidade de Procedimentos Licitatórios, de Dispensa e Inexigibilidade de Contratações; IT5 - Índice de Compras Compartilhadas; IT6 - Índice de Licitações Desertas ou Fracassadas; e IT7 - Índice de Dispensa de Licitações. Não foram atingidas as metas relativas aos indicadores táticos "Percentual de Contratações com Critérios de Sustentabilidade", " Índice de Conformidade aos Prazos Previstos no Planejamento de Aquisições" e "Índice de Dispensa de Licitações", acarretando em um "Índice de desempenho da gestão de contratações" de 57,14%, aquém, portanto, da meta estabelecida de maior ou igual a 80%. No que se refere ao indicador IT1, constatou-se que, em grande parte das licitações realizadas, a não-inclusão de critério de sustentabilidade decorreu da inaplicabilidade de tal quesito a determinados objetos, razão pela qual se compreende necessária a revisão da meta estabelecida na Portaria P n. 134/2021, a fim de adequá-la a essa realidade.

Em relação ao indicador IT3, cuja meta foi estabelecida em 70%, o resultado atingido foi de 57,38%, compreende-se que a reestruturação administrativa implementada no exercício de 2024, associada à organização das Eleições Municipais, exigiu das unidades um esforço para adequação dos seus processos, priorizando-se as atividades voltadas ao pleito, o que refletiu diretamente no desempenho da governança das contratações.

No que diz respeito ao indicador IT7, cabe registrar que, desde 2023, conforme registrado no relatório de gestão relativo àquele exercício, foi implementada, neste Tribunal, a Lei n. 14.133/2021, a qual contempla limites de valores para contratações com dispensa de licitação em razão do valor expressivamente maiores do que aqueles previstos na Lei n. 8.666/1993, possibilitando a realização de um número de contratações dessa natureza bastante superior à série histórica, com resultado de 67,89%, excedendo a meta estabelecida, que era de 20% a 40%. Diante da nova realidade fática, inclusive, considerando que os referidos valores são atualizados anualmente por índice inflacionário, a meta do indicador tático deverá ser revista para os próximos exercícios.

O principal desafio para a área de gestão de contratações é a continuidade de implementação da Lei n. 14.133/2021, quanto à fase final dos processos de contratação (execução contratual); tendo como principais ações decorrentes a atualização dos processos formais de trabalho e das rotinas de acordo com a nova sistemática implementada pela lei regente e capacitação dos responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos para o necessário nivelamento e aperfeiçoamento dessa atividade de suma importância para a execução eficaz das contratações. Já quanto à perspectiva para os próximos exercícios está o aprimoramento da gestão e fiscalização das contratações, tornando-a mais eficiente e focada em resultados adequados aos objetivos da contratação em si.

4.5.5 Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

Conformidade legal: principais normas e mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades:

A Gestão Patrimonial e de Infraestrutura no TRE-SC, alinhada à estratégia institucional, observa e aplica a legislação vigente. Dentre as principais destacam-se:

Lei n. 4.320/1964 e Lei n. 14.133/2021.

Dentre as normas do TRE-SC, citam-se: as portarias TRE-SC/P n. 73/2012 n. 74/2021 e n. 96/2021.

Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas

Os mecanismos de controle têm como base o sistema de patrimônio ASIWEB, gerenciado pelo TSE, que permite o gerenciamento e controle efetivo de todos os bens.

O sistema ASIWEB possui as funcionalidades de depreciação, amortização e reavaliação. Os usuários são classificados por perfis de utilização, que permite o controle e prevenção de irregularidades e falhas.

Desfazimento de ativos:

Total de bens doados (em quantidade)	Valor líquido das doações (em R$)
2.976	323.326,78

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do custo-benefício e impacto sobre objetivos estratégicos:

Em 2024, o TRE-SC recebeu do TSE urnas eletrônicas modelo 2022:

Urnas eletrônicas (em quantidade)	Valor líquido dos Bens (em R$)
4.131	23.900.926,35

Demais bens permanentes adquiridos em 2024:

Bens permanentes incorporados (em quantidade)

4.163

Valor líquido dos Bens (em R$)

10.219.298,22

Principais bens permanentes incorporados - infraestrutura (em R$)

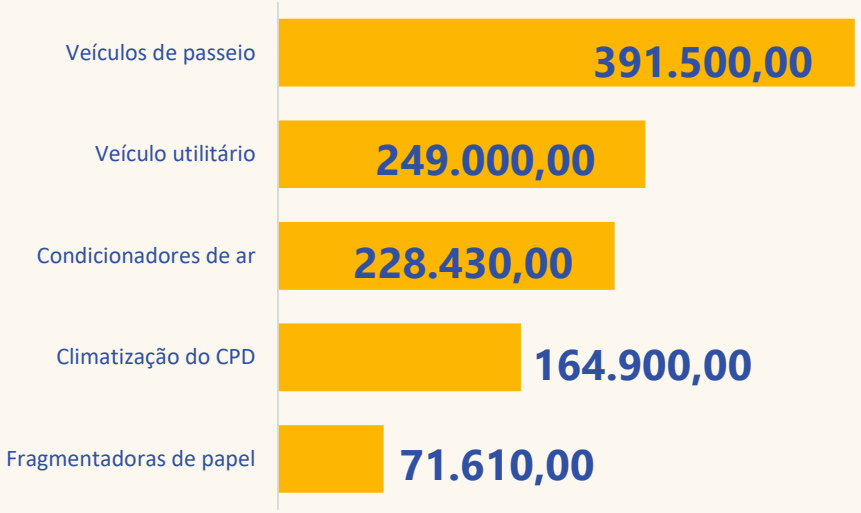


Figura 62 - Gráfico principais bens permanentes incorporados infraestrutura - 2024

Principais custos com serviços prediais (em R$)

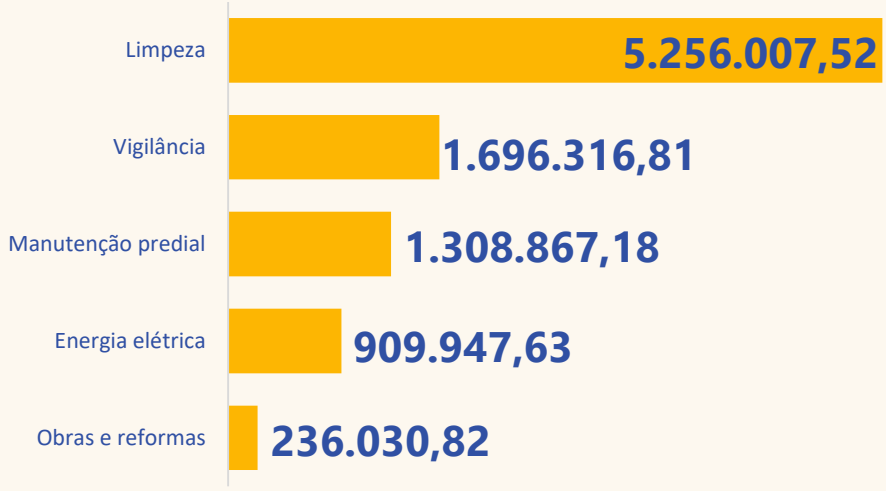


Figura 63 - Gráfico principais custos com serviços prediais – 2024

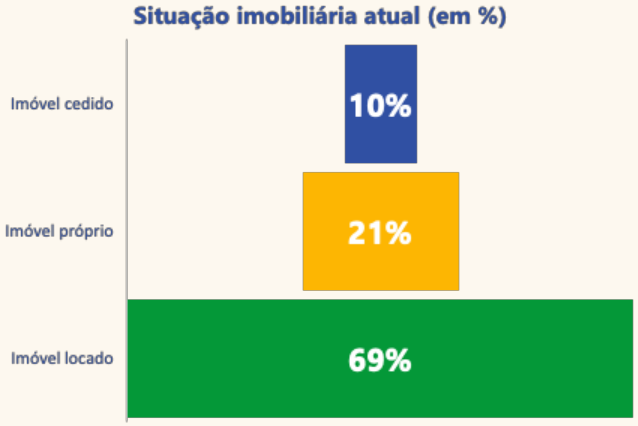


Figura 64 - Gráfico situação imobiliária atual

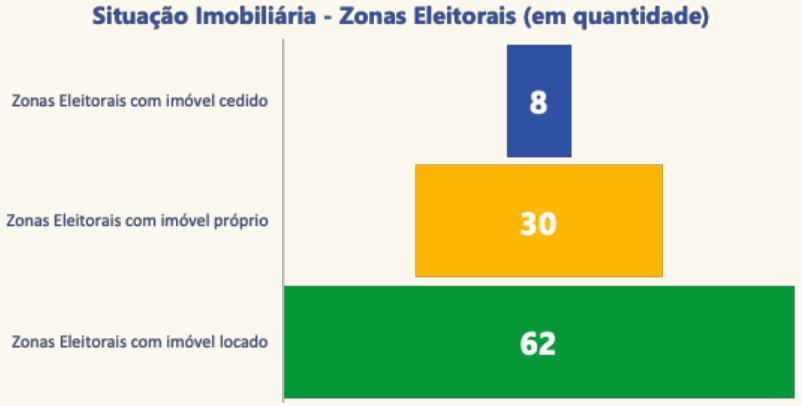


Figura 65 – Gráfico situação imobiliária – distribuição nas Zonas Eleitorais

Atuação nas Eleições Municipais 2024

A área de infraestrutura e serviços do TRE-SC teve um papel essencial nas eleições de 2024, assegurando o funcionamento adequado das operações logísticas e de infraestrutura do processo eleitoral no Estado. As atividades realizadas foram determinantes para o sucesso das eleições, abrangendo a gestão de bens, a logística de distribuição de materiais, a manutenção de infraestrutura de telecomunicações e telefonia, e o suporte a projetos de inovação.

Gestão mobiliária e imobiliária

A gestão de bens móveis e imóveis incluiu a locação temporária de 9 imóveis para armazenamento e configuração de urnas eletrônicas em diversas Zonas Eleitorais. A montagem da estrutura para auditoria de urnas na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) e no Colégio Prof. Henrique Stodieck. Além disso, houve redistribuição de bens móveis e imóveis para assegurar que todos os locais estivessem adequadamente equipados.

Passagens aéreas

A área de infraestrutura e serviços do TRE-SC inovou ao realizar uma alteração no critério de julgamento da licitação do contrato para fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, trocando de “maior desconto” para “menor preço”. Essa inovação reduziu em 83% os gastos com passagens aéreas realizados pelo TRE-SC.

Infraestrutura de telecomunicações e telefonia

A infraestrutura de telecomunicações e telefonia foi aprimorada com a implementação de um sistema de Unidade de Resposta Audível (URA), proporcionando um atendimento mais eficiente ao eleitorado.

Logística de distribuição de materiais

A logística de distribuição de materiais foi fundamental, englobando o recebimento, catalogação, separação e expedição de materiais, incluindo 330 aparelhos celulares, cerca de 500 mil cartazes e folhetos informativos, dezenas de móveis e centenas de itens de consumo, que foram enviados às Zonas Eleitorais em todo o Estado. Ações integradas e mutirões nos setores de expedição garantiram o cumprimento dos prazos estabelecidos.

Manutenção predial e gestão de bens móveis

As ações de manutenção predial garantiram que os imóveis utilizados pelo TRE-SC estivessem adequados às operações eleitorais. A gestão de bens móveis foi realizada de forma a atender às necessidades das unidades e proporcionar autonomia aos cartórios eleitorais.

Inovação e projetos de melhoria

Foram desenvolvidos projetos básicos e termos de referência para aquisição de novas tecnologias e itens, contribuindo para a otimização do processo eleitoral. Na área de materiais impressos, a relação do TRE-SC com as gráficas materializou as inovações desenvolvidas pela Instituição no ano, destacando-se o folder Orientações Práticas para Mesários, os Certificados de Honra aos Eleitores Notáveis e o novo padrão dos diplomas aos eleitos. Essas iniciativas aprimoraram a experiência do eleitorado e reforçaram a imagem de excelência do TRE-SC.

Principais desafios e ações futuras

O principal desafio na área de infraestrutura é a manutenção das instalações dos imóveis que sediam os Cartórios Eleitorais, especialmente em face da distância em relação à Sede e às restrições orçamentárias.

Como estratégia para amenizar esses impactos, além da parceria com o TJSC, tem-se buscado o compartilhamento de imóveis com outros órgãos, como TRT-12, de modo a racionalizar as despesas de todas as entidades envolvidas.

Dentre as principais ações futuras estão a revitalização do prédio sede, bem como dos cartórios eleitorais, de acordo com as avaliações técnicas realizadas e disponibilidade orçamentária.

Figura 66 – Urnas eletrônicas separadas por rotas

Figura 67 – Pessoas da Justiça Eleitoral de Santa Catarina organizam a distribuição de urnas eletrônicas para os cartórios eleitorais do Estado

4.5.6 Gestão de Tecnologia e da Segurança da Informação

Conformidade legal:

A Gestão de Tecnologia da Informação no TRE-SC, alinhada à estratégia institucional, observa e aplica a legislação vigente, além das normas e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e a observação de boas práticas internacionais para gestão de Tecnologia da Informação (COBIT, ITIL). Dentre as principais destacam-se a Lei n. 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); a Resolução TSE n. 23.644/2021, que dispôs sobre a Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral; Resolução CNJ n. 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-Jud); Resolução CNJ n. 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) e a Resolução CNJ n. 468/2022 – Diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao Conselho Nacional de Justiça.

Modelo de governança de TI:

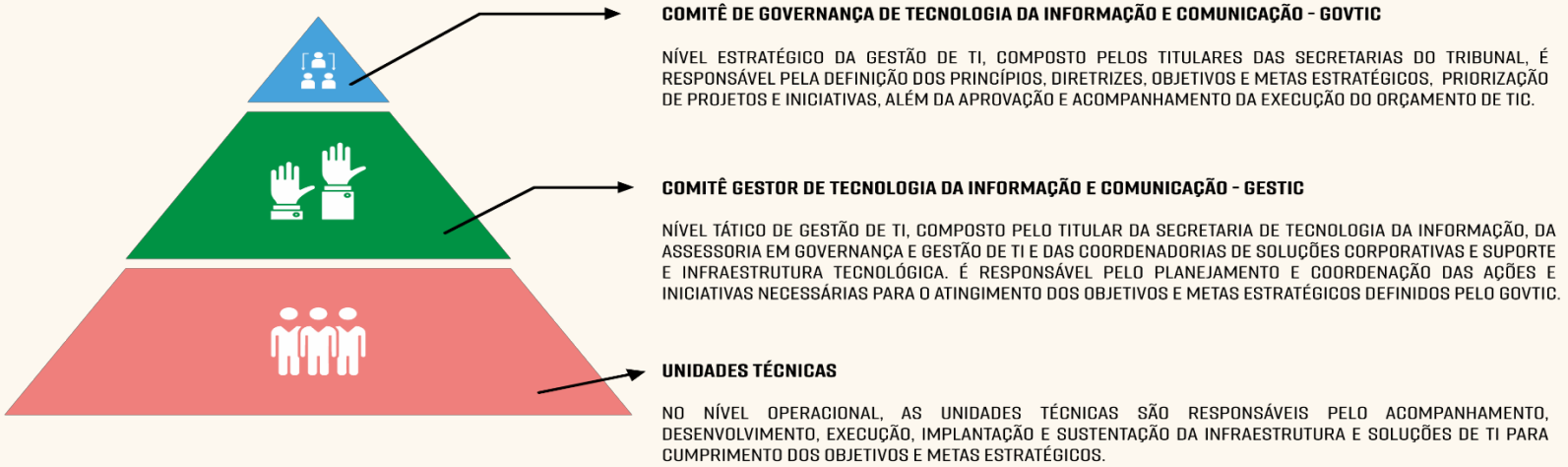


Figura 68 – modelo de governança de TI no TRE-SC

Montante de recursos aplicados em TI:

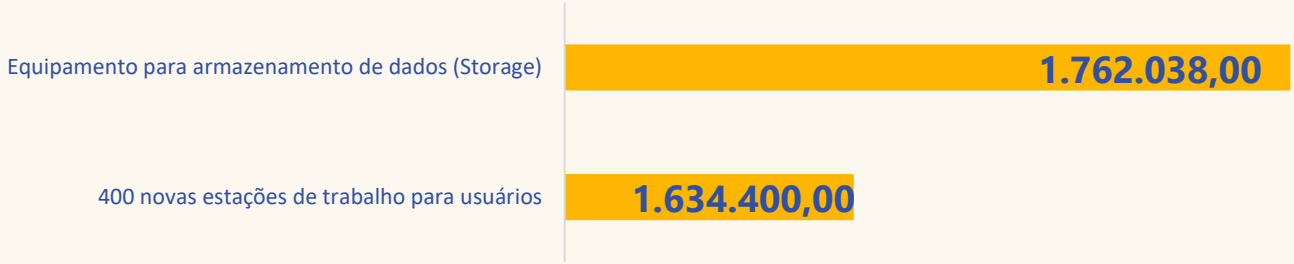
Valor total (em R$)

R$ 10.229.981,24

Montante de recursos aplicados em TI por destinação (em R$)

Figura 69 – Gráfico montante de recursos aplicados em TI por destinação

Contratações mais relevantes de recursos de TI (em R$)



Em 2024 também foi implantado novo *link* de comunicação de dados com os cartórios eleitorais com **redução de 37%** no valor do contrato.

Figura 70 – Gráfico - contratações mais relevantes de recursos de TI

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor:

O Plano Estratégico do TRE-SC estabelece três perspectivas sob as quais são estabelecidos os objetivos estratégicos: a) Resultados para Sociedade; b) Processos Internos; e c) Aprendizado e Crescimento. Alinhado à estratégia institucional foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2023-2024) vigente e prorrogado até março de 2025, que contém o detalhamento dos projetos e iniciativas e sua relação com os respectivos objetivos estratégicos e processos da cadeia de valor.

Cada solução tecnológica descrita nas seções subsequentes foi planejada e implantada para aprimoramento desses objetivos estratégicos e processos da cadeia de valor da Instituição, conforme vínculo estabelecido no PDTI entre a demanda recebida e o respectivo objetivo a ser alcançado.

Principais projetos relacionados aos macroprocessos finalísticos da Cadeia de Valor

- ✓ Eleições da comunidade, com destaque para as Eleições Suplementares dos Conselhos Tutelares de vários municípios de Santa Catarina, sendo que nos municípios de Anchieta, Petrolândia, Vidal Ramos e Coronel Freitas as eleições ocorreram com urnas eletrônicas. Reforça-se, aqui, o papel da Justiça Eleitoral em fortalecer a soberania popular e a democracia nas comunidades, não se restringindo às eleições ordinárias.
- ✓ Eleições de Vereador Mirim nos municípios de Paulo Lopes, Águas Frias e Doutor Pedrinho. As eleições de vereadores mirins são realizadas nas escolas e estimulam a consciência política e a inserção de jovens estudantes na vida cidadã.

Outras iniciativas relacionadas aos macroprocessos finalísticos da Cadeia de Valor

- ✓ Empréstimos de urnas eletrônicas na versão treinamento para atividades educacionais do Colégio Elcana, na Palhoça, da Escola de Educação Básica Maria do Carmo Lopes, em São José e do Grêmio Estudantil Imaculada Conceição, em Florianópolis.
- ✓ Atualização dos equipamentos de tecnologia biométrica nas zonas eleitorais da grande Florianópolis, aprimorando a qualidade do atendimento ao público bem como a qualidade dos dados em si.
- ✓ Atuação dos cartórios eleitorais no incremento da acessibilidade dos locais de votação, bem como ações de otimização da distribuição dos eleitores nestes locais, mitigando filas e problemas de acesso pelos eleitores com dificuldade de mobilidade e pelas pessoas com deficiência.
- ✓ Consecução do projeto Eleições 2024, um vasto conjunto de atividades interconectadas com o objetivo de garantir o direito de votar e apurar os resultados com acurácia, transparência e segurança. Dentre essas atividades, destacam-se a manutenção tecnológica de um parque com cerca de 18.600 urnas, a logística que permite que estas cheguem em perfeitas condições em todos os municípios do Estado de Santa Catarina.

Infraestrutura de TI

Um dos grandes desafios da área de infraestrutura tecnológica do Tribunal é manter sistemas, serviços e ativos compatíveis com o processamento, armazenamento, transmissão e gerenciamento de informações e comunicações necessários para o funcionamento do Órgão. É, portanto, a partir desses balizadores, que são planejados os projetos, operações e rotinas, que objetivam manter o funcionamento de toda a infraestrutura de TI, sobre a qual são executadas as aplicações e por onde os usuários desempenham suas atividades. Tratando-se dos sistemas que sustentam as eleições, a situação é ainda mais desafiadora, pois a diversidade de operações, com prazos curtos e realizadas ao mesmo tempo, não podem deixar de ser realizadas, o que traz maior urgência na implantação e disponibilidade dos serviços ofertados.

Para dar cabo dessa complexidade de tarefas, destaca-se a realização dos seguintes projetos/operações: contratação de equipamentos para apoiar o desenvolvimento de atividades ordinárias (na ordem de milhares) e equipamentos para armazenamento de dados corporativos de alta capacidade; contratação de licenças de sistemas para manter a conformidade do licenciamento aos usuários finais (sistema operacional, ferramentas de gestão dos seus dispositivos); projeto e execução de adequação e modernização da infraestrutura de rede de diversas unidades da Justiça Eleitoral distribuídas na capital e no interior; remodelação do processos internos de gestão de ativos de TI, com automação e criação de pontos de verificação de ameaças cibernéticas, diminuindo o risco de perdas de dados e equipamentos; doação de 1.705 equipamentos decorrentes do processo de renovação do parque; implantação de canal de rede redundante para as Zonas Eleitorais, ampliando a velocidade de acesso e mitigando as interrupções no atendimento aos cidadãos; instalação de equipamentos nos cartórios da grande Florianópolis para modernização do atendimento biométrico aos eleitores.

Do ponto de vista relacionado diretamente com as eleições, destacam-se: suporte aos diversos sistemas eleitorais e à infraestrutura de TI; distribuição de novos equipamentos do tipo notebook para todas as Zonas Eleitorais do Estado, atualizados e preparados para os ambiente de totalização das eleições; serviço de transmissão de boletins de urna, em 113 locais do estado, de forma a agilizar a divulgação do resultado das eleições; suporte aos Postos de Atendimento Volante para atender ao Projeto Justiça Eleitoral em Movimento (155 postos criados).

Soluções de TI

No que tange ao processo de convocação de mesários, foi desenvolvido um novo portal na Internet, integrado à plataforma Gov.BR e ao módulo nacional do TSE. A comunicação oficial com os mesários foi favorecida, uma vez que o sistema incorporou utilizou o conceito de linguagem simples. Ainda, desenvolveu-se um novo modelo de gestão e pagamento da alimentação dos mesários via PIX, provendo agilidade e aumentando a satisfação desses colaboradores.

A comunicação e o atendimento ao eleitorado em geral foram aprimorados com a implantação de um serviço automatizado, baseado em chatbot WhatsApp e uma Unidade de Resposta Audível (URA), reduzindo significativamente os custos do serviço de Disque Eleitor (0800);

Foram realizados investimentos em uma nova plataforma de computação em nuvem, com o objetivo de desenvolver novos serviços e sistemas informatizados, incluindo ferramentas de inteligência artificial, para otimização de recursos, escalabilidade e aumento da produtividade;

Foram desenvolvidas novas versões dos softwares de apoio às diversas etapas do processo eleitoral (alistamento, registro de candidaturas, propaganda, convocação, diplomação, etc), com vistas a melhorar as entregas para os públicos externos (eleitores, mesários, candidatos, imprensa). Estas entregas foram acompanhadas do redesenho de vários serviços dos Portais Internet das Eleições 2024, podendo-se citar o apoio ao Gabinete de Pronta Resposta, órgão criado no TRESC para atuação célere no período eleitoral frente às intercorrências.

Segurança da informação:

Governança em Segurança da Informação: Evolução no índice de Aderência à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) com 37,69% em 2022, 42,71% em 2023 e 52,67% em 2024;

Ações de capacitação para usuários finais: O Programa de Conscientização em Segurança da Informação, realizado em 2024, impactou 605 pessoas por meio de 7 módulos de treinamento, acumulando um total de 3.387 horas de atividades. Além disso, uma campanha de avaliação da propensão ao *phishing* foi conduzida entre 7 de fevereiro e 22 de maio de 2024, direcionada a 831 usuários (foi observada uma taxa de propensão ao *phishing* de 6,86%);

Certificações em Segurança: 2 servidores da equipe de segurança obtiveram a Certificação *"Curso Programa Hackers do Bem - Formação em Cibersegurança"* e 1 servidor obteve a certificação "*Certified Ethical Hacker*";

Projetos executados: Implantação de projeto para unificação de domínios de autenticação em rede dos usuários; estudos, execução de testes e implantação de projeto piloto para implantação de duplo fator de autenticação na VPN; elaboração de estudos para aquisição de licenciamento complementar para backup de dados do ambiente *Google Workspace*; monitoramento do ambiente tecnológico, análise de alertas, correção de vulnerabilidades e tratamento de incidentes de segurança; participação em projeto nacional para diagnóstico de maturidade em segurança da informação, com objetivo de mapear os principais gaps e traçar objetivos para a Estratégia Nacional de Cibersegurança do TSE e TREs para o período de 2025-2028; continuidade de implantação do programa de conscientização em cibersegurança; implementação de duplo fator de autenticação no sistema PAE; elaboração de normas de uso para ambiente *Google Workspace*; monitoramento de 77 aplicações através de *Web Application Firewall* (WAF); atualização contínua de todos os equipamentos servidores e da infraestrutura de TI, para manter o ambiente tecnológico seguro.

Vulnerabilidades mitigadas/Patchs aplicados: Em 2024 foram realizadas 6.379 correções de vulnerabilidades no parque de computadores, superando as 4.034 correções realizadas no exercício anterior;

Principais metas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:

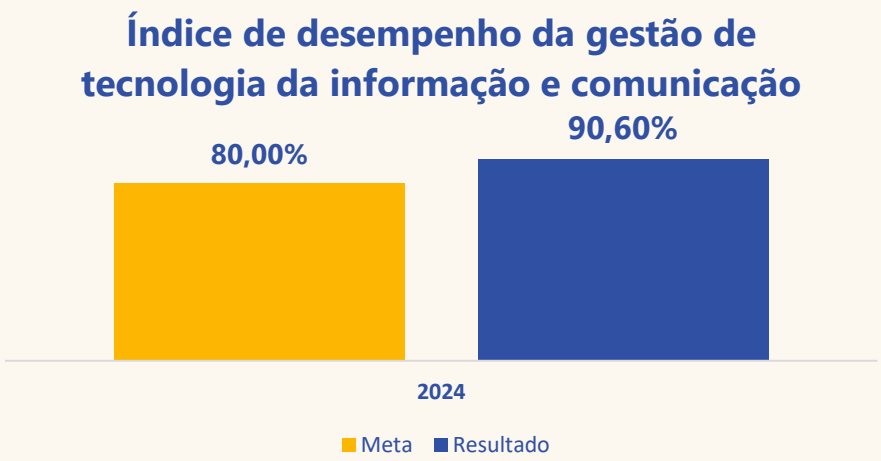


Figura 71 – Gráfico do resultado do Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação - 2024

Para medir o desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação em 2024 foram selecionados 15 indicadores táticos: IT01 - KR1.1 - Atingir 50% no índice de satisfação dos usuários externos de TIC até 2024; IT02 - KR1.2 - Atingir 85% no índice de satisfação dos usuários internos de TIC até 2024; IT03 - KR1.3 - Manter o índice de satisfação dos usuários internos de TI com o serviço de atendimento (*servicedesk*) em 95% ou mais; IT04 - KR2.1 - Manter acima de 80% o índice de serviços digitais da Carta de Serviços do Eleitor até 2024; IT05 - KR3.1 - Realizar no mínimo 20 horas anuais de capacitação em tecnologia da informação para , no mínimo 75% dos servidores da STI; IT06 - KR4.1 - Efetivar, além das publicações obrigatórias, 20 (vinte) publicações anuais no *Connect-Jus* até 2024; IT07 - KR4.2 - Participar do desenvolvimento colaborativo de uma solução por ano até 2024; IT08 - KR5.1 - Manter, ao menos, o nível de maturidade Aprimorado no *iGovTIC-JUD* até 2024; IT09 - KR5.2 - Manter o índice de desempenho de TIC acima de 80% até 2024; IT10 - KR6.1 - Atingir, no mínimo, 80% de acurácia nas contratações de TIC até 2024; IT11 - KR7.1 - Manter abaixo de 10 as infrações à LGPD derivadas de serviços de TI; IT12 - KR7.2 - Atingir 50% de aderência à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ) até 2024; IT13 - KR7.3 - Manter na estrutura organizacional de unidade com 2 servidores com dedicação exclusiva à área de segurança da informação até 2024; IT14 - KR8.1 - Manter a disponibilidade dos serviços essenciais de TIC de, no mínimo, 95% até 2024; e IT15 - KR8.2 - Manter o atendimento ao acordo de nível de serviços de TI de, no mínimo 98% até 2024. Destes, 5 não atingiram a meta no exercício: IT02: Meta: 85% Resultado: 84,61%; IT06: Meta: 20 Resultado 5; IT08: Meta: 0,80 Resultado: 0,72; IT10: Meta: 80%. Resultado: 45,86%; IT15: Meta: 98% Resultado: 94,1%.

Justificativa: Ao analisar as metas não alcançadas, é evidente que os valores obtidos se aproximam do alvo estipulado, mas permaneceram aquém do objetivo final. Pode-se excetuar desse déficit o rendimento do indicador IT02, por divergir da meta apenas nas casas decimais. Já o indicador IT06 não tem se demonstrado útil à aferição da gestão propriamente, pois versa sobre mera publicação de artefatos em plataforma interna. O indicador IT08 teve desempenho afetado por nova fórmula de aferição pelo órgão de controle, o que provocou, nesse primeiro momento, um desalinhamento acerca da conceituação dos quesitos (fato que não deve se repetir no próximo exercício). O indicador IT10 teve a aferição o mais distante da meta. Isso se deu pela oferta de sobra orçamentária de outras unidades no final de ano à STI, permitindo a antecipação da renovação do parque de computadores prevista para o exercício seguinte. Outro fator foi o embaraço na contratação de uma ferramenta de segurança com alto valor (ou seja, impactando no cálculo do indicador), que encontrou óbice do órgão detentor da Ata de Preços. Já o IT15 distou menos de 2% da meta, que era alta. Entende-se que esse caso não requer atenção especial, uma vez que sugere que a meta possa ter sido arrojada demais. Com ajustes pontuais e um acompanhamento mais próximo, há perspectiva de atingi-las no próximo ciclo. Já quanto ao IT06 demandará reavaliação dos procedimentos das publicações no *Connect-Jus* para que a meta possa ser atingida, ou até mesmo a exclusão desse indicador.

Os principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios são: Um novo PDTIC alinhado às novas demandas dos usuários internos e externos, incluindo sistemas internos e os eleitorais, o uso de dispositivos móveis e da inteligência artificial, bem como o atendimento às exigências dos órgãos de controle. Ainda, a readequação da capacidade de desenvolvimento de sistemas e a continuidade da implantação de normativas e controles de segurança cibernética.

4.5.7 Gestão Judiciária

Resultados alcançados frente às metas anuais estabelecidas para o Poder Judiciário:

A medição do cumprimento das metas anuais estabelecidas no Plano Estratégico – Ciclo 2021-2026 do TRE-SC objetivam o fortalecimento da relação institucional com a sociedade, a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional e o aperfeiçoamento da governança e gestão institucional.

Dessa forma, a atuação jurisdicional do Tribunal se encontra sujeita às metas nacionais do Poder Judiciário, estabelecidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre as quais se destacam as Metas 1, 2 e 4, cujos resultados estão descritos abaixo.

No tocante à Meta 1 do Poder Judiciário – que estabelece o julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano de 2022 –, atestando a capacidade de atendimento à demanda de processos judiciais e garantindo a diminuição do acervo processual, o Tribunal atingiu o índice de 93,95%, atingindo desempenho muito próximo à meta. Deve ser pontuado que no ano de 2023 houve um incremento no número de casos novos, em especial de feitos da classe de Prestação de Contas Eleitorais alusivos ao pleito de 2022, que são considerados distribuídos todos (à exceção dos candidatos eleitos, que são analisados e julgados já no ano de 2022) em janeiro de 2023. Referida classe tem exigido pormenorizada análise dos setores técnicos, pois passaram a movimentar significativos recursos públicos (Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC e Fundo Partidário), o que impacta, de certa forma, na agilidade dos julgamentos dessa natureza.

Com relação à Meta 2, que consiste em identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2021 – averiguando-se, com isso, a razoável duração do processo e a baixa de processos de maior complexidade –, o Tribunal atingiu a meta em 141,72%, excedendo em muito a meta fixada.

Quanto à Meta 4, que objetiva priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais – apurada em duas submetas, uma voltada para as eleições de 2020 (identificar e julgar, até 31/12/2023, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2022) e outra para as eleições de 2022 (identificar e julgar, até 31/12/2023, 40% dos processos distribuídos até 31/12/2022) que possam importar na perda de mandato eletivo, o Tribunal cumpriu 100% da primeira submeta e 166,67% da segunda submeta, ultrapassando substancialmente a meta fixada.

Os resultados revelam que o planejamento das atividades foi fielmente executado por todos os atores envolvidos (seja no Tribunal seja nas Zonas Eleitorais), cumprindo com empenho e dedicação as tarefas e obtendo pleno êxito nas metas mais sensíveis para a sociedade, quais sejam, a meta 2 e a meta 4.

Destaca-se que, para efetivar o cumprimento das metas, o Tribunal adotou as seguintes ações:

a) identificação prévia e precisa dos processos mais antigos com foco na prioridade da tramitação e do julgamento; b) monitoramento mensal, por meio de relatórios automatizados, da distribuição de feitos e dos julgamentos efetuados; c) cientificação aos juízes e assessores do resultado do monitoramento realizado; d) controle da data de entrada, no gabinete do relator, dos processos conclusos para julgamento, e; e) a realização do curso de nivelamento do Conselho Nacional de Justiça, que proporcionou a sensibilização dos servidores, obtidos pela disseminação dos conceitos ligados ao tema.

Após a adoção dessas melhorias, constatou-se o alcance dos seguintes resultados: a) maior celeridade na identificação dos processos incluídos na meta; b) priorização sistemática na tramitação e acompanhamento dos processos, com foco nas particularidades da Justiça Eleitoral e alinhamento com as exigências legais de rito e prazo, que diminuem a perspectiva de celeridade nos termos fixados na meta; c) em decorrência dos itens a e b, houve um alinhamento da equipe de trabalho envolvida na aferição da meta, com maior comprometimento para alcançar o seu cumprimento.

Função correcional

Em 2024 em razão da realização de Eleições Municipais, a Corregedoria Regional Eleitoral (CRESC), realizou 9 inspeções de ciclo no referido ano e 1 correição extraordinária; 3 Zonas Eleitorais foram acompanhadas individualmente.

Orientação Cartorária

Com o objetivo de conferir maior qualidade aos serviços executados, evitando vícios e irregularidades, o TRE-SC possui em sua estrutura a Corregedoria Regional Eleitoral, que realiza serviços de orientação aos cartórios eleitorais, nas temáticas: “cadastro eleitoral” e “prática cartorária/judiciária”, cujo trabalho pode assim ser resumido:

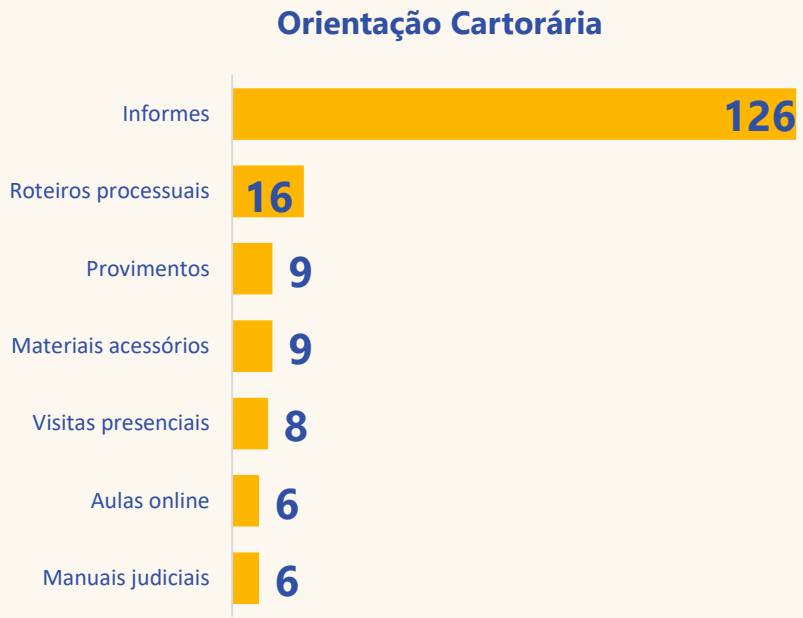


Figura 72 - Gráfico - orientação cartorária por forma e quantidade de atendimentos

Atendimento ao público externo

118.816

Atendimentos realizados

Em 2024, foram realizados 56.583 (47,62%) atendimentos ao público externo por meio de ligações telefônicas recebidas e 62.233 (52,38%) atendimentos automatizados por meio do aplicativo *Whatsapp (chatbot Catarina),* serviço instituído pelo TRE-SC e medido no período de outubro a dezembro de 2024.

A orientação ao público externo é feita pela publicação de informações e serviços no sítio deste Tribunal. Por sua vez, o serviço telefônico de atendimento ao eleitorado (**0800 647 3888**) complementa a comunicação institucional, de modo permitir atenção a demandas individuais de maneira especializada.

Resultados das atividades operacionais relacionadas à gestão:

Figura 74 – Gestão do Cadastro Eleitoral

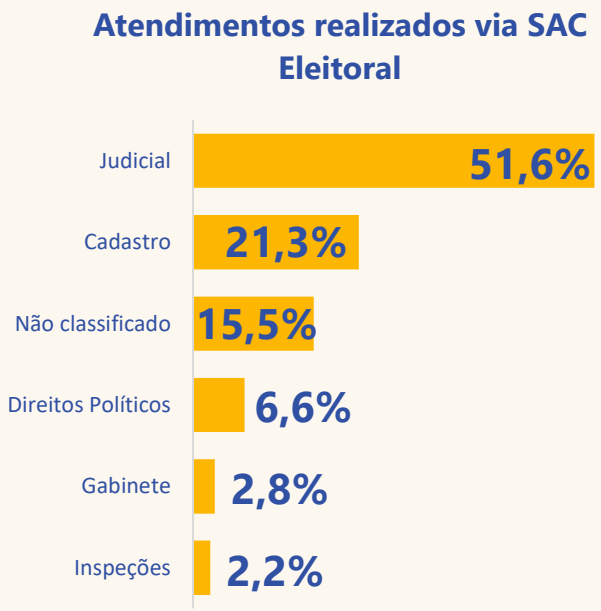


Figura 73 – Atendimentos aos Cartórios Eleitorais realizados via SAC Eleitoral

4.5.8 Gestão da Informação e da memória institucional

Preservar a memória da Justiça Eleitoral de Santa Catarina é uma iniciativa estratégica para o TRE-SC.

Diante da importância desse tema, em 1999 o TRE-SC criou o Museu da Justiça Eleitoral Catarinense. Em 2000 o Museu foi designado Centro de Memória Desembargador Adão Bernardes (CMAB). Desde 2020 a gestão e preservação de seu acervo vem sendo aprimorada com a criação de normas regulamentadoras e instrumentos de gestão.

O Centro de Memória é especializado em bens culturais de valor histórico e sua missão é promover a valorização, a preservação e o reconhecimento da história da Justiça Eleitoral Catarinense, contribuindo para a compreensão e a conscientização política da sociedade sobre o processo eleitoral e a sua relevância para a consolidação do regime democrático no Brasil.

Por meio do acervo, é possível acompanhar a evolução dos títulos eleitorais, das urnas - desde a de madeira até a eletrônica -, das cédulas eleitorais, dos sistemas de apuração e de alistamento de eleitores, além da evolução dos móveis e objetos que representam diversas épocas da Justiça Eleitoral catarinense. A exposição de longa duração pode ser visitada de segunda a sexta-feira, na Sede do Tribunal, das 12h às 19h (visitas à exposição mediante agendamento prévio por e-mail).

Em 2024 o TRE-SC, por meio do CMAB, apresentou a exposição imersiva “Cabina do Tempo” que contou a história da urna e a evolução do processo eleitoral. A mostra aconteceu no hall da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e também no hotel Majestic e foi aberta ao público.

A exposição tem uma versão virtual que pode ser acessada pelo sítio do TRE-SC.

Figura 75 - Exposição Cabina do Tempo no hall da ALESC, 2024.

Saiba mais: Conheça os catálogos de acervo, as galerias virtuais e as ações educativas do CMAB: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/memoria/apresentacao
Exposição Cabina do Tempo: https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/hotsite/cabina-do-tempo

4.5.9 Sustentabilidade ambiental

Conformidade legal:

O Plano de Logística Sustentável (PLS) e o Plano de Ações aprovados direcionaram a sustentabilidade ambiental do TRE-SC para o exercício de 2024, os instrumentos especificaram as ações, indicadores e respectivas metas em vigência.

Baseado na Res. CNJ n. 400/2021, o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC definiu os objetivos gerais e específicos do instrumento, apresentou a metodologia utilizada para sua elaboração, implementação, monitoramento e avaliação. Contextualizou, ainda, a sua relação com o Plano Estratégico institucional e estabeleceu os indicadores de desempenho e as metas para diversos temas de relevante impacto no dia a dia da Administração.

Com a efetivação do Plano de Logística Sustentável, o TRE-SC reitera seu compromisso com o objetivo geral de garantir a promoção da sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica e social.

Índice de Desempenho da Sustentabilidade

80,30%

Resultado divulgado no 8º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário em 2024, referente ao Ano-base 2023.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições:

% de contratações sustentáveis

31,15%

Em 2024, 19 contratações observaram ao menos um critério de sustentabilidade do total de 61 contratações realizadas.

Ações para redução do consumo de recursos naturais:

Quanto às ações para redução de consumo de recursos naturais, foram estabelecidas diversas no Plano de Logística Sustentável, sendo que a maioria é de ação continuada, sem prejuízo de sempre se buscar ampliar esse rol e torná-lo o mais eficiente possível.

O Plano de Ações 2024 está publicado no sítio do TRE-SC e pode ser acessado pelo link que encerra esse item.

O relatório anual do Plano de Logística Sustentável apresenta os resultados alcançados pelo TRE-SC no exercício 2024 e os compara com os últimos exercícios de anos eleitorais (2020 e 2022). São 87 indicadores relacionados aos temas: 1) papel; 2) copos descartáveis, 3) água envasada em embalagem plástica; 4) impressão; 5) energia elétrica; 6) água e esgoto; 7) gestão de resíduos; 8) Reformas e layout; 9) limpeza; 10) vigilância; 11) telefonia; 12) veículos; 13) combustível; 14) apoio ao serviço administrativo; 15) aquisições e contratações; 16) qualidade de vida; e 17) capacitação em sustentabilidade.

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/sustentabilidade/plano-de-logistica-sustentavel
Relatório de Desempenho do PLS 2020 – 2022 - 2024: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/arquivos_o_tre/plano-de-logistica-sustentavel/relatorios/relatorio-de-desempenho-anos-eleitorais/relatorio-de-desempenho-2020-2022-2024/@@download/file/Relatório%20de%20desempenho%202020%20-%202022%20-%202024.pdf
Plano de ações 2024: https://www.tre-sc.jus.br/institucional/arquivos_o_tre/plano-de-logistica-sustentavel/plano-de-acao-do-pls/plano-de-acoes-2024/@@download/file/Plano_de_Acoes_TRESC_Versao_Final_2024_3.pdf

4.5.10 Acessibilidade e Inclusão

Índice de Acessibilidade e Inclusão

68%

O índice mede a implementação de medidas que assegurem a ampla e irrestrita acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e atitudinal no âmbito da Instituição.

Em 2024 o TRE-SC realizou ações importantes para a Acessibilidade e Inclusão, em especial para as Eleições Municipais 2024, dentre as quais destacam-se:

- ✓ Manutenção do Curso EaD de Acessibilidade: O curso abrange os seguintes temas: a) Deficiência física; b) Deficiência visual; c) Deficiência auditiva; d) Deficiência intelectual; e) Deficiência múltipla; f) Surdocegueira; g) Acessibilidade; e h) Tecnologia assistiva. O curso é autoinstrucional e foram disponibilizadas 3 turmas e no período foram 57 inscritos e 29 aprovados. A formação continua disponível e está sendo compartilhada com outros órgãos, ampliando o alcance e os benefícios de sua abordagem inclusiva.
- ✓ Produção de materiais com acessibilidade: foram desenvolvidos materiais em áudio e vídeo, incluindo a produção de 128 (cento e vinte e oito) vídeos com recursos de acessibilidade, sendo 65 (sessenta e cinco) deles publicados no *YouTube* e 63 no *Instagram*.
- ✓ Uso de tecnologia assistiva no portal do TRESC: o site utiliza a tecnologia Rybena para traduzir textos do português para Libras e voz, permitindo acessibilidade a surdos, pessoas com deficiência intelectual, disléxicos e outras condições que dificultam a leitura.
- ✓ Cartilha de Acessibilidade para as Eleições: atualizada para linguagem simples, incluídas informações de novos recursos da urna eletrônica e mudanças legislativas, mantendo recursos de acessibilidade, como links descritivos e descrição de imagens. A recente atualização contou com a colaboração do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Saiba mais: https://www.tre-sc.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/comissoes/comissao-de-acessibilidade

4.5.11 Inovação

Em 2024 o TRE-SC continuou aperfeiçoando a inovação institucional. Foram designados novos membros para o laboratório InovaTRESC e realizada a capacitação dos laboratoristas em *Design Thinking*. Foram desenvolvidos ao longo do exercício 2 projetos para a Meta 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário: Projeto Mesários (cujo objetivo é aperfeiçoar processo de trabalho finalístico para as Eleições relacionado ao tema Mesários em todas as suas principais etapas: Prospecção; Convocação; Treinamento; Dia da Eleição e Pós-Eleição); e em parceria com o TRT-SC, o TJ-SC e a JFSC foi desenvolvido o projeto Linguagem Simples - Acesso à Justiça - Conheça a Justiça Brasileira (que teve como objetivo principal reduzir o desconhecimento dos cidadãos sobre a atuação de cada um dos ramos do Poder Judiciário).

3 produtos foram cadastrados no repositório da Plataforma da Rede de Inovação do Poder Judiciário RenovaJud: Normativo e guia de orientação que estabelece as providências gerais de resposta contingencial a eventos climáticos e situações críticas na Justiça Eleitoral em Santa Catarina; Carta de Convocação de mesários em linguagem simples e Folder de Orientações Práticas para Mesários (os últimos 2 produtos foram entregas do Projeto Mesários para serem utilizados nas Eleições Municipais 2024).

O TRE-SC cadastrou 22 iniciativas para o 1º Prêmio de Inovação do Poder Judiciário e o Índice de Inovação Institucional obteve pontuação suficiente para o recebimento do Selo Judiciário Inovador pelo Conselho Nacional de Justiça.

O resultado alcançado de 51% no Índice de Inovação Institucional neste exercício revela evolução na ampla maioria das áreas comparado ao exercício 2023.

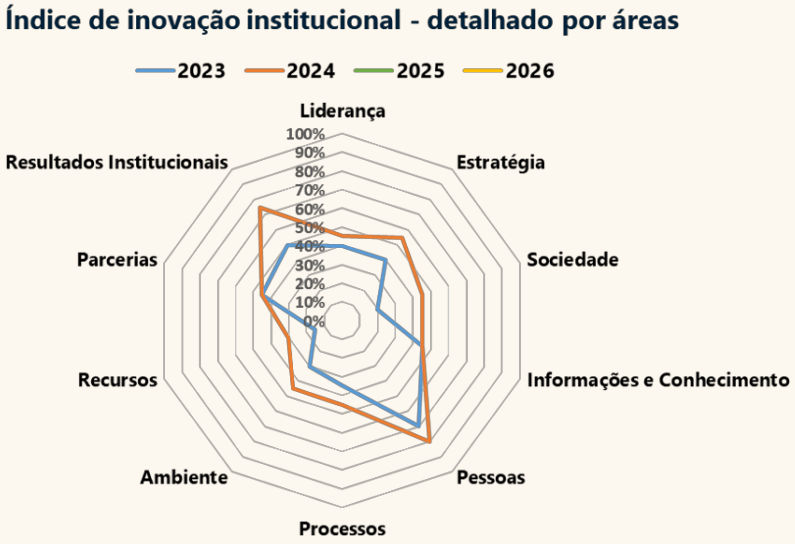


Figura 76 - Gráfico do Resultado do TRE-SC na 2º medição do Índice de Inovação Institucional - detalhado por áreas - Exercício 2024

Saiba mais: Portaria TRE-SC/P n. 110/2023: https://apps.tre-sc.jus.br/e-docsweb/documento/edoc1848758/portaria_pres_2023_110.pdf
Índice de Inovação Institucional: https://renovajud.cnj.jus.br/conteudo-publico?iniciativa=759
Orientações práticas para mesários: https://apps.tre-sc.jus.br/comissoes/infografico_clicavel_folder_mesarios_eleicoes_municipais_2024_TRESC_VF.pdf

5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL E EVOLUÇÃO NO EXERCÍCIO

Cabe ressaltar que o orçamento para o ano de 2024 foi adequado para atender às necessidades de manutenção do Órgão.

O desempenho atual está de acordo com o planejado na proposta orçamentária do ano de 2024; não ocorreram situações que comprometeram o orçamento do TRE-SC, no período.

Inclusive, destaca-se, a respeito: 1) sobra orçamentária do orçamento de investimentos, no valor de R$ 22.665,13, na Ação Orçamentária de Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, plano orçamentário 0001 e 2) sobra orçamentária de R$ 57.518,00 na Ação Orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, plano orçamentário de Capacitação de Recursos Humanos de Tecnologia da Informação (TIC).

Portanto, não houve variações no resultado do ano de 2024, estando o planejamento orçamentário do TRE-SC compatível com as contratações realizadas.

Ainda que as metas previstas para o ano de 2024 tenham sido parcialmente alcançadas, como desafio o TRE-SC segue estudando maneiras de reduzir alguns custos, principalmente com a locação de imóveis.

Figura 77 - Gráfico - Programas de Trabalho - Despesas Liquidadas (em R$)

Figura 78 - Gráfico - Gastos com pessoal - despesas pagas (em R$)

5.2 PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS RELATIVOS À SITUAÇÃO FINANCEIRA

No exercício financeiro de 2024 o Tribunal houve um acréscimo patrimonial no ativo permanente da ordem de R$ 29.698.277,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e noventa e oito mil, duzentos e setenta e sete reais). O referido aumento se deu principalmente pela aquisição de novas Urnas Eletrônicas, no montante de R$ 23.149.796,73 (vinte e três milhões, cento e quarenta e nove mil, setecentos e noventa e seis reais, e setenta e três centavos), representando um total de 77,95 % do aumento patrimonial citado.

Outra questão relevante foi o aumento do passivo circulante de 2023 para 2024. Esse crescimento foi provocado pelo fato de que no exercício financeiro de 2024 houve uma mudança nos procedimentos de recolhimento dos tributos federais. Essa mudança trazida pela implantação da Escrituração Fiscal Digital – EFD, fez com que os valores das retenções de tributos sobre a Folha de Pagamento de Servidores e Autoridades Eleitorais, bem como sobre pagamento a fornecedores, ficasse pendente de recolhimento, a ser efetuado em janeiro de 2025. O aumento do Passivo Circulante de 2023 para 2024 foi de R$ 5.157.237,03 (cinco milhões, cento e cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e sete reais e três centavos). A parcela dos tributos retidos, pendente de recolhimento em dezembro de 2024, é de R$ 4.102.611,09 (quatro milhões, cento e dois mil, seiscentos e onze reais e nove centavos).

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei n. 4.320/1964

Principais diretrizes contábeis:

Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público:

A Portaria n. 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto n. 6.976/2009 atribuiu à STN a competência para promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN n. 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (adoção gradual pelos entes da Federação a partir do exercício de 2012 e integral, até o final do exercício de 2014); implementação integral em 2016, no âmbito da Justiça Eleitoral.

A Seção de Contabilidade da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade é responsável pelas atividades de conformidade de gestão dos atos e fatos contábeis do TRE-SC, bem como pela conferência e publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Órgão, cálculo dos reajustes/repactuações de contratos de prestação de serviços/locações e acompanhamento das demonstrações contábeis/financeiras do TRE-SC.

Seção composta por 2 servidores de carreira, com formação /experiência na área contábil/administrativa. (1 Analista Judiciário - Área Administrativa - Contador, e 1 Técnico Judiciário - Área Administrativa).

- Responsável pela Seção/Chefe Titular: Marcos David Fermino , CRC/SC -024.866/O-9 - matrícula funcional 106305, Analista Judiciário – Área Administrativa - Contador.

Demais Servidores: Marco Polo Jacinto Gomes - Técnico Judiciário - Área Administrativa.

Apresentação das demonstrações contábeis

Link de acesso para as Demonstrações Contábeis: https://www.tre-sc.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/orcamentofinancas-e-pagamentos/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 foram elaboradas em conformidade com a Lei n. 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de acordo com o Manual SIAFI de Procedimentos para Elaboração de Demonstrações Contábeis.

5.3 NOTAS EXPLICATIVAS

Os procedimentos adotados para o encerramento do exercício financeiro de 2024, que seguiram os parâmetros definidos na orientação SOF/TSE n. 03, de 25.11.2024, estão amparados pelo Manual SIAFI Web, código 02.03.18, e ainda pelo Manual código 02.03.17 – Restos a Pagar e 02.03.15 – Conformidade Contábil. Subsidiariamente, aplicam-se dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar no 101/2000), da Lei n. 4.320/64, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2024 (Lei 14.791, de 29 de dezembro de 2023), do Decreto n. 93.872/86 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público –MCASP, 9a edição e as Orientações Normativas SOF/TSE no 10/2018, 12/2019,15/2022 e 17/2022. Os atos e fatos contábeis foram registrados em conformidade com as normas supracitadas, visando garantir a confiabilidade e a regularidade da informação contábil.

No que diz respeito aos mecanismos adotados para garantir a confiabilidade e a integridade dos procedimentos contábeis da organização, destaca-se a adoção de reforço na verificação da idoneidade da base documental dos lançamentos contábeis / pagamentos efetuados. Outro ponto essencial é a constante atualização da equipe de colaboradores nas matérias relativas a contabilidade e legislação aplicável em termos de retenções tributárias, para garantir que os pagamentos sejam corretamente efetuados pelo Tribunal, sem gerar passivos tributários.

Por fim, cabe salientar que os registros contábeis foram devidamente cotejados com os controles internos das demais unidades da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – COFC.

Com relação às informações sobre o setor de contabilidade, o art. 23 da Resolução TRE-SC n. 7.930/2015 assim dispõe:

“Art. 23. À Seção de Análise Contábil cumpre:

I - exercer a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial em face dos princípios constitucionais e da legislação aplicável; [...]

6

ANEXOS E APÊNDICES

6. ANEXOS E APÊNDICES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta – Presidente do TRE-SC 6
Figura 2 - Resultado do Índice de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC – 2024 7
Figura 3 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Prestação Jurisdicional em Matéria Eleitoral 8
Figura 4 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Organização e Realização de Processos Eleitorais 9
Figura 5 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Gestão dos Cadastros Eleitorais 10
Figura 6 - Resultados - Macroprocesso finalístico: Educação Eleitoral e Ações de Cidadania 11
Figura 7 - Resultados macroprocesso de Liderança, Estratégia e Controle: Governança e Gestão Institucional 12
Figura 8 - Edifício sede do TRE-SC 14
Figura 9 - Plenário do TRE-SC 14
Figura 10 - Estrutura orgânica simplificada do TRE-SC vigente em 2024. 15
Figura 11 – Representação do Modelo de Negócio do TRE-SC – Exercício 2024 17
Figura 12 - Macroprocessos de 2º Nível da Cadeia de Valor do TRE-SC 18
Figura 13 – Reunião inaugural do Gabinete de Pronta Resposta. 19
Figura 14 - Sorteio das urnas eletrônicas que foram auditadas no dia da Eleição. 19
Figura 15 - Relação com os destinatários de bens e serviços produzidos pela organização 20
Figura 16 - Canais de Comunicação Oficiais do TRE-SC 21
Figura 17 - Campanhas institucionais 22
Figura 18 - Processo de definição da materialidade das informações para o Relatório de Gestão 2024 24
Figura 19 -Mapa de Riscos Residuais em 29 de novembro de 2024 27
Figura 20 - Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina 34
Figura 21 - Evolução do resultado do TRE-SC no iGG - Índice integrado de governança e gestão públicas 37
Figura 22 - Cartilha do Plano Estratégico Institucional - Ciclo 2021-2026 38
Figura 23 - Mapa Estratégico do TRE-SC - Ciclo 2021-2026 39
Figura 24 - Processo de elaboração do Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional 45
Figura 25 - Link para o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional - Exercício 2024 45
Figura 26 – Gráfico e painel de Desempenho da Estratégia Institucional do TRE-SC 46
Figura 27 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Resultados para a Sociedade 47
Figura 28 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Processos Internos 50
Figura 29 – Gráfico e painel de desempenho na perspectiva Aprendizado e Crescimento 52
Figura 30 – Evolução da execução orçamentária da despesa por função (em R$) 54
Figura 31 - Detalhamento das despesas por grupo (em R$) 54
Figura 32 - Índice de desempenho da área de gestão orçamentária e financeira do TRE-SC - 2024 56
Figura 33 - Fluxo do processo de apuração de custos 57
Figura 34 - Principais itens de custos 58

6. ANEXOS E APÊNDICES

Figura 35 - Atividades e serviços da Justiça Eleitoral 59
Figura 36 - Gráfico 10 maiores itens de custos 60
Figura 37 - Gráfico custos por subgrupos 60
Figura 38 - Gráfico custos por atividades / serviços 60
Figura 39 - Gráfico Funcionamento da secretaria x atendimento ao público 61
Figura 40 – Gráfico força de trabalho total do TRE-SC em 2024 65
Figura 41 – Gráfico servidores por cargo efetivo 66
Figura 42 – Gráfico servidores por gênero 66
Figura 43 – Gráfico ocupação de função comissionada 66
Figura 44 – Gráfico ocupação de cargos comissionados 66
Figura 45 - Gráfico cargos efetivos por lotação 66
Figura 46 – Gráfico grau de escolaridade 66
Figura 47 – Gráfico Servidores por faixa etária (em %) 67
Figura 48 – Gráfico número de servidores com deficiência (por tipo) 67
Figura 49 – Gráfico detalhamento da despesa de pessoal dos últimos anos 69
Figura 50 – Gráfico despesas do Programa de Assistência à Saúde (PAS) 69
Figura 51 – Gráfico - contratações por ano 72
Figura 52 – Gráfico - participantes por ano 72
Figura 53 – Gráfico regime de trabalho (em %) 73
Figura 54 – Gráfico regime de trabalho não presencial por lotação (em %) 73
Figura 55 - Gráfico do resultado do Índice de desempenho da gestão de pessoas - 2024 74
Figura 56 - Gráfico serviços contratados para funcionamento administrativo (em R$) 76
Figura 57 – Gráfico – contratações diretas por tipo (em quantidade) 77
Figura 58 - Gráfico detalhamento da dispensa de licitação pelo valor 78
Figura 59 – Gráfico detalhamento de outras dispensa de licitação pelo valor (em R$) 78
Figura 60 – Gráfico detalhamento das principais inexigibilidades (em R$) 79
Figura 61 – Gráfico do resultado do índice de desempenho da gestão de contratações - 2024 80
Figura 62 - Gráfico principais bens permanentes incorporados infraestrutura - 2024 82
Figura 63 - Gráfico principais custos com serviços prediais – 2024 82
Figura 64 - Gráfico situação imobiliária atual 83
Figura 65 – Gráfico situação imobiliária – distribuição nas Zonas Eleitorais 83
Figura 66 – Urnas eletrônicas separadas por rotas 84
Figura 67 – Pessoas da Justiça Eleitoral de Santa Catarina organizam a distribuição de urnas eletrônicas para os cartórios eleitorais do Estado 84
Figura 68 – modelo de governança de TI no TRE-SC 85
Figura 69 – Gráfico montante de recursos aplicados em TI por destinação 86

Figura 70 – Gráfico - contratações mais relevantes de recursos de TI 86
Figura 71 – Gráfico do resultado do Índice de desempenho da gestão de tecnologia da informação e comunicação - 2024 90
Figura 72 - Gráfico - orientação cartorária por forma e quantidade de atendimentos 92
Figura 73 – Atendimentos aos Cartórios Eleitorais realizados via SAC Eleitoral 93
Figura 74 – Gestão do Cadastro Eleitoral 93
Figura 75 - Exposição Cabina do Tempo no hall da ALESC, 2024. 94
Figura 76 - Gráfico do Resultado do TRE-SC na 2º medição do Índice de Inovação Institucional - detalhado por áreas - Exercício 2024 98
Figura 77 - Gráfico - Programas de Trabalho - Despesas Liquidadas (em R$) 100
Figura 78 - Gráfico - Gastos com pessoal - despesas pagas (em R$) 101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Referencial Estratégico - Ciclo 2021-2026 16
Tabela 2 – Relação de riscos-chave para o desempenho da Estratégia Institucional – Priorizados pela Administração 28
Tabela 3 - Resultados para a Sociedade - Oportunidades e Perspectivas Futuras 29
Tabela 4 - Processos Internos - Oportunidades e Perspectivas Futuras 30
Tabela 5 - Aprendizado e Crescimento - Oportunidades e Perspectivas Futuras 31
Tabela 6 - Resultado dos levantamentos de governança realizados pelo Tribunal de Contas da União 36
Tabela 7 - Instrumentos de curto e médio prazos para viabilizar a estratégia institucional 40
Tabela 8 - Principais programas, ações e projetos estratégicos em acompanhamento no exercício 2024 41
Tabela 9 - Perspectiva Sociedade - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos 43
Tabela 10 - Perspectiva Processos Internos - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos 44
Tabela 11 - Perspectiva Aprendizado e Crescimento - Principais problemas a serem tratados pelos objetivos estratégicos 44
Tabela 12 - Perspectiva Sociedade - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício 48
Tabela 13 - Perspectiva Processos Internos - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício 51
Tabela 14 - Perspectiva Aprendizado e Crescimento - Indicadores de desempenho, metas e resultados no exercício 53

6. ANEXOS E APÊNDICES

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEPE – Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições
AGI – Assessoria de Gestão da Informação
ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
BI – *Business Intelligence* (Inteligência de Negócios)
CGC – Conselho de Governança Corporativa
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
COBIT – Control Objectives for Information and related Technology
COFIC – Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
CPAI – Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
CPCI – Comitê Permanente de Integração e Comunicação
CPGE – Comitê Permanente de Gestão Estratégica
CRE - Corregedoria Regional Eleitoral
DFC – Demonstrações dos Fluxos de Caixa
DG – Diretoria-Geral
DVP – Demonstrações das Variações Patrimoniais
EAD – Educação a distância
EJESC – Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina
ELO – Cadastro Nacional de Eleitores
ENTIC-Jud – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IN – Instrução Normativa
ITIL - Information Technology Infrastructure Library
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MPE – Ministério Público Eleitoral
PAE – Processo Administrativo Eletrônico
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PJE – Processo Judicial Eletrônico
PLS – Plano de Logística Sustentável
RAE – Reunião de Análise da Estratégia
RDEI – Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional
Res. – Resolução
SA – Secretaria de Auditoria
SAO – Secretaria de Administração e Orçamento
SCRE – Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SGP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SGRH – Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGEC – Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SIS – Secretaria de Infraestrutura e Serviços
SJ – Secretaria Judiciária
SOF/TSE - Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
STI - Secretaria de Tecnologia da Informação
STN- Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TRE-SC – Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UG – Unidade Gestora
UPC – Unidade Prestadora de Contas

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Rua Esteves Júnior, 68 – Centro
Florianópolis/SC
CEP: 88015-130
Tel.: (48) 3251-3700

ACOMPANHE NOSSOS CANAIS OFICIAIS

Tribunal Regional Eleitoral-SC

tre-sc.jus.br

Facebook.com/trescjusbr *instagram.com/trescjusbr/* *youtube.com/canalTRESC*

flickr.com/trescjusbr *tiktok.com/@trescjusbr*

EQUIPE DE EDIÇÃO

Coordenação
Augusto César Campos
Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições

Responsabilidade pelo conteúdo
Assessoria de Comunicação Social
Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições
Comissões
Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina
Laboratório de Inovação do TRE-SC (InovaTRESC)
Ouvidoria Regional Eleitoral de Santa Catarina
Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
Secretaria de Administração e Orçamento
Secretaria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Infraestrutura e Serviços
Secretaria de Tecnologia da Informação
Secretaria Judiciária

Capa, projeto visual, consolidação e editoração
Daniel da Rosa Vargas

Designers
Mateus Victor de Oliveira
Kelly de Souza Pantoja

Apoiaram o projeto
Sérgio Manoel Martins
Kris Nereid Ferreira Lima

Revisão final
Cláudia Menezes Moure
Luciana Ferreira
Assessoria Jurídica da Presidência - Administrativa

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO

Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

VALORES

Transparência – Ética – Imparcialidade
Respeito – Comprometimento – Inovação
Coerência – Cooperação – Integridade

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina